UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BEATRIZ NOGUEIRA DE SOUSA

**Entre a doçura da alma e a corrupção da carne:
as representações da morte na Dinastia de Avis (Portugal – Século XV)
(VERSÃO CORRIGIDA)**

São Paulo

2019

**Entre a doçura da alma e a corrupção da carne: as representações da morte na
Dinastia de Avis (Portugal – Século XV). VERSÃO CORRIGIDA.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo
Nogueira

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

SOUSA, Beatriz Nogueira de.

Entre a doçura da alma e a corrupção da carne: as representações da morte na Dinastia de Avis (Portugal – Século XV) / Beatriz Nogueira de Sousa. Orientador: Professor Doutor Carlos Roberto Figueiredo Nogueira – São Paulo, 2019.

185 fl: fig.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Beatriz Nogueira de Sousa

Data da defesa: 26/06/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/08/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: SOUSA, Beatriz Nogueira de.

Título: Entre a doçura da alma e a corrupção da carne: as representações da morte na Dinastia de Avis (Portugal – Século XV)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

*Dedico esse trabalho ao meu orientador Prof.
Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, o
maior professor que já tive.*

Agradecimentos:

Ingrata a tarefa de colocar em palavras os agradecimentos para todos aqueles que me acompanham nessa trajetória de pesquisa desde a primeira iniciação científica, iniciada em 2012. Seja com conselhos ou conversas interessantes sobre meu tema de trabalho, esta pesquisa é resultado do acolhimento e da ajuda de uma série de pessoas.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, cuja generosidade me possibilitou pesquisar e crescer como historiadora. Nunca poderei retribuir e expressar com a devida grandeza a honra que é ter sua confiança na minha pesquisa desde 2012, quando eu era só uma adolescente de 18 anos muito curiosa pelo seu trabalho.

Agradeço imensamente ao Grupo de Estudos Medievais Portugueses (GEMPO) pela paciência, pela amizade, pelo desassossego e pelas inúmeras risadas. Os agradecimentos especiais vão para Dra. Sooraya Karoan Lino de Medeiros, Dr. Bruno Soares Miranda, Ma. Candice Quinelato Baptista Cerchiari e Ma. Raquel Hoffmann Monteiro. Ter o privilégio de pesquisar com vocês é uma das grandes realizações da minha vida. Obrigada.

Para a Prof. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, meu singelo agradecimento pelo exemplo, pelas palavras de compreensão e pelas ideias dadas na disciplina de pós-graduação que tive o prazer de cursar durante o mestrado, bem como na banca de qualificação.

Para minhas amigas historiadoras Tamires Trevine e Thaís Lourenço: não sei o que eu faria sem vocês, obrigada pelas dicas, pelo ombro amigo e pela leitura dos meus trabalhos desde a graduação. O mesmo vale para minha irmã Bianca Nogueira de Sousa, a quem devo o auxílio nos anexos desse trabalho e em outras tantas áreas da vida.

Por último, mas não menos importante, não poderia deixar de mencionar a grande inspiração da minha vida: meu marido Guilherme Jorge de Oliveira, que desde quando éramos namorados acompanha minha trajetória enquanto historiadora de mãos dadas. Ele é meu maior fã, e agradeço pela oportunidade de compartilhar cada vitória da minha vida ao seu lado – eu te amo para além do *post mortem*.

*“When I hear that trumpet sound/
I'm gonna rise right out of the ground.
Ain't no grave can hold my body down.”*
(Johnny Cash)

RESUMO

SOUSA, Beatriz Nogueira de. **Entre a doçura da alma e a corrupção da carne: as representações da morte na Dinastia de Avis (Portugal – Século XV)**. 2019. 170 f. Dissertação – Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A Dinastia de Avis organizou, desde seus primórdios, um discurso legitimador baseado na ideia de *família exemplar*, essencial para assegurar o direito de sua linhagem ao trono. Este discurso foi baseado em uma série de suportes, como obras moralizantes e narrativas cronísticas. Nossa pesquisa volta-se para as representações da morte.

Os estudos sobre a morte no período medieval geralmente se restringem a uma abordagem meramente religiosa, voltada apenas para a salvação da alma. Entretanto, verificamos que as práticas mortuárias das monarquias estão inseridas não só em uma perspectiva religiosa, mas também em uma lógica de poder e memória. Desse modo, investigamos nesse trabalho de que maneira a Dinastia de Avis, fruto do processo político oriundo da crise sucessória de 1383, mobiliza um *Ideário Fúnebre* em prol da perpetuação de sua memória, enquanto mecanismo de legitimação dinástica. Para isso, analisamos os testamentos, cerimoniais fúnebres descritos nas crônicas oficiais e outros documentos, referentes aos reis D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, como, por exemplo, o *Leal Conselheiro* e o Esquema de sermão feito por D. Duarte para pregação nas exéquias de seu pai.

Por intermédio de uma análise comparativa, confirmamos nossa hipótese de que há o planejamento de um *Ideário Fúnebre* pelos quatro primeiros reis da dinastia, por meio da organização de uma memória litúrgica mortuária.

Palavras-Chave: História Medieval, Portugal, Dinastia de Avis, representações da morte.

ABSTRACT

SOUSA, Beatriz Nogueira de. **Between the sweetness of the soul and the corruption of the flesh: the representations of death in the Avis Dynasty (Portugal – Século XV)**. 2019. 170 f. Dissertação – Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The Avis Dynasty organized, from its earliest days, a legitimizing discourse based on the idea of *exemplary family*, essential to secure the right to the throne of its lineage. This discourse was based on a series of supports, such as moralizing books and chronicle narratives. Our research studies the representations of death.

Studies of death in the medieval period generally restrict themselves to a purely religious approach, aimed only at the salvation of the soul. However, we realize that the mortuary practices of monarchies are inserted not only in a religious perspective, but also in a logic of power and memory. Therefore, we investigate in this research how the Avis Dynasty, fruit of the political process originated by the crisis of succession of 1383, mobilizes a set of ideal preparations for death for the perpetuation of its memory, as mechanism of dynastic legitimation. For this reason, we analyze the testaments, funeral ceremonials described in the official chronicles and other documents, such as the *Loyal Counselor* and the Sermon Scheme that D. Duarte wrote for preaching in the requiem masses of his father, referring to the kings D. João I, D. Duarte, D. Afonso V and D. João II. Through a comparative analysis, we confirm our hypothesis that there is a planning of a set of ideal preparations for death by the four first kings of the dynasty, through the organization of a mortuary liturgical memory.

Keywords: Medieval History, Portugal, Avis Dynasty, representations of death.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Comparativo das especificidades dos pedidos de missa	46
Tabela 2 – Comparativo dos componentes dos relatos fúnebres	101

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Tamanho aproximado do testamento em caracteres	43
Gráfico 2 – Súplicas e menções a Deus	44
Gráfico 3 – Número de missas solicitadas imediatamente após a morte	45
Gráfico 4 – Tipos de missas e suas quantidades	45
Gráfico 5 – Doações de D. João I	48
Gráfico 6 – Doações de D. Afonso V	48
Gráfico 7 – Doações de D. João II	49
Gráfico 8 – Tamanho do relato fúnebre em caracteres na crônica de Rui de Pina.....	94
Gráfico 9 – Tamanho do relato fúnebre em caracteres na crônica de Garcia de Resende.....	95
Gráfico 10 – Porcentagem do relato fúnebre em relação à crônica: D. Duarte	96
Gráfico 11 – Porcentagem do relato fúnebre em relação à crônica: D. Afonso V	98
Gráfico 12 – Porcentagem do relato fúnebre em relação à crônica de Rui de Pina: D. João II	99
Gráfico 13 – Porcentagem do relato fúnebre em relação à crônica de Garcia de Resende: D. João II	99

Lista de Figuras

Figura 1 – Sepulturas dos varões de Avis	112
Figura 2 – Detalhe do túmulo de D. João I e D. Filipa de Lencastre	113
Figura 3 – Sepultura de D. Duarte e D. Leonor de Aragão situada nas Capelas Imperfeitas.....	114
Figura 4 – Túmulo de D. Afonso V	116
Figura 5 – Túmulo de D. João II.....	117

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – O MORRER ANTES DA MORTE: TESTAMENTO	21
1.1. <i>Memento Mori</i> : A memória da morte como instrumento de legitimação.....	21
1.2. O estatuto do testamento medieval português.....	26
1.3. Os testamentos dos reis de Avis	35
CAPÍTULO 2 – “MAL CAIU A TAMPA DO CAIXÃO”: LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA E CERIMONIAL FÚNEBRE.....	55
2.1 A lógica organizacional da cerimônia fúnebre.....	55
2.1.1 <i>A corte e o cerimonial</i>	56
2.1.2 <i>O cerimonial fúnebre</i>	66
2.2 As crônicas reais e o processo legitimador.....	70
2.3 A morte dos monarcas de Avis – Análise dos relatos fúnebres	77
2.3.1 <i>A morte de D. João I</i>	77
2.3.2 <i>A morte de D. Duarte</i>	86
2.3.3 <i>A morte de D. Afonso V</i>	88
2.3.3.1 Rui de Pina.....	88
2.3.3.2 Garcia de Resende.....	89
2.3.4 <i>A morte de D. João II</i>	90
2.3.4.1 Rui de Pina.....	90
2.3.4.2 Garcia de Resende.....	92
2.4 Os quatro primeiros reis defuntos de Avis – Similitudes e discrepâncias.....	94
CAPÍTULO 3 – <i>IN MEMORIAM</i>: O MEMORIAL FÚNEBRE AVISINO	104
3.1 Mosteiro da Batalha: monumentalização e memória	104
3.2 D. Duarte e o cuidado com a alma – <i>Leal Conselheiro</i> e <i>Carta de El Rey D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433</i>	120
3.2.1 <i>O Leal Conselheiro</i>	121
3.2.2 <i>Carta de El Rey D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433</i>	129
3.3 A Dinastia de Avis e a Igreja.....	134

CONCLUSÃO	141
BIBLIOGRAFIA.....	147
ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui apresentamos tem suas origens nos questionamentos levantados por nós ainda na graduação, resultado dos dois estudos de iniciação científica que desenvolvemos nesse período: “Do signo ao significado – da alteração das formas representativas sobre a morte no século XV: Uma análise da *Danza General de la muerte*”¹ e “Da peste negra ao surto do macabro – a alteração da representação da morte no século XV: Uma análise dos sermões apocalípticos de Vicente de Ferrer”². Nestes trabalhos, tivemos contatos com documentos que tratavam da morte em seu aspecto representativo e discursivo, cujos autores, de origem mendicante, buscavam, por meio da mobilização de um discurso do medo da morte, desenvolver um apreço aos dogmas e liturgias cristãos no espectador ou ouvinte. Concluimos esses dois estudos com a observação de que a Igreja Católica, a partir do século XIII, desenvolvera uma *pedagogia penitencial cristã*, baseada principalmente no medo do destino da alma no *post mortem*. Desta forma, a Igreja teria mobilizado o temor do falecimento abrupto típico dos séculos XIII e XIV, período conturbado no qual a Europa se vê assolada por uma sucessão de guerras e pestes, em prol do reforço de sua liturgia e de seus dogmas.

A partir desta conclusão, começamos a nos questionar sobre as possibilidades de análise do uso das representações da morte nas sociedades ocidentais, sob a perspectiva de sua instrumentalização nas relações de poder. Pelo fato de a expectativa do falecimento ser aquela em que o ser humano evoca sua ligação com o sobrenatural e o sagrado, podendo inclusive modificar a esfera atemporal por intermédio das virtudes cristãs e das preces e liturgias punitivas, vemos no fenômeno do *morrer* humano um campo profícuo para análise de como os homens denotavam mentalmente sua realidade existencial e mais – e quais eram os usos sociais e políticos de tais representações.

Voltamos nosso olhar para o reino português, no qual, no final do século XIV, a Dinastia de Avis acabava de alçar-se ao trono. A ascensão de uma dinastia com eleição em cortes, circunstância até então inédita em Portugal, nos pareceu a possibilidade ideal de analisar a

¹SOUSA, Beatriz Nogueira de. **Do signo ao significado – da alteração das formas representativas sobre a morte no século XV: Uma análise da *Danza General de la muerte* e suas relações simbólicas**. Iniciação Científica - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

² *Idem*. **Da peste negra ao surto do macabro – a alteração da representação da morte no século XV: Uma análise dos sermões apocalípticos de Vicente de Ferrer**. Iniciação Científica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014.

instrumentalização que a morte teria no novo aparato burocrático que se instaura. O recorte temporal do nosso trabalho tem início na segunda metade do século XIV, momento no qual ocorre a crise que desemboca na eleição do Mestre de Avis ao poder, resultado de uma confluência de motins populares por conta da morte de D. Fernando (1367-1383) sem deixar herdeiros homens, da regência de Leonor Teles e do casamento de D. Beatriz com o Rei de Castela, que coloca em perigo a independência do reino com o polêmico Tratado de Salvaterra.³ Neste contexto, o Mestre de Avis, aclamado pela população e por determinados setores da nobreza e da burguesia, se faz Rei em eleição por cortes em 10 de abril de 1385. Nosso recorte começa nesse momento e vai até o final da segunda metade do século XV.

Escolhemos nosso período de modo que se iniciasse com o primeiro rei da dinastia, D. João I, e terminasse com o falecimento de D. João II, o Príncipe Perfeito, último monarca avisino a ser sepultado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Optamos por finalizar nossa análise no reinado de D. João II, pelo fato de D. Manuel I, o Venturoso, seu sucessor, representar uma ruptura em relação ao Panteão fúnebre dos primeiros monarcas de Avis, uma vez que, em testamento, solicitará seu sepultamento no Mosteiro dos Jerônimos⁴. Além disso, o contexto da chegada ao Brasil durante seu reinado abre novas possibilidades de análise da questão dos mecanismos de poder da coroa portuguesa, que merecem um estudo específico do uso da morte nesse processo.

A Dinastia de Avis foi alvo de diversos estudos históricos que abordam várias vertentes que, juntas, compõem o discurso legitimador que a dinastia organiza para si. Esse discurso foi formulado principalmente por meio das crônicas dos reis, organizadas a partir de Fernão Lopes⁵ e que narram as trajetórias dos reis de Avis, por iniciativa da própria coroa. Além disso, mediante a educação dos hábitos e gestuais da corte, a família de Avis se coloca como *família exemplar* no seio do reino, virtuosa e cristã. A imagem da família seria corroborada por

³ O Tratado de Salvaterra foi firmado por D. Fernando I e tinha a intenção de regulamentar as condições para o casamento de sua filha D. Beatriz com João I de Castela. Contudo, há uma cláusula que prevê a sucessão da coroa para o Rei de Castela e seus descendentes, caso Beatriz não gere herdeiros. É justamente essa cláusula que será alvo de grande discussão no período.

⁴ PEREIRA, Paulo. **Arte Portuguesa: História Essencial**. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, p. 434-444.

⁵ Fernão Lopes elabora toda uma narrativa voltada para os motivos pelos quais D. João I era o monarca predestinado à coroa portuguesa nesse período. Para tal, ele mobiliza um “carisma de poder”, organizado por meio de uma série de milagres e sinais divinos relatados na crônica, que colocam o Mestre de Avis como eleito por Deus. Ele ainda afirma que o reinado de D. João I inaugura em Portugal uma nova época de felicidade, para a qual ele dá o nome de “Sétima Idade” (LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I (CDJ)**. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, 2 v.).

intermédio da redação de diversas obras pelos próprios membros da dinastia, as quais tinham como intuito ensinar e transmitir um modelo de condutas edificantes para os súditos.⁶

O artigo de Armindo de Sousa “A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica)”⁷, publicado em 1984, foi a primeira iniciativa sistematizada na historiografia de tentar traçar uma possível vertente do projeto legitimador avisino voltada para a instrumentalização da morte. Por meio da análise dos sete monumentos historiográficos elencados pelo autor como fontes de informação sobre a data da morte de D. João I⁸, Armindo de Sousa percebe que estes sete documentos são quase unânimes em afirmar que o monarca faleceu na véspera da Festa da Assunção da Virgem Maria: todos, exceto o *Epitáfio*, especificam o dia 14 de agosto como data da morte.⁹ O autor nota então que há um esforço por parte daqueles que a registram, com ênfase em Rui de Pina, de forjar uma narrativa de morte na qual o Rei falece no dia em que nasceu, no aniversário da Batalha de Aljubarrota, batalha esta que consagrara sua vitória contra os castelhanos no processo que culminou com sua posse do trono em 1383. Para Souza, todos esses elementos reforçam a ideia de que a morte de D. João I foi um tema de propaganda dinástica meticulosamente planejado desde o reinado de D. Duarte, seu filho, com o principal objetivo de formular uma imagem de D. João I como um herói predestinado, messias de Portugal. Compreendemos então que há, de fato, a elaboração intencional de um discurso de memória em torno do falecimento do patriarca.

Nesta dissertação, rastreamos se o mesmo se aplicava aos seus sucessores D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Elencamos um *corpus documental* que nos possibilitou verificar a existência de um *Ideário Fúnebre*¹⁰ comum aos quatro primeiros reis da Dinastia de Avis,

⁶ Sobre a confecção das crônicas e das obras, ver: FRANÇA, Susani L. **Os Reinos dos cronistas medievais. Século XV**. São Paulo: Annablume, 2006; VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383-1415)**. Lisboa: Cosmos, 1992 e ZIERER, Adriana Maria de Souza. O Anticristo e o Messias na Crônica de Dom João I, de Fernão Lopes (século XV). In: MAGALHÃES, Ana Paula; LIMA, Marinalva S. (orgs.). **Cotidiano, poder e relações sociais entre a Antiguidade e a Idade Média**. Maringá: Eduem, 2016.

⁷ SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984.

⁸ São eles: a Crônica de D. Duarte de Rui de Pina; as crônicas do Conde D. Pedro de Meneses e do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara; o Epitáfio de D. João I em prosa latina; o Instrumento de Certidão do Milagre da Cera, de 14 de agosto de 1437; o Manuscrito 80, Fundo Antigo, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e o Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte, capítulo 52 (*Ibidem*, p. 418).

⁹ O epitáfio em prosa, presente na lateral do túmulo, não pontua o dia do falecimento, registrando apenas o ano. O original foi redigido em latim e encontramos uma versão traduzida em: SOUSA, Fr. Luís de. **História de S. Domingos**, v. I. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 663-668.

¹⁰ O conceito de *Ideário Fúnebre* é nosso e traduz o conjunto de rituais, cerimônias e discursos sobre a morte mobilizados por um grupo de poder em prol do fortalecimento de representações que esse grupo ergue para si.

relacionado no decorrer dos reinados em prol do erguimento de uma memória *post mortem* legitimadora para a família.

Os documentos centrais para nossa verificação foram os testamentos de reis, já paleografados e transcritos, disponibilizados *online* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na coletânea intitulada *As Gavetas da Torre do Tombo*¹¹, organizada entre 1960 e 1977. No Capítulo 1, selecionamos os testamentos de D. João I, D. Afonso V e D. João II¹². O testamento de D. Duarte não será analisado, uma vez que este documento se perdeu.

Os testamentos são o eixo dorsal de nossa análise pois por meio deles pudemos ter acesso ao que cada um dos reis, individualmente, vislumbrava para a própria morte e os rituais que deveriam ocorrer após seu falecimento. Embora o texto testamentário dos reis tenha como principal característica assegurar a questão sucessória, pelo fato de, no decorrer do século XIV, os testamentos adquirirem *status* de documento escrito, de modo a assegurar sua realização, grande parte das vezes eles vão ter como função perpetuar os desejos daquele que testa após sua morte. Para o caso dos reis de Avis, constatamos então que eles funcionavam como o momento no qual o rei se debruça ante a iminência de seu falecimento e planeja de que maneira a liturgia em relação à sua alma e à questão da memória do seu reinado – e, consequentemente, da dinastia – será organizada.

Buscamos então fontes documentais por intermédio das quais pudéssemos observar a efetividade dos pedidos testamentários. Por isso, no Capítulo 2, nos debruçamos nas crônicas de maior proeminência de cada monarca. Abordamos então a *Crônica do Rei D. Duarte*, a *Crônica de D. Afonso V* e a *Crônica de El-Rei D. João II*, de Rui de Pina¹³, e também a *Crônica do Príncipe D. João*¹⁴ e a *Crônica de D. João II e Miscelânea*, de Garcia de Resende.¹⁵ Não analisamos a *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, pois esta não relata a morte de D. João I. Apenas para o caso de D. João II selecionamos outras duas crônicas, diferentes da escrita por Rui de Pina. Isto pelo motivo de que os dois outros relatos cronísticos possuem informações diferentes sobre os falecimentos tanto de D. Afonso V como de D. João II, o que não ocorre quando observamos outras crônicas dos demais reis.

¹¹ Disponível em <<http://purl.pt/26848>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

¹² Os três transcritos de forma integral nos anexos deste trabalho; ver p. 160.

¹³ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

¹⁴ GÓIS, Damião de. **Crônica do Príncipe D. João**. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

¹⁵ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

As narrativas cronísticas dos reis de Avis têm a peculiaridade de terem sido realizadas por encomenda real. Os cronistas são responsáveis por registrar, mas também por zelar pela memória da Monarquia Portuguesa, por meio da guarda dos registros do Arquivo da Torre do Tombo e, por isso, geralmente acumulam a função de guarda-mor deste último. Sendo assim, levamos em consideração em nossa análise o fato de que grande parte da organização das informações é concatenada de maneira arquitetada pelos cronistas, de modo a fortalecer o discurso que cada um desejava passar sobre o monarca retratado e sua época.

No Capítulo 3, voltamo-nos para outro objeto de análise, que possibilitou que contemplássemos a efetividade dos pedidos testamentários dos reis: o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Panteão fúnebre planejado e construído a partir do testamento de D. João I. Por intermédio de sua construção e dos sepultamentos dos quatro reis aqui analisados, todos solicitados no testamento de cada um deles, percebemos no âmbito material como se organizava a realização das disposições testamentárias após a morte do rei. Neste capítulo também analisamos os trechos do *Leal Conselheiro*, obra moralizante da autoria de D. Duarte, na qual ele esboça algumas reflexões sobre a morte, o luto e a tristeza. Mediante a leitura desta obra, entendemos melhor a perspectiva tanatológica do primeiro Rei de Avis a tratar da temática da morte dentro da dinastia, cuja análise havia sido prejudicada pela falta do testamento. Outro documento importante examinado por nós em busca de maiores informações sobre a perspectiva duartiana da morte foi a *Carta de El-Rei D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 20 de outubro de 1433*¹⁶, iniciativa sem precedentes no reino português, na qual o monarca redige o sermão fúnebre que deveria ser rezado no sepultamento de seu pai. Fez-se necessário, por fim, que neste capítulo fosse feita a análise contextual da relação entre a Igreja e a Dinastia de Avis. Se a morte é o local privilegiado de contato com o sobrenatural e o sagrado, quem intermedia essa relação na sociedade ocidental medieval é, de fato, a Igreja. Entretanto, a conturbada relação da dinastia com o alto clero português acaba por resultar em uma relação política estreita dos reis com as ordens mendicantes.

Para o tratamento da documentação utilizada como parâmetro de análise nos capítulos desta dissertação, elaboramos modelos de grades de coleta específicos voltados para cada tipo de documento. Como tratamos aqui de um *corpus documental* cujo suporte é a pena e o pergaminho, optamos por organizar as informações em gráficos e tabelas.

¹⁶ Transcrita integralmente no anexo desta dissertação; ver p. 183.

As tabelas foram utilizadas quando procuramos comparar a ocorrência de uma mesma característica nos documentos referentes aos testamentos ou narrativas fúnebres de cada rei. Utilizamos essa organização para que tivéssemos uma compilação de dados globais de fácil visualização.

Quando a intenção foi comparar dois ou mais elementos dentro do mesmo documento, optamos pelo gráfico *pizza*, cujo contraste de cores possibilita a visualização do dado coletado dentro da lógica do próprio texto. O gráfico de barras foi a melhor ferramenta encontrada por nós quando a comparação abarcava todos os reis, por meio de um compilado de dados quantitativos.

Utilizamos as três ferramentas aqui explicitadas para tratar tanto dos testamentos como das narrativas fúnebres. Pelo fato de os documentos serem extensos, e o cerne da nossa análise ser constituído pela necessidade de observar continuidades e rupturas entre os reinados por nós elencados, essa foi a melhor maneira de possibilitar ao leitor a visualização dos dados e, concomitantemente, dar fluidez ao texto.

CAPÍTULO 1

O MORRER ANTES DA MORTE: TESTAMENTO

1.1 *Memento Mori*: A memória da morte como instrumento de legitimação

A morte é interpretada e problematizada por diversas áreas do conhecimento como questão central da existência do ser. Ainda que a morte seja a única certeza da vida – pressuposto que embora soe como clichê é digno de ser citado – o ato de morrer é encarado com preocupação e preparação por diversas sociedades. Apesar de todas as coisas morrerem ao final de um ciclo, nem sempre o caminho para o final desse ciclo é historicamente o mesmo.

O grande produto do morrer é, de fato, o morto. Em diferentes crenças, épocas, culturas e formulações sociais, os seres humanos dão significados diferentes para o morto e seu caminho no Além, espelhando por meio de representações sua trajetória, sua morada e, conseqüentemente, o que esperam para si. Parafraseando Jean Claude Schmitt¹⁷, os mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles.

Sendo a morte o grande enigma humano, seu imaginário e sua formulação por intermédio do ritualismo fúnebre constituem-se um elemento basilar da existência do homem em sociedade – e principalmente de suas crenças religiosas. É essencialmente por estas que a existência do morto é construída.

Zygmunt Bauman propõe uma reflexão em torno do fato de que, mais do que o contrário da vida, a morte é a sua continuação. Morrer é uma coisa viva em nosso mundo, e a religião, a ciência e a comunidade se organizam como resposta ao fim inerente ao ser humano. Bauman ainda vai além, e, citando Elias Canetti, pergunta-se: se não fôssemos morrer, quantos achariam que vale a pena viver?¹⁸

Mais do que “interdita”¹⁹, a morte e o morrer nas sociedades contemporâneas tornou-se um assunto vergonhoso e humilhante, o que atribui à experiência caráter estritamente negativo. A morte é vista como fracasso, e os vivos resistem arduamente aos efeitos da experiência do falecimento humano. Um reflexo dessa negatividade é a incessante busca e obsessão pela

¹⁷ SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.15.

¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Mortality, Immortality and Other Life Strategies**. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 1992, p. 8.

¹⁹ Segundo Philippe Ariès, com o advento da era industrial o ser humano foi cada vez mais distanciado de seus ciclos naturais e de sua perspectiva religiosa, o que atribuiu grande angústia de cunho materialista ao processo do falecimento, que o autor conceitua como fase da “morte interdita” (**História da morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 85).

aparência da juventude – que esconderia a decrepitude biológica do corpo, bem como a diminuição na crença da vida *post mortem*.

Todavia, fica claro para nós que as cerimônias fúnebres e as demais simbologias inerentes ao que as sociedades ocidentais criaram no decorrer dos séculos são, antes de mais nada, um exercício de memória. Todos os esforços em torno do ritualismo fúnebre giram em torno de uma preocupação central do ser humano: a do esquecimento. Esse apelo rememorativo é muito mais forte quando historicamente nos referimos a uma dinastia, que tem a continuidade como princípio basilar para sua sobrevivência. A preservação da memória dos reis é pressuposto essencial para a manutenção da autoridade e da legitimidade do seu poder. Sobre esse anseio, afirma Jacques Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²⁰

Assim, podemos perceber que a memória é uma construção social que opera na esteira da constituição da identidade coletiva e individual. Desse modo, a construção da memória se dá sempre no presente, e, por conta disso, responde a solicitações específicas do tempo em que é constituída. Desta forma, mais do que o fenômeno em si (para o caso desse estudo, o *Ideário Fúnebre* de uma dinastia específica, a de Avis), a memória construída a partir desse fenômeno é um fato social e objeto de conhecimento histórico.

Acerca do embate entre memória e história, a obra de Paul Ricœur *A história, a memória, o esquecimento*²¹ configura-se como um estudo profícuo e profundo do tema, em um esforço analítico que aborda diversos aspectos do estudo mnemônico, como a reminiscência, a imaginação e o exercício da memória enquanto ação e não só abstração. Nesta obra, o autor postula diversas balizas teóricas sobre a epistemologia do conhecimento histórico face à memória. O autor pontua que sua obra é uma apologia da memória como matriz da história, na medida em que ela continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado. Ulpiano T. Bezerra de Menezes, em seu estudo *A história, cativa da*

²⁰ LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 425.

²¹ RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

memória? – *Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*²² complementa essa percepção e faz um alerta: a história não pode ser meramente a vertente científica da memória. O historiador não deve abandonar sua posição crítica e, portanto, a memória deve ser tratada como objeto da história.

Sendo assim, não entendemos nosso estudo como circunscrito ao âmbito da história da morte e de seus rituais, mas sim um estudo no qual a memória construída por intermédio do *Ideário Fúnebre* pela Dinastia de Avis é o objeto central. Na esteira de Philippe Joutard, em seu texto “Reconciliar memória e história?” uma das intenções deste trabalho é “expor o caráter construído da memória, revelando a suas fraquezas e a sua instrumentalização”²³. A partir desta ideia, podemos entender o papel da construção da memória como instrumento legitimador. Fica claro para nós que toda memória traz consigo uma dimensão política, diretamente ligada à intencionalidade por trás de sua formulação. Esta dimensão da construção da memória não é apanágio do período medieval, mas sim uma estratégia de uso recorrente para manipulação do poder em todos os períodos históricos.

Le Goff postula que a grande função da memória é manter e reconstituir valores e normas sociais. Desta forma, poderíamos observar na memória construída um “comportamento narrativo”, posto que sua função seria comunicar a outros uma informação na ausência do acontecimento que já teria ocorrido. É esse comportamento que vai nos permitir observar o *Ideário Fúnebre* avisino como parte do projeto legitimador dessa dinastia. Mediante a análise dos diversos documentos elencados por nós, buscamos observar essa narração memorialística construída e, por meio dela, perceber sua motivação e sua instrumentalização.

O estudo da memória de Le Goff é dividido em cinco diferentes momentos: a memória étnica, nas sociedades sem escrita; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita; a memória medieval; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; e, finalmente, os desenvolvimentos atuais da memória. Nosso estudo se insere diretamente na transição entre a memória medieval e a memória escrita, que equilibra a oralidade e o registro escrito até o século XVI.

A memória medieval no Ocidente teria sofrido grandes transformações oriundas do monopólio ideológico do cristianismo, uma vez que esta é uma religião baseada na memória. Nesse período, a memória coletiva oscilaria entre uma memória litúrgica girando em torno de

²² MENEZES, Ulpiano T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do IEB**. São Paulo, n. 34, 1992, p. 9-24.

²³ JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória. **Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, 2007, p. 231.

si mesma e uma memória laica carente de percepção cronológica. O culto cristão em todo o momento evoca a memória por meio dos marcadores de tempo de sua liturgia, como o Natal, a Quaresma e a Páscoa. Le Goff aponta que, no contexto medieval, a memória dos mortos terá sua gênese a partir principalmente da memória dos santos:

A comemoração dos santos tinha em geral lugar no dia conhecido ou suposto de seu martírio e de sua morte. A associação entre morte e memória adquire com efeito e rapidamente uma enorme difusão no cristianismo, que desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados e dos mortos.²⁴

No final do século XII, observaremos uma intensificação ainda maior no culto dos mortos, com a inserção do Purgatório no imaginário cristão. Assim, a repercussão do pecado no *post mortem* configura-se também como instrumento de rememoração do morto e de seus feitos ainda em vida. Surge na comunidade uma necessidade latente de continuar participando da existência do falecido, por intermédio da intervenção do sufrágio. É nesse cenário, permeado por questões políticas contextuais, que nosso estudo de memória se insere.

Trabalharemos nossas fontes dentro do conceito de *monumento* proposto por Le Goff. Assim, nossa intenção é observar a relação de poder e a intencionalidade por trás de cada um dos elementos que selecionamos como exemplo da construção do *Ideário Fúnebre* avisino como parte integrante de um grande projeto legitimador. Segundo o autor, *monumento* seria uma herança do passado forjada na intencionalidade do poder, de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas.²⁵ Sendo assim, o monumento se faz como objeto de análise histórica, ou seja, documento, por sua utilização pelo poder, posto que ele é produto da sociedade que o fabricou, obedecendo então as relações de poder que ali existiam.

Ainda, faremos nossas análises neste trabalho observando as representações. O conceito de *representação* é alvo de grande debate metodológico entre os historiadores. Este debate tem início com o que chamamos de Nova História Cultural e recebe ênfase na obra de Peter Burke²⁶. Para o autor, o entendimento do conceito de representação não pode ser desvinculado da construção do que era antes entendido como fato social, como, por exemplo, as ideias de nação e de gênero. Assim, podemos entender a representação como uma maneira de construir, ou melhor, usando a própria etimologia do conceito, representar uma realidade que já passou.

²⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 447.

²⁵ *Idem*. “Documento/ Monumento”. In: *Ibidem*, p. 536.

²⁶ BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Roger Chartier, por outro lado, elabora para o conceito de representação uma definição que o coloca em posição ativa. Afirma o autor: “representação é instrumento de um conhecimento imediato que se faz de um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstruir em figura e memória tal como ele é”²⁷.

Sendo assim, da mesma forma que o conceito de monumento, a representação não é algo neutro, que meramente traduz o passado ou uma apreensão do passado. Por ser construção de uma realidade social, ela segue postulados que vão ao encontro do grupo social que as forja, sendo então muitas vezes reforço de discurso de determinados segmentos sociais.

Maria Helena da Cruz Coelho discute em seu artigo “Memória e propaganda legitimadora do fundador da Monarquia de Avis”²⁸ também a questão da representação. Para ela, a afirmação do poder régio não deve se impor apenas em ato, mas também em representação. Só dessa forma a legitimação do poder do rei é desempenhada, de modo que a sucessão e a consequente continuidade da dinastia sejam garantidas. Para isso, D. João I e seus herdeiros mobilizaram diversos rituais e fomentaram a propagação de valores, e, consequentemente, a memória. Todavia, devemos entender que essa construção de representações na Dinastia de Avis não se dá apenas na dimensão fúnebre. Há várias vertentes dessa construção legitimadora avisina, como a literatura, o ambiente de corte e as grandes batalhas, e todas elas remetem a um grande objetivo comum: a afirmação do poder dinástico.

O *corpus* documental elencado por nós traz a possibilidade de análise do *Ideário Fúnebre* avisino enquanto parte do projeto legitimador real, ferramenta da construção memorial da dinastia, mobilizado como instrumento que assegura sua continuidade. Isso posto, o conceito de representação para a Dinastia de Avis só pode ser aplicado em consonância com o debate em torno da construção da memória desta dinastia.

A memória, elo da relação representativa do passado com o presente, torna existente a coisa ausente por meio de uma representação que, quando analisada, problematizada e interpretada, nos permite acessar reminiscências do passado. É por intermédio de representações que a memória sai do âmbito da imagem mental e da imaginação e se torna objeto histórico. Conforme já dito por Paul Ricœur, caso a memória ficasse restrita apenas ao âmbito da rememoração simples, ela operaria diretamente na esteira da imaginação. Afirma o autor:

²⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002, p. 20.

²⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da Monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 61.

Sua ideia diretriz é a diferença, que podemos chamar de ciência, entre dois objetos: uma, da imaginação voltada para a ficção, o fantástico, o irreal, o possível, o utópico, outra, a da memória voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da coisa lembrada, do lembrado como tal.²⁹

Sendo assim, trabalharemos com o conceito de representação enquanto consubstanciação e interpretação da memória, memória esta construída da elaboração de um concatenado projeto de ritualização da morte pela Dinastia de Avis, objeto de nosso estudo.

1.2 O estatuto do testamento medieval português

Considerando nosso objetivo de analisar o *Ideário Fúnebre* avisino como parte essencial do discurso legitimador dessa dinastia, começaremos nossa análise pelos testamentos reais. Para isso, escolhemos os testamentos de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Mas, antes, nos dedicaremos à discussão em torno da importância simbólica e institucional do testamento nesse período, uma vez que, por mais que o testamento régio seja o testamento mais importante de um reino, ele não está descolado do quadro geral no qual este tipo de documento está inserido.

O testamento é o primeiro contato formal e, talvez, o único que o indivíduo tem com a própria morte. Por meio dele, somos obrigados a aceitar pragmaticamente que o momento do falecimento chegará e que devemos planejá-lo, principalmente quando se trata de um membro dos setores privilegiados da sociedade. Ainda que o testamento geralmente tenha um fim sucessório, muitas vezes ele apresenta desejos pessoais do morto com relação ao festejo fúnebre. É natural que esse tipo de solicitação apareça, afinal, a sucessão só é necessária quando sua vida chega ao fim. Sendo assim, a composição do testamento é um momento central de reflexão sobre a finitude da própria existência.

Durante toda a Idade Média, ocorre a prática testamentária, cuja popularidade e fórmula de escrita vão variar durante essa época. Isso está diretamente ligado à perspectiva a respeito da salvação coletiva e individual e do destino da alma após o falecimento.

O testamento não é um documento de forma alguma popular, no sentido de amplitude e

²⁹ RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010, p. 26.

audiência, nesse período. Ele é delegado apenas aos privilegiados, cujos desejos são dignos de serem ouvidos mesmo após o falecimento e que, além disso, tenham bens para os quais gostariam de dar destino. É justamente por conta do caráter sucessório de posses adquirido pelo testamento no passar do tempo, que, no decorrer da Idade Média, a fórmula escrita substituirá paulatinamente o testamento oral. O testamento deve ser cumprido, e a escrita aparece como forma de garantia do cumprimento. Em uma sociedade em que a alfabetização é por si só um privilégio dos mais abastados, essa substituição ajudará ainda mais o testamento a se tornar um instrumento de mediação da morte restrito apenas aos setores mais poderosos da sociedade.

A partir do século XIV as mudanças na fórmula testamentária são notáveis. Cada vez mais, os relatos orais são substituídos pelo registro escrito, o que interpretamos como um aumento na preocupação de que os pedidos testamentários fossem preservados e aplicados. Além disso, observando os testamentos da época de forma geral, notamos que as cerimônias fúnebres são minuciosamente detalhadas, junto com as missas e a organização do cortejo. Essas mudanças ocorrem por conta de o destino *post mortem* da alma adquirir posição central nas preocupações do testamentador. O papel do testamento passa a ser, então, assegurar a salvação. Mas por qual motivo a perspectiva da morte muda bruscamente entre os séculos XIII e XIV?

Até o século XIII a noção de destino individual da alma como entendemos não existia, uma vez que o simples fato de ser cristão e de seguir as normas da Igreja garantia uma passagem tranquila e segura.³⁰ No entanto, no decorrer do século XIII, houve uma alteração das concepções de destino coletivo e de destino individual, que corroboraram para uma individualização do momento da morte e para a transferência do julgamento da alma para o fim de cada vida, no momento pontual do falecimento. Cada um seria então julgado individualmente, de acordo com suas atitudes e expectativas individuais. Esta mudança faz que a morte se converta em momento e prenúncio nos quais o homem medieval toma maior consciência de si, referenciando-se como indivíduo.³¹

As alterações de longa duração no imaginário social sobre a morte têm como um dos estudos pioneiros e mais abrangentes, no que diz respeito ao corte temporal, *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, de Philippe Ariès.³² Nesta obra, o autor discute as relações da morte e variações de consciência sobre o falecimento individuais e coletivas, observando de que modo a alteração das concepções de destino coletivo e de destino individual,

³⁰ ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 41.

³¹ Ver: *ibidem* e LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Estampa, 1995.

³² ARIÈS, Philippe. *Op. cit.*

que corrobora uma individualização do próprio juízo final, transferindo-o para o momento pontual da morte, fez que o falecimento se tornasse o instante em que o homem tomava maior consciência de si.

Essa reflexão sobre a morte acaba por desenvolver práticas diferenciadas na sociedade, por intermédio do surgimento de um sentimento comum de apego pelo meio que rodeia o indivíduo. Isso justifica o interesse pelos temas macabros e pelas imagens de decomposição durante o século XV na Europa, com o fenômeno que Jean Delumeau denomina *surto do macabro*³³. Tal fenômeno se dá como reflexo do horror da morte física que se instaura e a nova estética que surge como manifestação do destino que é inerente a todos, o que despertará, em contraponto, um sentimento de apego à vida, bem como às coisas e aos seres. Para Johan Huizinga³⁴, os temas de decomposição estão atrelados ao medo da vida e isso refletiria em toda a lógica organizacional da existência humana.

Nota-se que as transmutações acerca do morrer nesse período se dão, primordialmente, em decorrência da amplitude da chamada *peste negra*. A dimensão intensa e violenta da epidemia vai resultar na inserção cotidiana do cadáver em processo de deterioração, o que acrescenta ao fenômeno do morrer a esfera biológica do processo. É importante salientar que essa inserção do cadáver no cotidiano não se dá só pelo estabelecimento da peste, mas também em decorrência das mortes ocasionadas pelas guerras e pelos conflitos em geral. Esse contato direto com o defunto deixará marcas no ideário coletivo, que, atreladas a outros fatores, darão força ao advento estético do já citado surto do macabro. Este deve ser entendido como um fenômeno reflexo, no sentido de que, por essas representações cadavéricas,³⁵ o homem formula para si uma ideia do que o aguarda no futuro – o único do qual ninguém pode escapar.

A maior onda de peste europeia ocorre em 1348 e seus efeitos serão repercutidos pelos dois séculos seguintes.³⁶ Mantém-se a percepção tradicional de que aproximadamente um terço da população foi dizimada. O problema da mortalidade será tão grande que afetará diretamente a resistência aos países hispânicos em Portugal, uma vez que não há contingente militar suficiente para combater Castela.

³³ DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 107.

³⁴ HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 226.

³⁵ Paul Binski menciona o interesse muito mais nas representações cadavéricas do que nos despojos humanos propriamente ditos (**Medieval death: ritual and representation**. London: British Museum Press, 1996, p. 122).

³⁶ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. **Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média**. 3ª ed. Lisboa: Cosmos, 1978.

A peste de 1348 pode ser entendida como aceleradora da crise demográfica dos séculos XIV e XV, na qual o ritmo de crescimento foi quase levado à estagnação. Diversas pestes acometeram Portugal nos anos de 1356, 1361-63, 1374, 1383-85, 1389, 1400, 1414-16, 1423, 1429, 1432, 1437-39, 1448-52, 1456-58, 1464, 1472, 1477-81.³⁷ Dentre essas, bubônicas foram pelo menos a de 1348, 1384 e 1415. Isso significa que cada português dos séculos XIV e XV viu pelo menos duas pestes em sua vida e teve seus amigos e parentes ceifados por ela. Assevera D. Duarte, no *Leal Conselheiro*: “*Alguns pensam que agora vivem os homens menos que viviam em tempo de nossos avôs*”³⁸.

O despovoamento é uma realidade. O infante D. Pedro, em conselho sobre a conquista de Tânger e outras praças marroquinas em 1436, diz a D. Duarte que: “*Povoarde-las, com reino tão despovoado e tão minguido de gente como é este vosso, é impossível [...]*”³⁹.

A peste não era a única grande causa de morte. A fome em Portugal nesse período mostra-se tão endêmica quanto as pestes, sendo que a fome contribui diretamente para a proliferação das mortes por doenças, mortes estas aumentadas ainda por abalos sísmicos e pelas sucessivas guerras internas, como as provenientes do processo conhecido como *Revolução de Avis* e, posteriormente, as guerras civis de D. Afonso V.

Além disso, por toda a Europa ocorrem diversos conflitos, o que acarreta uma grande instabilidade político-econômica e social. Podemos citar, como exemplo, a Guerra dos Cem Anos e o Grande Cisma cristão. O clima geral do continente europeu, dado o quadro, é de insegurança.

A noção de brevidade da vida que se insere nesse contexto se organiza na ortodoxia católica por meio da pedagogia penitencial, pela qual a Igreja constrói uma má conotação para a morte, dado que poucos seriam escolhidos para o Paraíso, sendo os demais delegados à danação eterna e, no melhor dos casos, ao Purgatório. Esse discurso vai ser amplamente divulgado pelas ordens mendicantes. É nesse sentido que as manifestações do surto do macabro vão se colocar como preceito moralizante: não no sentido de moral cristã, estritamente, mas sim da estrutura social como um todo.

É evidente que a perspectiva de ser julgado – e, caso culpado, ser punido com o Purgatório ou o Inferno – acaba aumentando o medo de morrer. É por conta deste fato que se

³⁷ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. **Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média.** 3ª ed. Lisboa: Cosmos, 1978.

³⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 12.

³⁹ SANTOS, Domingos Mauricio Gomes dos. **D. Duarte, e as responsabilidades de Tânger (1433- 1438).** Lisboa, 1960, p. 83.

justifica o aumento no fervor religioso cristão pontuado por A. H. de Oliveira Marques em sua obra *A sociedade medieval portuguesa*⁴⁰. O autor aponta que o surto no fervor religioso é resultado direto da baixa expectativa de vida medieval, a qual a Igreja mobiliza para exortar sobre o perigo de não se seguir a ortodoxia e a prejudicialidade do pecado para a alma. A proximidade da morte torna mais latente o destino *post mortem*, e a Igreja mobiliza isso em prol de sua *pedagogia do medo*.⁴¹ Deste modo, o indivíduo acaba buscando o perdão da sua alma durante a maior parte da sua vida, e é justamente essa busca que faz que o momento pontual da morte se transforme em um instante de importante reflexão sobre si.

Adeline Rucquoi demonstra esse surto do fervor religioso pontuando que, no final do reinado de D. Dinis, quase 75% dos monges eram os tradicionais, sedentários e patrimonialistas. Nesse período, os mendicantes consistiam em um terço do total das ordens religiosas. Por volta de 1475, esse panorama se modificará: 45% seria composto de mosteiros e conventos mendicantes, e sua população superaria muito os demais 55%. Não há cidade ou vila de Portugal nesse período que não tenha pelo menos um mosteiro ou convento de uma das principais ordens mendicantes. Este dado é importante para salientar a influência dessas ordens sobre o pensamento popular e régio. Além disso, em sua *História medieval da Península Ibérica*⁴², a autora classifica os reis peninsulares medievais como defensores da fé. Desse modo, afirma que os dominicanos, franciscanos, mercedários, trinitários e jerônimos vão ter um papel político central pela proximidade com os reis.

É importante notar que os discursos dos pregadores mendicantes nesse período demonstram uma perspectiva teológica baseada na dialética estabelecida entre punição e redenção divina, já que a punição é resultado direto do pecado e a redenção, resultado da misericórdia de Deus, adquirida pela expiação contínua. A purgação do pecado devia ser individual, mas também coletiva por intermédio de grandes procissões e cortejos.

São inúmeras as referências contidas nas fontes religiosas portuguesas que remetem ao fato da atribulação dos séculos XIV e XV ser resultado da intervenção divina negativa. Citamos como exemplo Frei Manuel da Esperança, que declara que a fereza da peste de 1348 persuadiu a “*todos que mais era hu açoute, mandado por deos do ceo em castigo de pecados, que doença, a qual tivesse princípio em as causas naturaes*”⁴³.

⁴⁰ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

⁴¹ O conceito é amplamente trabalhado por Jean Delumeau em sua obra *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)* (Bauru: EDUSC, 2003, p. 107).

⁴² RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 209.

⁴³ ESPERANÇA, Fr. Manoel da. *História seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal: Segunda parte*. Lisboa: [s.n.], 1606, p. 239.

Dado o contexto dos séculos XIII e XIV, no qual o quarteto apocalíptico guerra, peste, fome e morte é uma realidade, aumenta o número de testamentos na primeira metade do século XIV. Entendemos este aumento como resultado direto da preocupação latente com as punições divinas. A intercessão pela alma passa a ser imprescindível⁴⁴, o que causa uma mudança inclusive no tipo de instituição beneficiada pelos testadores. O número de benefícios dados a pobres, doentes, presos e confrarias diminui muito em detrimento das instituições religiosas.

Embora o testamento indique continuidade em seu sentido sucessório, cada um terá função e formulação diferentes. As constantes gerais nos testamentos reais de Portugal no século XV são principalmente duas: o medo da danação, e com isso, o cuidado da alma – cuja demanda pode variar de acordo com o sentimento de culpa de cada monarca –, e a indicação do sucessor. Por um lado, uma constante sagrada e, por outro, uma profana.

De todo modo, fica claro para nós que todo o contexto da mudança na mentalidade sobre a morte medieval traz um componente que não é familiar na nossa sociedade: o fato de que não há fronteira bem delimitada entre os mortos e os vivos nesse período.⁴⁵ Isso não implica só lembrança e oração como ação dos vivos diante dos mortos, mas também a participação efetiva do morto pela intercessão e ajuda dos vivos. Podemos dizer, a partir da interpretação dos dados levantados pelo estudo de Maria de Lurdes Rosa em relação às mortes dos leigos⁴⁶, que os mortos inclusive têm protagonismo jurídico, pelo exercício do sufrágio.

Em Portugal, segundo o prefácio de Jean Claude Schimitt para o estudo de Maria de Lurdes Rosa, essa mentalidade terá fim apenas com o início do regime liberal do Marquês de Pombal, que imporá a plena propriedade individual dos bens materiais, garantida pelo direito positivo que emerge na época, centrado no indivíduo.

Todavia, a continuidade da presença do morto na dinâmica social depende da intercessão fúnebre elaborada de forma correta. Daí a grande importância do testamento nessa sociedade, uma vez que ele é o documento que, por excelência, normatiza o espectro de ação dos vivos. Sendo assim, um bom planejamento da morte manteria o indivíduo vivo, de certa forma, no seio da sociedade.

⁴⁴ Herminia Vasconcelos Vilar e Maria João Marques da Silva diagnosticam esse aumento em “Morrer e testar na Idade Média; alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV” (*Lusitânia Sacra*. 4 (1992) 39-60).

⁴⁵ J. Aberth em *From the Brink Of The Apocalypse: Confronting, Famine, War, Plague and Death in The Later Middle Ages* (Londres: Routledge, 2001) realiza um estudo interessante que aborda uma perspectiva não muito trabalhada pelos diversos autores renomados sobre a morte no período tardo-medieval: a de que os mecanismos instrumentalizados pelo homem medieval para lidar com a morte proporcionam determinado conforto psicológico, já que a passagem é vista por eles com mais naturalidade do que por nós.

⁴⁶ ROSA, Maria Lurdes. *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

No Ocidente, a separação entre morte e vida é tênue também pela ideia de continuidade proposta pelo cristianismo. Por conseguinte, o trauma não é tanto a perda do ente querido, mas sim as consequências sofridas por ele por conta dos pecados. Dessa forma, qualquer tipo de morte “positiva” só é possível dentro das amarras da religião.

Os preparativos da morte não significam então meramente a organização da despedida e do luto, mas também a passagem para o estatuto de alma. Esse *Sistema de Almas*, conforme nomeia Maria Lurdes Rosa, existe por intermédio de realidades institucionais, que se formulam por meio da dimensão patrimonial da memória fúnebre e da seriedade com que as finanças delegadas ao cuidado da alma por via testamentária são tratadas.

A questão é tão seriamente considerada que se constitui esfera de embate entre os dois grandes poderes políticos da época: o real e o eclesiástico.

A discussão em torno da esfera de atuação da Igreja e do Rei diante dessa questão é ampla e marcará de forma extensa as relações entre a Igreja e a Dinastia de Avis. O tema é alvo de grande debate e será abordado mais adiante nesse estudo.⁴⁷ Contudo, o conflito de hegemonia para tratar a questão nos demonstra a grande importância do sufrágio e, portanto, o reforço da importância e da validade do testamento nessa sociedade.

Além do fator econômico e da disputa política em torno do tema, é importante discutirmos sobre a questão moral em torno da satisfação das disposições testamentárias. Assim, o senso de caridade que liga os vivos aos mortos não está conectado apenas à preocupação com o bem-estar do finado. A força moral do princípio da caridade no período medieval é enorme, e sua falta é punida com pecado ou castigo. O desrespeito pela vontade dos mortos é incluído como pecado grave e altamente rechaçado pelos grandes penitenciais de confessores, como o de Martin Perez, de grande audiência no Portugal medieval. Neste manual, o confessor lista, junto com os pecados do roubo, do furto e do engano, “a retenção de somas que os defuntos tinham deixado para oferendas”⁴⁸. Na Espanha, por exemplo, o Sínodo de Ávila, ocorrido em 1481, obriga o cumprimento dos encargos pios no prazo de um ano, sob pena de excomunhão.⁴⁹

Os reis de Avis, inclusive, têm um papel central no que diz respeito ao cuidado das almas, posto que o vínculo de responsabilidade que o monarca possui com os súditos vivos também se estende aos mortos. Por isso, os reis se envolvem diretamente em fazer valer as

⁴⁷ Ver p. 134.

⁴⁸ MARTINS, Mário. O Penitencial de Martin Pérez no Medievo Português. *Lusitânia Sacra*, T. II. Lisboa, 1957, p. 57.

⁴⁹ GUERREAU-JALABERT, A. *Carytas y Don En La Sociedad Medieval Occidental*. **Hispania: Revista Española de História** v. 60, n. 204. Madrid, 2000, p. 59.

vontades dos defuntos, principalmente pela proteção das propriedades deixadas como legado pio.⁵⁰ Sobre os legados pios, sufrágios da alma e validade legal do testamento, há grande discussão canônica e secular.

A origem de um direito das causas pias remonta a Justiniano. As *Pias Causae* nascem porque se torna necessário dar um enquadramento jurídico às múltiplas instituições de sufrágio da alma fundadas pelos fiéis, como as casas de misericórdia e capelas fúnebres. A missa fúnebre vem a se afirmar como um dos mais eficazes sufrágios por alma, posto que é uma súplica. Assim, se justifica a enorme preocupação que o sufrágio por alma institucionalizado no formato de missa traz para o homem medieval. Sobre esta questão, afirma Maria de Lourdes Rosa:

A preferência dos testadores pelos sufrágios litúrgicos, em detrimento das obras caritativas, consolidou-se ao longo de toda a Idade Média e a época Moderna. Até bem entrado século XVIII, a procura social, de fato, foi no sentido da difusão generalizada dos sufrágios perpétuos, e a pressão sobre as autoridades régias e eclesiásticas fazia-se para obter concessões papais que permitissem uma maior afetação de recursos eclesiásticos a essa fábrica de sufrágios.⁵¹

O testamento surge como um desses instrumentos jurídicos de controle dos sufrágios. Todavia, seu caráter de documento leigo e não propriamente eclesiástico fará que haja uma enorme tensão em torno da questão, que nos interessa para que possamos ter informações contextuais que nos permitam notar qual a validade efetiva do texto testamentário.

Trataremos agora de algumas prescrições canônicas que abordam diretamente a temática do testamento. É importante salientar que uma análise pormenorizada de cada uma dessas normas está fora do alcance do nosso trabalho, pois seria muito ampla e merece estudo específico.

Até as Decretais de Gregório IX⁵², promulgadas em 1234, já se pregava a inviolabilidade dos bens das fundações pias, que são consideradas locais sagrados, e o respeito pela autoridade do desejo dos mortos, mesmo quando confrontada pela autoridade canônica. As Decretais surgem no sentido de reforçar toda essa questão, trazendo no livro 3 o título *De Testamentis*,

⁵⁰ Podemos observar algumas reflexões sobre a importância do cuidado com a alma dos súditos no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, de D. Pedro, in: LOPES DE ALMEIDA, M. (org.) **Obras dos Príncipes de Avis**. Porto: Lello & Irmãos, 1981, p. 549.

⁵¹ ROSA, Maria Lurdes. **As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p. 30.

⁵² GREGÓRIO IX. **Decretais**. Fac-símile. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4617642>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

que reforça o testamento como instrumento normatizador. Na compilação de Bonifácio VIII⁵³, de 1298, a questão do testamento é incrementada, e o Papa postula com relação à porção do testamento voltada aos pobres. Embora as Constituições Clementinas de 1317 discutam a questão das casas religiosas, é o Concílio de Trento que consagra a exclusividade papal no que diz respeito ao tema da comutação dos legados pios e da vontade que o pedido dos defuntos se cumpra da forma mais fiel possível.

A questão do respeito à vontade do defunto é preocupação de grande parte dos juristas no período tardo-medieval. Há uma profunda preocupação nesse sentido, e o não cumprimento do desejo do defunto deveria vir com uma justificativa muito bem formulada: são aceitos casos excepcionais específicos, como o testamento ter sido feito por excomungado, suicida ou falecido em pecado mortal. Além disso, aceita-se a diminuição de meios, a inutilidade e a falta de oportunidade como justificativa.

Em Portugal, é precisamente no decorrer do século XV que Igreja e Dinastia de Avis, depois de muito embate, chegam a um consenso em relação à administração das causas pias. O sufrágio por alma é, assim, garantido pelas duas formas mais proeminentes de poder medieval: o real e o eclesiástico. O estudo de Maria de Lourdes Rosa aponta para o fato de que as medidas aprovadas reforçam o poder régio como “protetor terreno” das almas, não em seu sentido religioso, mas na esfera do cumprimento da vontade do defunto. O rei tem o dever aos súditos de garantir este cumprimento, não só por conta de seu papel jurisdicional laico, mas também pelo zelo que deveria ter com seus súditos – ainda que mortos. A execução testamentária surge, assim, como um dos imperativos ético-morais mais importantes do rei.

Todavia, conforme já mencionado, essa sociedade coexiste com o sobrenatural. Desse modo, o testamento não tem apenas uma vertente profana, mas também um instrumento de ação do sagrado, principalmente porque muitas vezes no período medieval as leis são complementadas e fundamentadas em atos simbólicos que reforçam o seu poder na sociedade. Assim, o testamento apenas como texto não basta; é necessário que ele deixe um legado em ato, por intermédio da perpetuação da liturgia pela alma e das cerimônias públicas.

Dessa forma, podemos ter acesso a indícios do significado do ato de testar nessa sociedade. Testar seguindo pressupostos devocionais, preocupando-se com a alma no *post mortem* e moldando o novo estatuto como indivíduo morto, não é só um ato burocrático, mas,

⁵³ Tanto as Compilações de Bonifácio VIII como as Constituições Clementinas foram publicadas no conhecido *Corpus Juris Canonici*, compilação de fontes de normas canônicas que entrou em vigor em 1582. (Disponível em: <<http://www.unife.it/giurisprudenza/giurisprudenza/iscrivarsi/piano-studi/storia-del-diritto-penale/materiale/CJCivilis%20e%20CJcanonici.pdf/view>>. Acesso em: jul. 2018.)

principalmente, um ato de fé. A encomenda da alma e todos os pressupostos burocráticos que a envolvem ocorrem em súplica e misericórdia, convocando o auxílio de diversas entidades cristãs. Toda ritualização prevista pelos testamentos é, antes de mais nada, uma tentativa litúrgica de intervir no outro plano.

Percorremos todo esse caminho para entender qual era o peso e a validade do gênero testamentário em Portugal nesse período. A partir do estudo das facetas desse documento em relação aos súditos, podemos ter um vislumbre sobre o estatuto do testamento real. Parece evidente que a grande diferença entre o testamento de rei e o testamento comum é que o régio tem como eixo central a memória e o legado desse monarca para a posteridade. A sucessão é preocupação latente, uma vez que é justamente a morte do monarca que legitima a ascensão ao poder do príncipe.

Todavia, o testamento régio possui, além de benefícios e doações, pedidos para os príncipes e recomendações para os súditos. Desse modo, perceber a seriedade com que a validade dos pedidos dos testamentos é tratada pelo súditos, com os diversos exemplos que trabalhamos até aqui – como a necessidade da existência de justificativa para o não cumprimento de algum desejo do testamento prescrita nas diversas legislações canônicas da época, o estabelecimento de falta grave nos penitenciais para quem não cumpre as disposições testamentárias do defunto, bem como a instituição das diversas capelas fúnebres nesse período, que são a manifestação física do atendimento dos desejos em testamento –, nos mostram com que rigor esses pedidos e recomendações teriam sido tratados no período.

1.3 Os testamentos dos reis de Avis

No dia 14 de agosto de 1433 faleceu D. João I. Naquele dia, até o sol escureceu em luto “[...] *no qual dia do seu fallecimeilto o Sol foi crys em grande parte de sua claridade*”⁵⁴, pela morte do herói português contra o ímpeto espanhol. Mas, nesse dia, não só morreu um rei. Nasce, nesse momento, a Dinastia de Avis.

Todavia, não podemos dizer que a morte pegou D. João I desprevenido. Este, que já havia inclusive se preocupado com a sua aparência física dentro do caixão “[...] *poerl do por caso as maads em sua barba Real, por que a achou algufi tanto crecida, a mandou logo fazer, dizendo, que nom convinha a Rey, que muitos aviam de ver, ficar despois de morto espantoso*

⁵⁴ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 489-490.

e *disforme*⁵⁵, foi o rei de sua linhagem direta que mais tempo viveu: 76 anos, comparados com os quase 50 anos de idade com os quais faleceram D. Duarte, Afonso V e D. João II.

No dia 4 de outubro de 1426, D. João I solicita o tabelião Lopo Afonso para redigir seu testamento no Paço de Sintra. Este seria seu segundo e definitivo testamento⁵⁶, estando o Rei já com 69 anos. O primeiro teria sido escrito em 1387, quando o Rei quase faleceu. Sobre este testamento, temos apenas o relato cronístico. Acreditamos que tenha sido descartado por sua inutilidade e, certamente, falta de rigor, uma vez que o Rei era ainda recém-casado e recém-entronado. D. João I recuperou-se da doença misteriosa que o acometeu nesse ano.

O segundo testamento, diferentemente do primeiro, não é feito às pressas, sob risco de morte. Acreditamos que D. João I, que morreu sete anos depois, tenha testado por precaução, já que o testamento real tem como uma de suas funções ser uma lista de encargos para o próximo rei. Dar cumprimento às últimas vontades do monarca morto é dever primordial para o rei que o sucede e, por isso, tais elementos são tão latentes nesse testamento.

D. Duarte, o sucessor direto, não tem a mesma sorte do pai. Falece ainda jovem, governando em seu nome por apenas por cinco anos. No final de seu reinado, a situação do reino é desastrosa em âmbito político. A expedição a Tânger tem um resultado péssimo e seus súditos sentem-se desmoralizados com o fracasso.⁵⁷ As cortes de Leiria não tomam resolução alguma e D. Fernando prossegue preso em Fez. D. João, o irmão do Rei presente no reino, está doente e é poupado das notícias por sua esposa, segundo Rui de Pina.

D. Duarte produz seu testamento com cerca de 47 anos, após contrair a peste. Esse testamento não chegou a nós e, por isso, não podemos analisá-lo. Não sabemos exatamente quando foi feito, se é a modificação de um testamento pronto ainda enquanto Infante ou qualquer informação mais detalhada. Os dados que temos são retirados de sua menção na crônica de Rui de Pina, mais precisamente no capítulo XLIV.⁵⁸

⁵⁵ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 489-490.

⁵⁶ “Translado autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3777, p. 7-15. Transcrito integralmente no anexo desse trabalho, ver p. 160.

⁵⁷ O *desastre de Tânger*, expressão por meio da qual ficou conhecido o fracassado cerco português comandado por D. Henrique à cidade marroquina de Tânger, é descrito por dois cronistas da época: o já citado Rui de Pina, nas crônicas de D. Duarte e de D. Afonso V, e Frei João Álvares na *Chronica dos feytos, vida, e morte do infante santo D. Fernando, que morreo em Fez* (Lisboa: 1526. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=mLgGAAAAQAAJ&pg=PP11&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false > Acesso: 27 mar.2019).

⁵⁸ PINA, Rui de. *Op. cit.*, p. 574.

Sobre o sumiço, Luís Miguel Duarte⁵⁹ levanta duas hipóteses interessantes, com as quais dialogamos. A primeira é a mais inócua. Grande parte dos historiadores que trabalham com História Antiga e Medieval na Península Ibérica, assim como nós, se depara com o sumiço de documentos por diversos motivos: a negligência estatal por falta de cuidado, de verba de restauração e preservação; incêndios; alagamentos e até mesmo o terremoto de 1755. Esse não seria o primeiro e, certamente, nem o último caso de documentos inestimáveis perdidos por problemas estruturais.

A segunda hipótese orbita em torno da suspeita de o sumiço do testamento ser proposital. A desconfiança começa com o fato de o testamento ter sido aberto em público após a proclamação de D. Afonso V como novo Rei de Portugal. Não é costume que o testamento do monarca falecido seja aberto após a consagração real do próximo monarca. Reproduziremos a seguir os comentários de Rui de Pina sobre o conteúdo do testamento:

A rainha, assim como jazia revolta em lágrimas e burel, para cumprir o que devia e lhe era encomendado, enviou pedido ao infante Dom Pedro, e a Dom Pedro arcebispo de Lisboa seu primo dela, que com as principais pessoas e do conselho que aí ficaram, fossem, como logo foram, onde estava, e perante notários públicos fez abrir o testamento d'el rei, em que outras coisas foi achado ela sem ajuda de outra pessoa ficar in solido testamenteira de sua alma e tutor e curador de seus filhos e regedor do reino e herdeira de todo o móvel; e assim, leixou encomendado que por dinheiro, ou por algum outro partido tirassem o infante Dom Fernando de poder de Mouros; e quando por essa maneira não fosse possível, que Ceuta se desse por ele.⁶⁰

Apesar de o relato cronístico não mencionar, nos parece certo que o texto testamentário tinha diversos apelos pela alma, doações e recomendações, não só pelo contexto de época, em que os testamentos seguiam esse molde, mas também pelo perfil de D. Duarte: intelectual e essencialmente planejador. Não planejar e viabilizar seu *post mortem* é uma atitude que não condiz com o perfil desse monarca, já que reflexões profundas sobre a morte e a peste são presentes em suas obras, com ênfase no *Leal Conselheiro*.

⁵⁹ DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte: réquiem por um rei triste**. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Temas & Debates, 2007, p. 359.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 575.

Contudo, para Luís Miguel Duarte, o perigo reside em dois pedidos: o de que D. Fernando deveria ser trazido para casa, mesmo que isso implicasse perder Ceuta para os muçulmanos e a regência para D. Leonor, até que Afonso completasse 14 anos.

O autor aponta que há muita oposição com relação a Ceuta, e violar o testamento de um rei não é algo recomendável. Por conta disso, a única solução viável foi adiar a retomada de D. Fernando, até que este falecesse em 1443. Contudo, a questão da regência é mais polêmica, uma vez que o Rei desconsidera seus irmãos, nomeando a esposa, o que interpretamos como resultado do desespero de D. Duarte para que D. Afonso recebesse a coroa. Se esta era a maior intenção do Rei, é natural que a solução mais segura seria a eleição da mãe do próximo Rei ao posto de regente.

Mas, na perspectiva da época, D. Leonor é uma ameaça para o reino. É mulher, estrangeira, irmã dos infantes de Aragão, que, no período, já desenhavam um projeto de domínio na península. Dado este contexto, para o autor é claro o fato de que o desaparecimento do testamento é conveniente aos que se opunham à regência de D. Leonor, entre eles, D. Pedro.

É promissora essa linha de interpretação, uma vez que, já na data do início da doença de D. Duarte, forças políticas passaram a se articular em prol de interesses individuais e do próprio reino. O medo da regência é um fato, dado que a memória do conturbado período da Rainha Leonor Teles ainda estava gravada na nobreza. O principal indício que nos demonstra que essa linha de pensamento parece precisa é o não cumprimento das disposições testamentárias de D. Duarte, ainda que o documento tenha sido aberto publicamente.

É lamentável para este estudo o sumiço desse testamento, pois conjecturamos que o mesmo deveria ser repleto de anseios e reflexões do Rei, por ser uma figura essencialmente produtiva no âmbito literário.

Seu filho, D. Afonso V, reinou cedo, mas morreu jovem. Faleceu aos 49 anos e seu testamento⁶¹ foi redigido por Frey João de São Mamede, em 1475, seis anos antes de sua morte. O texto, embora mais curto que o de D. João I, é muito peculiar, contendo muitos pedidos religiosos e tom mais humilde que o dos demais.

Embora o de Afonso V seja o mais curto entre os testamentos por nós aqui analisados, sua implementação foi a mais conturbada. D. João II convoca cortes em Santarém, em 1482. O motivo desta reunião em cortes teria sido a ampla discussão de D. João II com seus senhores no conselho de Évora, ainda em 1481, ano da morte de D. Afonso V, no qual o Rei se pergunta: como havia-se de cumprir o testamento de Afonso V? Onde ir buscar dinheiro para pagar as

⁶¹ “Testamento DelRey Affonso V o qual está na casa da coroa, na gaveta 16 dos testamentos dos reys, donde o copiey”. In: *As gavetas da Torre do Tombo: edição digital*. Vol. 6: (GAV. 16-17), entrada 3797, p. 177.

dívidas que ele prometera saldar?⁶² A grande questão de D. João II era decidir se deveria ou não cumprir o testamento – e, se cumprisse, quanto os senhores do reino estariam dispostos a contribuir para que se desse a efetivação dos pedidos tão veementes de D. Afonso V em prol de sua alma: “*E isto se faça o mais breve que se poder como cousa que por ello sómete em quamto pagado não fosse e satisfeito bem conheço que minha alma jazia no fogo do purgatório*”⁶³.

Nesse conselho, a maioria dispôs que se cumprisse o testamento, mas que se pedisse os subsídios necessários ao povo. O Rei decide então que o testamento se mostre aos povos, mas que não se faça nenhum requerimento direto.⁶⁴ Assim, convocam-se as pessoas para as famosas cortes de Santarém, nas quais o pedido de D. João II foi atendido.⁶⁵ São de suma importância para nossa análise os acontecimentos no conselho de Évora e nas cortes de Santarém, posto que demonstram que havia urgência no atendimento dos pedidos testamentários dos reis, uma vez que D. João II já fazia articulações políticas para financiar a quitação das dívidas solicitadas pelo pai imediatamente após seu falecimento, em 1481.

Além disso, esse episódio nos traz outra comprovação interessante da validade institucional do testamento de rei nesse período da medievalidade ibérica: o fato de que o povo teria contribuído em espécie para a execução dos pedidos do Rei falecido, conforme demonstrado no estudo de Iria Gonçalves sobre os pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média⁶⁶. Isso nos mostra que há um grande esforço da sociedade medieval portuguesa como um todo nesse período para garantir a efetivação dos anseios testamentários régios, sendo então o testamento real não apenas responsabilidade do sucessor e do aparato estatal, mas também do povo.

Entre os reis considerados neste trabalho, o de vida mais curta foi D. João II. Ele falece em 1495, aos 40 anos, depois de passar um longo período em agonia. O texto testamentário⁶⁷ de D. João II foi escrito por seu confessor Padre Fr. João da Póvoa em 29 de novembro de 1495,

⁶² SOUZA, Antonio Caetano de. **Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa**. Edição revista por M. Lopes de Almeida. Coimbra: Atlântida, 1946-1954. Tomo II, I parte, p. 10-16.

⁶³ “Testamento DelRey Affonso V o qual está na casa da coroa, na gaveta 16 dos testamentos dos reys, donde o copiey.” In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3797, p. 179. Transcrito integralmente no anexo desse trabalho, ver p. 168.

⁶⁴ CHAVES, Álvaro Lopes de. **Colecção Pombalina**. Cód.443, transcrito por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1984, p. 78.

⁶⁵ GONÇALVES, Iria. Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa, Centro de estudos fiscais da direcção-geral das contribuições e impostos – Ministério das Finanças, 1964, p. 277.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 277.

⁶⁷ “Testamento de el-Rei D. João II”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). *Op. cit.*, p. 102.

ou seja, às vésperas da sua morte, e, por isso, seu testamento diverge dos demais em vários aspectos, pelo contexto atribulado em que foi escrito.

A moléstia que teria vitimado D. João II é alvo de grande debate. Sabemos que ele agonizou em vida por dois ou três anos, acreditando estar às vésperas da hora fatal em diversas ocasiões diferentes. Sua doença não foi diagnosticada na época e grande parte dos cronistas atribui sua indisposição ao fato de D. Leonor, a Rainha, em vingança contra a morte de seus familiares, entre eles seu irmão D. Diogo, o Duque de Viseu, assassinado com uma punhalada pelas mãos do Rei, tê-lo envenenado com pequenas doses de arsênico ao longo da vida. Diz Garcia de Resende, cronista e pessoa do convívio pessoal de D. João II: “*E mais por hua mulher religiosa de sancta vida foy el Rey avisado, que se guardasse da peçonha que lhe ordenavam dar*”⁶⁸.

Ainda que haja historiografia profícua sobre o tema⁶⁹, acreditamos que esse é um debate inconclusivo, uma vez que: se, por um lado, o século XV foi um período no qual o uso de diversas formas de envenenamento era comum dentro do ambiente de corte; por outro, a expectativa de vida média no período era curta, principalmente pelo fato de existirem diversas doenças ainda não identificadas por conta das limitações tecnológicas da época. Além disso, a mesma acusação recaiu sobre as mortes da mãe e da irmã de D. João II, o que pode tanto sinalizar algum problema de origem genética, como também o envenenamento. O que pretendemos aqui não é desvendar o mistério em torno do padecimento de D. João II, mas sim demonstrar o clima turbulento no qual se deu seu falecimento, o que certamente influenciou seu texto testamentário.

O primeiro ponto que procuramos observar para tentar entender o papel dos testamentos dos reis avisinos no projeto de legitimação da dinastia foi analisar se há o uso de formulário testamentário entre os diversos reis. O uso do formulário seria atestado, por exemplo, pela presença de prólogos ou esqueletos idênticos. Comparar a forma com que esses diversos testamentos foram elaborados nos trará pistas sobre as balizas notariais que permeiam o testamento real nesse período.

Por intermédio da análise comparativa, observamos que há um padrão no formato dos textos. Todos eles se iniciam com a invocação a Deus e às entidades celestiais. D. João I invocará Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e ainda a Virgem gloriosa Sua mãe, junto de todos

⁶⁸ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 188.

⁶⁹ Sobre essa historiografia, cf.: MACHADO, Montalvão. **Causas de morte dos reis portugueses**. Braga: Pax, 1974 (no qual o autor diagnostica, mediante o estudo dos sintomas apresentados pelos cronistas uma nefrite no Rei) e JORGE, Ricardo. **O óbito de D. João II**. Lisboa: Portugalia, 1922.

os santos e santas da glória celestial. Já D. Afonso V invocará Deus Pai, Filho e Espírito Santo, mas não há invocação à Virgem Maria ou a algum santo específico neste início. Todavia, ele é o único que já no começo professa fé na Igreja e promete viver e morrer cristão. D. João II, por sua vez, invocará a Tríade, a Virgem, São Miguel com todos os anjos, São João Evangelista, São Tiago, São Jorge, São Cristóvão, Santo Antônio, São Bento, seus padroeiros especiais e todos os santos do reino celestial.

Em seguida à invocação, os três dão sua própria titulação, a qual inclui também os reinados *d'além-mar*. Fica claro para nós que a presença da titulação na sequência da invocação celestial pela alma é uma questão de hierarquia, mas também uma demonstração de poder. Se, por um lado, o Rei de Portugal está abaixo das entidades celestiais, por outro, ele demonstra suas posses no mundo terreno e, com isso, traz autoridade para seu testamento.

Na sequência dos títulos, cada um dos reis explica os motivos pelos quais elabora seu testamento na presente data. Os trechos são interessantes e merecem transcrição neste trabalho. Afirma D. João I:

*[...] e consyrando em como he força que nos e todollos homens ajamos de fiir a vida deste mundo per morte a qual nom sabemos quando há de ser, porem queremdo nos prover dalguas cousas a que nos parece que compre despois de nosso acabamento seemdo são e em nosso emtender comprido qual nos Deus deu e sem outra nenhua duvida nem embargo fazemos ordenamos estabelecemos nosso testamento e postumeira vomtade pella guisa que se adiante segue.*⁷⁰

D. João I demonstra a perspectiva de imediação da morte a todos, com plena consciência de que não há controle sobre como e quando ela ocorrerá. Por conta disso, faz o testamento ainda são, e não já nas vésperas desse momento, de forma que possa em pleno exercício de suas faculdades mentais postular sobre o que acha necessário que se cumpra após seu falecimento.

D. Afonso V traz a mesma reflexão, mas faz ainda um apelo por sua alma. Declara o Rei:

Confirando aquelas muitas e muy claras rezoas pelas quaaes todollos homes muy grande cuidado devem ter de suas almas e destarem sempre despostos e aparelhados

⁷⁰ “Testamento de el-Rei D. João II”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3797, p. 7. Transcrito integralmente no anexo desse trabalho, ver p. 173.

*para a quando Deus prouver de os levar desta vida pois que nenhu sabe a hora de sua morte nem a maneira em que sera. Sendo eu em esse tempo em toda a minha saúde corporal e enteleitual segundo a nosso senhor prouve de ma dar temendo o juízo em que ey de ser apresentado quando desta vida falecer, quis per escripto fazer esse meu testamento [...]*⁷¹.

No testamento de D. Afonso V, é muito comum o apelo angustiado pela alma, conforme demonstraremos com mais dados a seguir.⁷² A todo momento, ele traz a questão de que teme que, caso alguma de suas dívidas e pendências não sejam quitadas, sua alma sofrerá no Purgatório. Por isso, como justificativa central da escrita de seu testamento, o Rei toma o cuidado de estar sempre “aparelhado” para o momento no qual Deus decida levá-lo desta vida. Já D. João II, além de estar preocupado com a alma, se mostra preocupado com suas obrigações em relação ao reino, conforme o trecho a seguir:

*Temendo o meu senhor Deus e seu grande juízo faço com todo o meu siso e entendimento por salvação de minha alma e bem destes meus regnos e senhories e sua governança e regimento e deffensam deles a que tenho muito obrigaçom e singular afeeçam e amor [...]*⁷³.

Após as justificativas, vem a encomenda direta da alma propriamente dita. Todos os reis encomendam a alma para a Tríade, a Virgem e todos os santos, com exceção de D. Afonso V, que cita diretamente Santo Antônio, santo de sua devoção. A partir daí, cada testamento se encaminha de forma diferente, conforme os anseios de cada um dos reis. É interessante ressaltar que, após a encomenda da alma, seguem-se em todos as disposições sobre o corpo, encaminhando-se o funeral.

Notamos então que, de fato, há um encaminhamento comum a todos os reis no molde do texto testamentário, os quais seguem com constância escrupulosa cada uma das fases postuladas no primeiro testamento da dinastia, o de D. João I: invocação, titulação, justificativa e encomenda da alma. Aparece nesses primeiros trechos certa personalização, resultado da postura de cada rei e reinado. Todavia, não há nenhuma mudança radical em relação a esse

⁷¹ “Testamento DelRey Affonso V o qual está na casa da coroa, na gaveta 16 dos testamentos dos reys, donde o copyey.” In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3797, p. 177.

⁷² Ver p. 44.

⁷³ “Testamento DelRey Affonso V o qual está na casa da coroa, na gaveta 16 dos testamentos dos reys, donde o copyey.” In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). *Op. cit.*, p. 103.

formato. Todas essas fases se apresentam como instrumentos de legitimidade do texto, posto que, em um exercício de retórica, surgem antes das demandas de cada rei, demarcando quem solicita, o que solicita e por qual motivo solicita. Isso fica muito claro com o tema comum a todas as justificativas: o fato de o rei estar psicologicamente equilibrado para fazer os requerimentos. Dessa forma, evita-se que o estado de saúde do rei no momento da escrita do testamento seja levantado em cortes como justificativa para o não cumprimento das disposições testamentárias. Toda essa parte busca corroborar a validade do testamento.

A partir de então, cada testamento traz informações diferentes que buscamos organizar nos gráficos e tabelas a seguir⁷⁴. Nossa intenção com o uso desse recurso foi tornar mais ilustrativas as solicitações de cada testamento.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmims (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Para observar o tamanho dos testamentos, optamos pela contagem em caracteres. Isto se deu pelo fato de que essa contagem é facilitada pelo testamento editado, posto que, se analisássemos a quantidade de páginas do manuscrito, certamente os dados recolhidos não seriam precisos pela diferença de tamanho das fontes escritas à mão. Desse modo, a edição transcrita e editada facilitou a elaboração desse gráfico. Podemos observar, a partir da análise comparativa, que o testamento de D. João II é muito maior do que o de seus antecessores. Já que a introdução do texto se dá no mesmo molde para os três, com invocação, titulação,

⁷⁴ Uma vez que não encontramos o testamento de D. Duarte para consulta, não há recolhimento de dados em gráfico sobre ele.

justificativa e encomenda da alma, fica claro que D. João II traz mais elementos que os demais na parte dos pedidos.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Por meio de nossa análise quantitativa, constatamos que no texto de D. João I há menção diretamente a Deus cerca de 10 vezes, enquanto D. Afonso V o faz em seu texto 25 vezes. Isso significa que, entre um texto e outro, há um aumento de 150% no pedido de intercessão de forma direta, sem amparo no corpo eclesiástico. Todavia, é em D. João II que aparece o maior número de súplicas diretas a Deus: 31 vezes. Devemos também levar em consideração que o texto de D. João II é aproximadamente 60% maior que o de D. Afonso V. Sendo assim, podemos concluir que o texto no qual há maior densidade de pedidos diretos pela alma em nome de Deus é o de D. Afonso V.

A análise desses dados nos traz duas percepções: a primeira, de que o testamento de D. Afonso V é o mais religioso dos aqui analisados, com menos elementos burocráticos principalmente em torno da construção do Mosteiro da Batalha, Panteão Régio largamente planejado no texto de D. João I. A segunda é que, a partir desses dados, podemos então pontuar um deslocamento dos rogos do âmbito temporal para o atemporal, com pedidos diretos a Deus. Isso nos indica que a liturgia e o *Ideário Fúnebre* em torno da morte régia já estão bem segmentados no período de D. Afonso, de forma que não há necessidade de rogar para que se zele por sua alma por intermédio de missas e ações litúrgicas, e por isso ele e D. João II, seu sucessor, deslocam seus clamores diretamente para a esfera divina.

Após a introdução padronizada, os três reis planejam as missas a serem organizadas imediatamente após a sua morte e durante um período determinado a seguir do falecimento, de acordo com o calendário litúrgico.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Tabela 1 – Comparativo das especificidades dos pedidos de missa

	D. João I	D. Afonso V	D. João II
Missas todos os dias	•	-	•
Missa com marco anual	•	-	-
Réquiem	•	•	•
Trintário	•	-	-
Em homenagem à Trindade	•	-	•
Em homenagem a Maria	•	-	•
Em homenagem aos santos de devoção própria	-	-	•

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Em D. João I, não há nenhum pedido de missa imediatamente após a morte. Isso se dá pelo fato de que as preocupações do Rei orbitam em torno da construção do Mosteiro da Batalha, que será o grande sepulcro da família. Dessa forma, ficam garantidas diversas missas na procissão que levará o corpo para sua morada final. Além disso, a preocupação é a de garantir institucionalmente que o Mosteiro funcione como Panteão Régio, que cultue a sua memória e a de sua dinastia. Assim, conforme podemos observar no Gráfico 4, todos os pedidos de missa, para o caso de D. João I, se dirigem à liturgia após o sepultamento. Isso não acontece para os outros dois reis, que pedem muitas missas imediatamente após a morte. Ambos não delimitam que essas sejam realizadas no Mosteiro da Batalha, mas fica claro para nós que esse pedido é feito para garantir que haja um grande funeral em torno de sua morte, comparando o lamento ao organizado na ocasião do falecimento do fundador, D. João I. Desta maneira, os pedidos de missa imediatamente após a morte garantem comoção imediata pela alma. Mas isso não significa os outros dois reis também não tenham planejado diversas intercessões no decorrer do tempo após sua morte.

Mediante a observação dos dados trazidos pela Tabela 1, podemos perceber que D. João I é quem solicita a maior variedade de missas, e que D. João II é o segundo maior solicitante de missas. Afonso V pede apenas especificamente a missa de réquiem, que é a missa feita especificamente pela alma dos mortos. Ela é a missa oficiada, seguida pelo ofício dos defuntos, e é requerida pelos três reis.

A missa com marco anual, que é aquela requerida para a data específica do aniversário de morte, é solicitada para si e para a Rainha apenas por D. João I em seu testamento. Ela é importante, posto que, segundo Maria de Lourdes Rosa⁷⁵, após o ciclo de um ano é que se considera o morto definitivamente separado do mundo dos vivos.

O trintário é também solicitado apenas por D. João I. A definição mais habitual de um trintário é a de que ele se constitui em uma missa por dia, trinta dias consecutivos (daí a etimologia da palavra). Conforme esclarece Maria de Lourdes Rosa⁷⁶, no Portugal quatrocentista os trintários eram organizados segundo a liturgia do ano, de modo a contemplá-las – cinco de natal, cinco da natividade de Nossa Senhora, cinco da invenção da Santa Cruz, cinco da anunciação, cinco da ressurreição de Cristo e cinco da assunção de Nossa Senhora. Além disso, cada dia ainda tinha os salmos 119 a 133, conhecidos como “Canto Grão”, os sete salmos penitenciais e as vésperas de finados. Do século XV em diante o formato irá variar. O debate sobre a difusão e a popularidade do trintário é extenso. Todavia, todas as discussões remetem seu sucesso à popular ideia do resgate de um ente querido do Purgatório por intermédio de intercessão terrena.

Desse modo, entendemos que tanto o fato de D. João I solicitar diversos tipos de missas diferentes, em número que não aparece nos demais, como o fato de ele ser o único a ordenar as missas de celebração anual e o trintário, podem significar que ele assim o fez para instituir a tradição da celebração em larga escala pela alma dos reis de Avis. É importante ressaltar que a multiplicidade devocional observada em D. João I e D. João II não é fruto da impressão de que apenas o maior número de missas traria mais resultado no sentido do perdão da alma, mas também de que as combinações dos diversos tipos de missa contribuiriam para a salvação. É por esse motivo que, individualmente, cada rei traça seu próprio plano de redenção da alma, com foco no sepultamento e na realização das preces no Mosteiro da Batalha.

Sobre as doações estabelecidas nos testamentos, coletamos os seguintes dados:

⁷⁵ ROSA, Maria Lurdes. **As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p. 551.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 555.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

Fonte: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). *As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entradas 3777 e 3797.

A maior parte do texto dos testamentos aqui analisados refere-se a doações. Essa é uma tendência não só dos testamentos dos reis de Avis, mas dos testamentos dos séculos XIV e XV como um todo. As doações podem ser de cunho religioso, que geralmente é o teor da maioria, ou direcionadas para pessoas específicas, membros da família e obras de caridade.

Sobre a Igreja, a maior parte das doações que trazem os testamentos são delegadas a ela por conta do legado deixado pelo testamento, que trazia consigo um requisito: os pedidos de cerimônia e de missas, já abordados aqui por nós.⁷⁷ Esses pedidos serviam tanto para perpetuar a memória do testador na terra, como para ajudar na redenção da alma. Desse modo, há uma ligação direta entre o poder aquisitivo de quem testa e a intercessão, uma vez que, quanto mais se doasse, mais homenagens e liturgias se conquistaria. Em vista disso, as instituições religiosas passaram a ser muitas vezes mais citadas do que até mesmo os parentes ou parceiros do testador, por desempenharem um papel imperioso no sucesso da passagem da alma, em todas as suas fases. Isso contribuiu para que cada vez mais a *Boa Morte*⁷⁸ cristã, com todos os rituais ortodoxos, fosse perseguida pelas pessoas.

É notável a expansão das ordens medicantes no decorrer do século XIV. Por conta de sua perspectiva em relação à morte, posto que, como podemos verificar por meio do relato dos textos testamentários, os testadores e confessores dos reis portugueses sempre são ou

⁷⁷ Ver p. 35.

⁷⁸ O modelo da *Boa Morte*, que indica predestinação e pureza do moribundo, se organiza geralmente do seguinte modo: o indivíduo tem consciência da aproximação de sua morte e aceita-a como parte do seu destino, sem revolta. Em seguida, a passagem é preparada com extrema calma e lucidez, sem que nada fique sem resolução e, a seguir, um sinal divino é enviado, como confirmação de que a passagem está nos planos de Deus (ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 85).

franciscanos ou dominicanos, é natural que a maior parte das doações e, consequentemente, dos pedidos de intercessão dos testamentos, sejam delegados às ordens mendicantes.

É interessante notar que a memória fúnebre passa então a ser não apenas aquela memória constituída em pedra, com os túmulos e epitáfios, mas sim uma memória essencialmente litúrgica, por meio da celebração de missas de aniversário de morte, missas de homenagem etc. O testador vai procurar elencar o maior número de rituais e intercessões possíveis, com diversos tipos de pedidos litúrgicos.

É evidente que tantas missas e homenagens são dispendiosas para as instituições religiosas. Desse modo, a doação do bem é a tática que o testador adota para que as cerimônias ocorram.

Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Marques da Silva, em “Morrer e testar na Idade Média; alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV”⁷⁹, levantam duas questões interessantes sobre a ligação entre doação e instituição religiosa. Primeira: até que ponto esse tipo de doação via testamento não é uma estratégia de aquisição seletiva de propriedade das instituições religiosas? Embora as intenções em prol da alma sejam genuínas, em nossa opinião, não podemos descartar a ideia de que certamente alguns testamentos foram forjados com essa intenção. Outro questionamento é o de que o processo da difusão do ideal de *Boa Morte* possa ser resultado da proliferação dos testamentos, e não o contrário. No entanto, quando propõem essa discussão, as autoras desconsideram o principal meio de difusão das ideias mendicantes: o sermão, muitas vezes apresentado para multidões nos centros urbanos.

Essa relação entre ordem mendicante e doação justifica o motivo pelo qual D. João I doa apenas para os súditos em geral. Isso se dá pelo fato de que cerca de 48,75% do testamento versa sobre o Mosteiro da Batalha, dedicado aos dominicanos. Desse modo, não há espaço no testamento para mais doação nenhuma específica para a Igreja.

A partir de D. Afonso V, surge um novo elemento no rol de doações: os cativos, para os quais D. Afonso V separa o mesmo número de doações que concede para a Igreja. Isso se dá pelo robustecimento das campanhas de combate na África a partir, principalmente, do reinado de D. João I, que tem como resultado o surgimento dessa figura. Assim, o resgate e o cuidado de cativos surgirão como imperativo de caridade, junto de pobres e enfermos, no decorrer do século XV. Entretanto, é em D. João II que vemos uma maior diversidade de doações, ainda que 50% do total se mantenha delegado à Igreja.

⁷⁹ VILAR, Hermínia Vasconcelos; SILVA, Maria João Marques da. *Morrer e testar na Idade Média; alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV*. **Lusitania Sacra**. Lisboa, n. 4, p. 39-60, 1992.

Por meio de nossa análise comparativa dos três testamentos disponíveis para o período escolhido, podemos desenvolver algumas ilações. Fica claro para nós que D. João I, em seu testamento, tinha bem delimitado seu papel enquanto inaugurador da nova era que se instaurava em Portugal, a partir de seu reinado e de seus descendentes. Isso é facilmente observado, pois os elementos aqui citados demonstram a concatenação de um projeto de memória por meio da construção do Mosteiro da Batalha, questão que permeia aproximadamente metade de seu testamento.

Especificamente sobre a construção do Mosteiro como centro de rememoração da dinastia e a simbologia de sua construção e ligação com a grande batalha de Aljubarrota, consagração de D. João I como predestinado para reinar em Portugal, e de que forma o testamento se fez cumprir em sua construção, nos debruçaremos extensivamente no próximo capítulo desta dissertação⁸⁰. Fato é que, após seu testamento, os demais analisados por nós seguiram o mesmo modelo, iniciando-se com invocação, titulação, justificativa e encomenda da alma, para depois alongar-se nos pedidos. Se essa concatenação foi articulada propositalmente por D. João I em pessoa, ou se foi uma estratégia retórica elaborada por seu confessor, a resposta a esta questão no presente momento nos foge de maneira incisiva pela natureza das fontes: nenhum dos reis redige o testamento de próprio punho.

Todavia, o que podemos afirmar é que a natureza dos pedidos foi estrategicamente pensada, posto que as mudanças nesse sentido no testamento dos demais reis demonstram que as condições ordenadas no texto estão intimamente ligadas com o contexto no qual o rei se vê diante do final da vida. Essa intencionalidade em deixar postulados aos demais fica clara para nós quando observamos a grande variedade de missas que solicita D. João I. Tantos tipos de missa, tratando-se do primeiro monarca de uma dinastia que acaba de se inaugurar, significa mais do que a mera intercessão pela alma. As várias missas em diversos momentos do calendário litúrgico e no decorrer dos anos após a morte são uma estratégia para ser lembrado, e, mais que isso, ter seu falecimento lembrado. Se é justamente a morte do rei que legitima a alçada de seu herdeiro ao trono, quanto mais força tiver a mensagem de seu falecimento, mais força terá o novo rei. Sendo assim, a enorme quantidade de missas é, nesse contexto, um exercício de *memória*. Memória tanto individual, como do fato de que a dinastia que se segue é legítima no exercício do poder.

E é justamente por isso que D. Afonso V não se preocupa em descrever tão exaustivamente os tipos de missa e as celebrações fúnebres que deseja. Entendemos que, por se

⁸⁰ Ver p. 104.

tratar do terceiro rei da Dinastia de Avis, a ritualização em torno da morte do monarca, bem como a questão da existência de um Panteão Régio cuja função é principalmente celebrar as missas de sufrágio, já estão alicerçadas pelos dois reis anteriores e, portanto, não são preocupação de D. Afonso V. Ainda que seu reinado tenha sido conturbado pelo ambiente de intrigas da corte, o reforço da Dinastia de Avis como legítima no poder não é mais o mote central das preocupações da coroa. Nesse sentido, vemos no texto testamentário demonstrações de religiosidade, que são, para o caso deste Rei específico, muito mais um anseio individual do que retrato de um projeto de poder propriamente dito (ainda que não deixe de lado os postulados inaugurados por D. João I). É evidente para nós que essa preocupação em torno do destino da alma é oriunda de sua estadia no Convento de Varatojo, dedicado à Ordem dos Frades Menores, após a desilusão com a Guerra de Sucessão Castelhana, em 1476⁸¹. É nesse sentido que justificamos a grande densidade de súplicas e menções a Deus em seu testamento, bem como o medo de padecer no Purgatório que o documento demonstra.

Todavia, a ponderação a respeito dos dados recolhidos nos gráficos e tabelas anteriormente expostos nos mostram que há uma discrepância enorme em relação às informações elencadas no testamento de D. João II. A explicação que observamos para a desconformidade em relação aos demais no que diz respeito ao número de missas solicitadas imediatamente após a morte, o tamanho do texto, as quantidades de missas e a variedade de grupos sociais contemplados em suas doações está diretamente ligada à turbulência que foi a relação desse rei com a corte nesse período. Os acontecimentos que antecedem e sucedem sua morte serão exaustivamente analisados no segundo capítulo desse trabalho⁸².

Fato é que a figura de D. João II é controversa. O Rei foi famoso por tratar com extrema severidade as intrigas de corte, mandando executar diversos opositores durante seu período tanto como regente como quando rei. Segundo Manuela Mendonça, “O Rei não resistia às suas fúrias nem mesmo doente. Sua fama era a de não perdoar ninguém”⁸³. Trabalharemos essas questões em torno dos rompantes de autoridade de D. João II e as consequências dessas para o fim do seu reinado no segundo capítulo⁸⁴, mas fato é que esse comportamento pode vir a ter desenvolvido no rei um sentimento de culpa em relação às suas ações na vida mundana. A ele

⁸¹ Além disso, a *Sensibilidade Cristã* de D. Afonso V pode ser verificada por intermédio dos registros de seus gastos com esmolas e tenças para mosteiros, igrejas, hospitais, confrarias e capelas mortuárias. Saul António Gomes pontua que, no período de 1477-1478, foi gasto um total de 67.600 réis pelo Rei com esse tipo de ação. (**D. Afonso V**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 337.)

⁸² Ver p. 90.

⁸³ MENDONÇA, Manuela. **D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal**. Lisboa: Estampa. 1991, p. 171.

⁸⁴ Ver p. 55.

foi permitida a reflexão, diferentemente dos reis anteriores, posto que se manteve em estado de agonia por anos até morrer. Assim, esse ímpeto que resulta no maior testamento aqui analisado, com um número de tipologias de missas quase comparável ao de D. João I, somadas às enormes doações que procuraram abarcar o maior número de necessitados possível, para nós é claro indício de tentativa de formular para si, ainda em vida, um eficaz plano de redenção da alma, articulado o suficiente para que desse conta de tantos pecados em vida terrena.

Todavia, outro elemento que não podemos deixar de lado é o fato de o seu testamento ser o mais preocupado com o destino do reino em seu sentido burocrático. Isso vemos refletido na justificativa da confecção de seu texto, única na qual aparece a inquietude em relação à concretização de suas obrigações burocráticas em relação ao reino, e no grande número de normativas de organização estatal contidas no corpo do testamento – o que também justifica o seu tamanho. Isso se dá pelo papel de D. João II na história portuguesa como um dos grandes fortalecedores do poder real, no fim da Idade Média, além de seu papel central na expansão marítima.

Manuela Mendonça pontua que, no século XV, humanismo e individualização são os pilares de todos os aspectos, inclusive do político. Isso resulta em diversas mudanças nas instituições de governo. Na chancelaria e nas cortes dos reis, multiplicam-se os juristas que, em grande parte das vezes, não eram necessariamente nobres. Além disso, é nesse século que se vê uma maior separação entre o poder temporal e o atemporal, o que, segundo a autora, faz que cada vez mais os reis necessitem especializar seu escopo de poder. A justiça passaria então a ser um veículo de autoridade régia, seguida de um projeto de fortalecimento da fazenda, o desenvolvimento ainda embrionário da noção de soberania, junto com o aumento da burocratização, por meio da qual os grandes senhores se unem ao conselho do rei.⁸⁵ Esse é um contexto que, em maior ou menor medida, afeta todas as monarquias europeias do período, e, para o caso português, é D. João II que conduz a coroa nesse cenário.

Perante a análise do que os reis em pessoa idealizaram como legado *post mortem*, cabe a nós discutir de que forma esses pedidos foram aplicados no Mosteiro da Batalha, quais as relações entre a Igreja e a Dinastia de Avis – Igreja esta que é a intercessora por direito na comunicação entre o mundo terreno e o sobrenatural – e de que forma isso afetou a questão da execução testamentária, além de o que D. Duarte, prejudicado em nossa análise pelo sumiço de seu testamento, idealizava para a cerimônia fúnebre de seu pai e para sua própria morte, bem

⁸⁵ MENDONÇA, Manuela. **D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal**. Lisboa: Estampa, 1991, p. 171.

como as cerimônias fúnebres avisinas e os relatos de morte dos cronistas, nos próximos capítulos.⁸⁶

⁸⁶ Ver p. 66.

CAPÍTULO 2

“MAL CAIU A TAMPA DO CAIXÃO”: LEGITIMAÇÃO DINÁSTICA E CERIMONIAL FÚNEBRE⁸⁷

Não é novidade que a sociedade medieval recorreu, no decorrer de sua trajetória, a uma série de simbologias e costumes que moldaram e foram moldadas pelo comportamento dessa sociedade. O cavaleiro, as justas, o castelo, os estandartes, o trono e a coroa real são elementos facilmente reconhecíveis por meio dos quais rapidamente se identifica o período medieval. Contudo, esses elementos só fazem sentido quando inseridos em uma dinâmica mais ampla, na qual essas imagens exercem e transmitem o ideário inerente a esse período.

Os componentes principais dessa dinâmica no Medievo português são a família real e os súditos. O espaço no qual ela se realiza é o seio da corte, mediante majoritariamente a realização de cerimônias diversas, entre as quais a cerimônia fúnebre ocupa papel de destaque.

Para entender melhor a dinâmica na qual o cerimonial fúnebre dos reis por nós analisados estão inseridos, estudaremos neste capítulo o que caracteriza a corte e o cerimonial avisino, passando pela discussão que diferencia rito, ritual e cerimônia. A partir desses postulados, faremos uma abordagem da relação entre o surgimento das crônicas reais e do cargo de cronista e o processo de legitimação dinástica avisina, para só então elaborarmos uma análise crítica dos relatos fúnebres dos monarcas de Avis, todos contidos nas crônicas reais.

2.1 A lógica organizacional da cerimônia fúnebre

Compreendemos a cerimônia fúnebre não como um fenômeno isolado na lógica dinástica, mas sim como elemento importante e central dentro do jogo de representações e poderes que a monarquia medieval engendra ao seu redor. Desta forma, para obtermos um quadro mais preciso das peculiaridades do cerimonial fúnebre, precisaremos nos remeter ao quadro mais geral e conceitual que discute qual o papel da corte – ambiente espectador dessas

⁸⁷ O título deste capítulo homenageia a famosa citação “Mal caiu a tampa do caixão sobre o cadáver de D. Fernando, estalou a Revolução”. Cf. MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 3ª edição emendada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882, p. 146.

cerimônias – e o que se entende como cerimônia e rito para o Portugal do século XV. Somente a partir dessas reflexões é que discutiremos as especificidades do cerimonial fúnebre do período do Tardo-Medieval português.

2.1.1 A corte e o cerimonial

Para discutir a questão da corte no contexto português tardo-medieval, utilizaremos os conceitos de corte e cerimonial abordados na obra de Rita Costa Gomes, intitulada *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*⁸⁸, por tratar-se de um trabalho extenso e substancial no que diz respeito à análise das dinâmicas cortesãs e dos cerimoniais avulsos. Para tal, a autora analisou um largo inventário de fontes documentais que vão desde chancelarias reais até atas e manuscritos até então jamais abordados por outros historiadores, com ênfase nas genealogias e na prosopografia, e por isso seu estudo é considerado primordial para o entendimento desse aspecto no contexto português.

A obra aborda o período de 1325, portanto, antes da alçada de D. João I ao trono português, ocorrida em 1357, até 1450, apogeu do reinado de Afonso V. A justificativa da autora reside no fato de que o período compreendido entre essas duas datas é central para a observação da sociedade cortesã portuguesa de seu ponto de vista organizacional e cultural, posto que se inicia no auge da estruturação da corte dionisina e vai até o período após a Batalha da Alfarrobeira, momento de inovações qualitativas do ambiente de corte por Afonso V. Nosso estudo se estende até o ano de 1495, momento do falecimento de D. João II e, por isso, nossa periodização difere um pouco da proposta da autora. Isso se dá pelo fato de D. João II estar inserido em um contexto de fortalecimento e burocratização do aparato estatal português, que refletirá diretamente na corte e que não é abordado na obra citada. Por essa peculiaridade de contexto sociopolítico, abordaremos o caso específico de D. João II com mais atenção e singularidade posteriormente nesse mesmo capítulo⁸⁹.

Na Idade Média, a corte caracteriza-se cada vez mais como o espaço em que se realiza uma série de práticas e costumes que são essenciais para a sobrevivência da monarquia,

⁸⁸ GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

⁸⁹ Ver página 90.

independentemente das formulações, rupturas e permanências que o poder real terá no decorrer dos séculos. É no ambiente de corte que a política em torno do poder régio acontece, por meio de uma série de dinâmicas complexas e interligadas, centrais para o entendimento da relação rei-súdito. No período medieval, a questão da relação de poder entre os súditos e o monarca é ainda mais sensível, posto que a autora pontua o fato de ser impossível se distinguir com clareza o aspecto público do aspecto privado. Por conta disto, podemos dizer que os hábitos cotidianos do rei ditavam na corte as regularidades da vida quotidiana, e não só da vivência e da ação política.

Por isso, exploramos a ideia de que a corte, nesse momento da monarquia portuguesa, se comporta como o grande centro de irradiação tanto das alianças e dos conflitos, como também das organizações sociopolíticas que marcam esse período. Nas palavras de Rita Costa Gomes, a corte:

é também o local onde emerge a representação mesma dessa unidade do reino, onde se fabrica o discurso de sua história, onde se manifesta pela palavra e pela ação a sujeição da comunidade inteira a um homem, a uma dinastia.⁹⁰

Desse modo, nos voltamos para a figura do rei e da dinastia. É a presença do monarca que dá legitimidade para esse conjunto de relações complexas, baseado em cargos e dignidades, e que, simultaneamente, cria e reforça essas relações. Afirmar a autora:

Organizando-se em torno da presença física do rei, a corte medieval pode conceber-se como um núcleo central de uma estrutura mais vasta, ligando por um conjunto de relações complexas o monarca ao reino, implicando por isso um sistema de instituições que materializam a mediação necessária do seu poder. Mas como o poder do rei se insinua e constrói de muitos modos, ele está ligado de modo não menos decisivo do que a esse sistema institucional à manutenção de um núcleo humano permanente rodeando o monarca que constitui, afinal, a corte.⁹¹

⁹⁰ GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 10.

⁹¹ *Ibidem*, p. 23.

O rei constitui-se então como elemento aglutinador de diversas relações de interdependência, que são complexas entre si, mas não necessariamente burocráticas – o elemento burocrático surgirá na corte portuguesa paulatinamente, com a criação de cargos específicos voltados para as atividades judicial, administrativa, financeira e militar. A organização burocrática portuguesa, assim como nos demais reinos europeus, terá seu apogeu no início da modernidade. Ao mesmo tempo que a corte se movimenta e define esses contornos organizacionais que serão cerne do seu papel do século XVI em diante, ela tem, desde o início, a função de agrupar os princípios do reino em torno da figura do rei.

Assim, podemos dizer que toda a existência da corte medieval portuguesa está diretamente ligada à necessidade da presença corpórea do rei, que se formula como um modelo de gestos solenes e sincronizados, que são repetidos e ordenados de modo a passar a ideia de “união através do tempo do rito, do passado com o presente, do rei com a ordem do cosmos”⁹². É a presença do rei e da família real que garante a difusão dos estatutos e das práticas que modulam aquele reino para a nobreza cortesã e, por isso, a autora esclarece que uma grande característica da corte portuguesa nos tempos de Avis é a heterogeneidade de indivíduos, formando assim um universo social hierarquizado próprio, que, por meio da repetição de ritos e gestos, frisam a ligação do monarca com o reino e os súditos. Podemos então pontuar que a autoridade do rei está intimamente ligada a um bom desenvolvimento dessa interdependência com aqueles que estão ao seu redor e, por isso, é positivo que esse grupo seja o mais diversificado possível.

Entretanto, com a chegada ao trono de D. João I em 1357, a corte se transforma totalmente. Junto com a nova dinastia, surge uma nova nobreza que, segundo os estudos de Rita Costa Gomes, não tinha precedente algum na corte⁹³. Assim, entendemos que o aspecto da irradiação de gestuais, práticas e estatutos se faz imprescindível, posto que essas pessoas que se aglutinam ao redor do monarca não têm experiência alguma na vivência real e nos postulados de corte. Dessa forma, a partir de 1357, a corte portuguesa cada vez mais modula-se de modo a promover a irradiação dos gestuais, ritos e práticas inerentes ao exercício do novo reinado que surgia com o Mestre de Avis. Essa irradiação se dará primordialmente por meio da reprodução de hábitos e gestos que são disseminados mediante os ritos e os cerimoniais.

⁹² GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 320.

⁹³ A chegada do Mestre de Avis ao trono seria a origem de Almeidas, Sás, Borges, Barros, Albergarias, entre outras no meio cortesão (*Ibidem*, p. 105).

Comumente autores englobam ritos e cerimoniais na mesma categoria, ou simplificam a conceituação e afirmam que os cerimoniais são meramente um conjunto de ritos. Para nós, se faz extremamente necessária a diferenciação teórica entre rito e cerimônia, uma vez que ela é central para o entendimento do papel do cerimonial nessa corte peculiar que é construída junto com a Dinastia de Avis. Martine Segalen define rito e ritual, sendo o ritual um conjunto de ritos, como:

Um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagem e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo. O uso do ritual é paralelo ao aparecimento da humanidade.⁹⁴

Sendo assim, podemos entender que o rito é um aspecto inerente à existência da humanidade enquanto grupo social e remete diretamente ao sistema de linguagem e ao comportamento específico, situado no tempo e no espaço, da sociedade que o encena. Dessa forma, o rito constitui-se elemento diretamente ligado ao contexto histórico e social no qual ele se reproduz. Claude Riviére, em sua célebre obra *Os ritos profanos*, afirma: “Não há sociedade, qualquer que seja sua escala, que não sinta a necessidade de, periodicamente, reafirmar em comum seus valores comuns”⁹⁵. Ou seja, o rito e o ritual expressam e demonstram continuidade de princípios e reafirmação de valores. Por intermédio deles é que se encena para a sociedade o que será mantido (e, portanto, é importante e central para sua existência social) e o que já não faz mais parte da leitura e dos modelos próprias daquele grupo. O autor ainda pontua que os ritos e rituais são um fato social que busca renovar a identidade e a personalidade do grupo e da sociedade⁹⁶. Sendo assim, o ritual sintetiza e reafirma a estrutura social, ao mesmo tempo que a molda.

No caso medieval, o rito é, antes de tudo, instrumento de comunicação do rei com seus súditos. É ele que regula a conduta de corte e da sociedade, colocando-se como representação de comportamentos. É por isso que o ritual se modifica com o passar do tempo. Segundo Marisa

⁹⁴ SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 31.

⁹⁵ RIVIÉRE, Claude. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 7.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 16.

Peirano, os rituais “não são algo fossilizado, imutável, definitivo”⁹⁷. Ora, se o ritual regula ao mesmo tempo que representa os valores da sociedade, é evidente que ele se modifica quando essa sociedade se modifica. Para nós fica claro então que o advento de uma nova corte, que nunca antes teve acesso a esse ambiente real e requintado, resultado do processo de elevação ao trono do bastardo de Avis, de fato influencia diretamente no modo em que os rituais e cerimoniais se realizam no Portugal tardo-medieval. Observaremos como isso se opera no cerimonial fúnebre, campo de interesse do nosso estudo, mais adiante neste capítulo⁹⁸.

O termo “cerimônia”, geralmente usado como sinônimo de ritual, também é alvo de grande debate. Para Beals e Hoijer, o ritual pode ser conceituado como um modo prescritivo para realização de eventos, enquanto a cerimônia é um conjunto mais amplo, que envolve diversos rituais, com tempo e espaço físico bem delimitados. Os autores situam então a cerimônia como um evento bem mais elaborado, com rituais, símbolos e lógicas próprias.⁹⁹ John Honigman, em seu verbete para o *Dicionário de Ciências Sociais*, conceitua cerimônia como manifestação de sentimento e de ações mais ou menos ordenadas com conotação simbólica em ocasiões delimitadas e apropriadas. Para ele, cerimônia e ritual seriam práticas diferentes, em que o ritual aparece como algo ligado à necessidade de normatização e regras, enquanto a cerimônia estaria mais entrelaçada com a expressão do sentimento ou dos valores que se quer passar. Desse modo, a presença do público na cerimônia se faz imprescindível, já que ela comunica algo.¹⁰⁰

Todavia, quando levamos em consideração o ambiente de corte e a presença do rei no contexto do cerimonial, a dicotomia rito/cerimônia se torna mais complexa. Segundo Rita Costa Gomes:

O serviço de corte, ao qual se referem às fontes é, em grande parte, constituído por atividades rituais, que organizam uma das principais modalidades do tempo coletivo no interior desse microcosmos social [...] A vida na corte não é unicamente composta por cerimônias. Dito isso, o aspecto ritual era, apesar de tudo, aspecto fundamental para o viver palaciano tal como a época o concebia. Uma visão de conjunto desse espectro de atividades que aí tem lugar parece-nos necessária para compreender a corte, não só enquanto organização de ofícios e conjunto ordenado de papéis, mas

⁹⁷ PEIRANO, Marisa. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 12.

⁹⁸ Ver p. 66.

⁹⁹ BEALS, R. L.; HOIJER, H. **An Introduction to Anthropology**. New York: Macmillan, 1953, p. 496-497.

¹⁰⁰ HONIGMAN, John S. “Cerimônia”. In: SILVA, Benedito. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986, p. 169.

igualmente como configuração social específica, com suas práticas culturais próprias. O ritual constitui, nesse último aspecto, pela sucessão de ocasiões de vivência coletiva, um elemento ordenador de um quadro temporal onde se desenvolvem essas formas de vida cortesã.¹⁰¹

Percebemos então que não devemos considerar a vida de corte apenas como uma reprodução de rituais e cerimônias, embora esse aspecto seja central para o entendimento de sua lógica interna. Ainda que a corte se constitua como uma organização de ofícios e um conjunto ordenado de papéis, ela é uma configuração social com práticas culturais próprias, ou seja, um organismo vivo que não se pauta apenas na reprodução de determinados comportamentos preestabelecidos, mas também nas suas lógicas e dinâmicas sociais internas particulares.

Rita Costa Gomes divide a ideia de cerimonial em duas realidades. Primeira, do cerimonial como um discurso por meio do qual se faz a transmissão dos hábitos de uma corte, transmissão esta que é de responsabilidade do próprio monarca¹⁰², que o faz geralmente por intermédio de manuscritos restritos, os quais tinham como objetivo ordenar e regulamentar as práticas cortesãs, que, por sua vez, teriam sua difusão na própria corte e em outras também.¹⁰³ A segunda realidade do cerimonial descrita pela autora é a que nos interessa neste estudo: esta outra faceta do cerimonial se daria em sua realização, em que o cerimonial se traduz “nas práticas rituais de uma corte, organizadas de forma sistemática”¹⁰⁴, as quais se destacam por seu caráter rememorativo, colocando como atividade central do rito os aspectos da reflexão e da aprendizagem por meio do exercício da memória dos hábitos e reproduções que ali são evocados.

Nesse sentido, para a autora, “as cerimônias surgem antes de mais nada como um utensílio para a compreensão da realeza, da sua natureza específica e também da relação entre o monarca e o reino”¹⁰⁵. Para nós, a necessidade da cerimônia com esse viés de utensílio para a compreensão de ideia de realeza que se quer forjar se faz imprescindível no contexto cortesão já mencionado, decorrente do processo conhecido como Revolução de Avis, que traz para o

¹⁰¹ GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 296.

¹⁰² *Ibidem*, p. 296.

¹⁰³ A autora afirma ter encontrado referência ao cerimonial aragonês na biblioteca de D. Duarte, o que ilustra bem a questão da difusão dos hábitos de uma corte para outras cortes (*Ibidem*, p. 296).

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 297.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 297.

cerne dos processos políticos uma corte – e um rei – que nunca antes haviam ocupado ou sido capacitados para executar tais papéis.¹⁰⁶

As cerimônias e os rituais régios vêm sendo alvo de diversos estudos historiográficos renomados desde o final do século XX. A reflexão sobre o papel do cerimonial para a perpetuação e a reprodução do poder real é o ponto chave para diversos estudiosos do período medieval. Podemos citar como precursores os historiadores da chamada Escola dos Annales, cuja concepção de Nova História aprofundou as inquietações e as reflexões em torno da questão das cerimônias, desde as de entronização dos reis até as fúnebres, bem como de reflexões ligadas à sacralidade régia.

No âmbito dos estudos pioneiros desse período sobre o tema, temos as obras de Marc Bloch e de Ernst Kantorowicz. O primeiro, em seu aclamado estudo *Os reis taumaturgos*¹⁰⁷, aborda a sacralidade real mediante o estudo da taumaturgia dos reis e de seu impacto no inconsciente coletivo dos homens medievais. Kantorowicz, em *Os dois corpos do rei*¹⁰⁸, aborda as questões do âmbito da teologia política, investigando Frederico III em uma perspectiva dos moldes da realeza no aspecto da representação de acordo com os sistemas medievais. Nesta obra, ele apresenta a ideia dos “dois corpos do rei”, que implica diretamente a perspectiva de que o rei é imortal, já que legalmente jamais pode morrer. É aí que reside a ideia dos dois corpos: um, individual e humano; outro, acima dos homens e jamais passível de erros. A morte do corpo natural não seria então a morte do rei, mas sim a transmissão do rei. O corpo natural faleceria, mas o corpo político, não. Todavia, as ideias do autor se aplicam mais diretamente ao caso inglês e não ao ibérico, segundo ele próprio: “O preceito e ficção legal dos dois corpos do rei são um aspecto característico do pensamento político inglês na era Elisabetana e nos primeiros Stuart”¹⁰⁹.

Jacques Le Goff em suas diversas obras também pesquisou questões ligadas a imagem régia, mecanismos de divulgação e cerimônias da realeza. Damos ênfase aqui a *O imaginário medieval*, em que afirma que o imaginário medieval é elemento necessário para o estudo do

¹⁰⁶ A mesma autora aborda no artigo “A realeza: Símbolos e cerimonial”, o fato de que a conjuntura da revolução avisina favoreceu em diversas esferas o surgimento da organização de tradições próprias, sendo uma delas o cerimonial, como peças da construção de uma ideologia da realeza. Essa ideologia da realeza que se funda nesse período não está pautada apenas nos cerimoniais, mas também em um arcabouço legitimador que envolve os aspectos teóricos, éticos, filosóficos e jurídicos do reino (*In*: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.). **A gênese do Estado moderno no Portugal do Tardo-Medieval (sécs. XIII-XV)**. Lisboa: UAL, 1997, p. 201-213).

¹⁰⁷ BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

¹⁰⁸ KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 48.

imaginário político medieval, o qual, segundo o autor, está intimamente ligado aos símbolos, um dos quais seria a própria coroa, que surge como simbologia do poder do rei. Segundo o autor, esse imaginário pertenceria ao “campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem de espírito, mas criadora, poética, no sentido etimológico da palavra”¹¹⁰. Ou seja, a sociedade medieval como um todo, mas principalmente a parcela da sociedade que orbita em torno do rei, transita entre imaginário e representação, tendo toda sua organização pautada e intimamente ligada à existência de símbolos que justifiquem suas práticas e sua existência.

Le Goff ainda destaca que o rei medieval é também um rei cerimonial¹¹¹, posto que toda sua vida é regulada por diferentes cerimoniais e rituais, como a sagração, as entradas, o trono e o cetro real, os funerais. O autor afirma que os reis mantêm viva a questão do passado, uma vez que esses rituais presentes nas cerimônias geralmente encenam recomeços: “O rei é um conservador e fiador do passado, uma garantia da estabilidade para o presente e futuro”¹¹². Portanto, é por intermédio dele e de suas cerimônias que os súditos podem ter a noção de permanência associada à perpetuação do poder das dinastias no decorrer de seus reinados.

Mas isso não se aplica apenas para o rei. Segundo Jean-Claude Schmitt, a sociedade medieval possui uma ritualização em quase todos os aspectos da vida cotidiana¹¹³, a qual abarca inclusive a regulação das trocas entre as pessoas, sendo tal ritualização incentivada e até mesmo produzida pela Igreja, uma vez que esta seria a responsável pelo controle dos meios escritos de representação e interpretação de ritos em geral. Dessa forma, podemos observar uma interferência, frequente para o caso medieval, entre os rituais régios e os rituais litúrgicos. Para nós, esta interferência é amplamente justificável, quando levamos em consideração o destaque que a esfera do sagrado possui nas manifestações de poder da monarquia. Ele cita ainda, como exemplo da relação entre Igreja e rituais, o rito de adubamento que sinalizava a entrada de jovens guerreiros para a cavalaria, o qual deveria coincidir com a data de Pentecostes e ser composto por orações e juramentos sobre relíquias.

Para Jean-Claude Schmitt, entretanto, há uma divisão entre rito e cerimônia pautada não apenas na duração, em que a cerimônia é composta e compõe dialeticamente uma série de

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 12.

¹¹¹ *Idem*. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**, 2 v. São Paulo: EDUSC/ Imprensa Oficial SP, 2002, p. 402.

¹¹² *Ibidem*, p. 402.

¹¹³ SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Op.cit.*, p. 417.

rituais, conforme explicitamos anteriormente¹¹⁴, mas também em torno da emoção que envolve a composição desses últimos. O autor afirma que a cerimônia é imposta e coordenada e não necessariamente envolve emoção, configurando uma relação “horizontal” entre os homens, sem envolvimento direto no sagrado, enquanto os ritos ligariam emocionalmente a comunidade, obedecendo a um eixo “vertical” que ligaria os homens ao sagrado. Sobre esta questão da ligação entre o rito e a cerimônia, Le Goff vai além e afirma que o conjunto de ritos e de rituais simbólicos não podem ser entendidos apenas como um cerimonial, mas sim como um sistema, que só funciona quando não falta nenhum elemento essencial para seu desempenho.¹¹⁵

Temas relacionados a essa questão do imaginário régio e do cerimonial têm sido trabalhados por outros autores mais recentemente em relação ao mundo ibérico. Em Portugal, surgiram diversos estudos que lidam com essa temática, principalmente voltados para a questão da memória textual, ligada à diplomacia, e de cortes e chancelarias. Carvalho Homem declarou inclusive que a Nova História portuguesa medieval é uma história primordialmente de “textos”¹¹⁶. Nesse âmbito, os maiores exemplos que encontramos são os de Armindo de Sousa, que calça seu estudo na análise de discurso das reivindicações dos conselhos em cortes¹¹⁷ e João Gouveia Monteiro, que discute diretamente a questão das crônicas e dos discursos nela embutidos¹¹⁸. Ainda no final do século XX, diversos autores se debruçaram sobre a questão do cerimonial. Todavia, Rita Costa Gomes pontua que esses estudos carecem de profundidade em observar determinados aspectos do sistema de cerimonial da realeza portuguesa, devido à falta de articulação de documentos e análises em uma perspectiva mais expandida.¹¹⁹

Para tratar do cerimonial, geralmente evoca-se a imagem da metáfora teatral ou do uso de rituais e cerimônias como um tema de *propaganda* dinástica por parte dos reis. Sobre a questão do uso do termo “propaganda” para tratar da articulação entre discurso e poder real, consultamos a obra de José Manuel Nieto Soria, estudioso da medievalidade ibérica com ênfase

¹¹⁴ Ver p. 59.

¹¹⁵ LE GOFF, Jacques. O ritual simbólico da vassalagem. In: LE GOFF, Jacques. **Para um outro conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980, p. 325.

¹¹⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado moderno na recente historiografia portuguesa. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho. **A gênese do Estado moderno no Portugal do Tardo-Medieval (sécs. XIII-XV)**. Lisboa: UAL, 1997, p. 63.

¹¹⁷ SOUSA, Armindo de. **As cortes medievais portuguesas (1385-1490)**. Porto: INIC/CHUP, 1990.

¹¹⁸ MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: Texto e contexto**. Coimbra: Minerva, 1987. 2v.

¹¹⁹ Os estudos aqui referidos são: BEBIANO, Rui. **D. João V. Poder e espetáculo**. Coimbra: Livraria Estante Editora, 1987; ALVES, Ana Maria. **As entradas régias portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, [s/d]; ALVES, Ana Maria. **Iconologia do poder real no período manuelino – A procura de linguagem perdida**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985; MATTOSO, José. A Coroação dos primeiros reis de Portugal. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada. **A memória da Nação**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991 e MATTOSO, José. **Fragmento de uma composição medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

no modelo de poder castelhano. O autor defende, em *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación em la Castilla Trastámara*, que há uma “dimensão carismática” na representação iconográfica e gestual dos monarcas ibéricos do Tardo-Medievo, exercida por meio das cerimônias e dos ritos políticos, que deve ser observada na perspectiva do conceito de propaganda. Com relação aos cerimoniais, afirma o autor:

Este punto de vista político há impuesto varias consideraciones. Así, el estudio de la ceremonia, en su relación con el contexto político, su capacidad de plasmación de unos principios políticos, su valor como acto de afirmación de unas pretensiones de poder, su eficacia propagandística y legitimadora u operatividad em el contexto de la génesis del Estado Moderno.¹²⁰

Ou seja, para o autor, a cerimônia se dá como ato de afirmação de poder, com eficácia propagandística e legitimadora, influenciando diretamente na questão da ascensão do Estado moderno. Todavia, devemos levar em consideração o fato de que o autor propõe uma outra definição conceitual para a palavra “propaganda”, definição que elimina o aspecto contemporâneo do termo, dialogando então com a historiografia que faz oposição a esse conceito, acusando-o de anacronismo. Para Nieto Soria, a propaganda é um conjunto de processos de comunicação que, por meio da difusão de valores, crenças e normas, forma as diversas ideologias políticas. Para tal, a propaganda mobilizaria motivações conscientes com as representações inconscientes, e é dessa articulação que emerge sua eficácia como mecanismo de difusão de poder.¹²¹ Para nós, o conceito, do modo como é instrumentalizado pelo autor, faz que o cerimonial soe como uma prática friamente calculada, cuja intencionalidade por trás da composição do cerimonial é inequívoca no que diz respeito ao seu uso para a mobilização e o reforço de ideologias políticas. Por isso, não utilizaremos essa ideia para analisar o cerimonial português do final da Idade Média.

Além da noção de representação e de propaganda, no final dos anos 1980 surge na historiografia o conceito de *teatro* para definir as cerimônias e os rituais régios medievais. Sobre o uso deste conceito, acabamos retornando à mesma ambiguidade aplicada ao uso do termo “propaganda” para definir o cerimonial. Ora, se algo é encenado – e é esse pressuposto que está

¹²⁰ NIETO SORIA, José Manuel. *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación em la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993, p. 23.

¹²¹ *Ibidem*, p. 25.

por trás do uso da palavra “teatro” –, evidentemente não é algo espontâneo. Mais uma vez, nos deparamos com um conceito que coloca o cerimonial e os rituais como algo engendrado e mecanicamente calculado.

Sobre essa questão, afirma Ernst Cassirer: “O culto é um verdadeiro utensílio do homem com o qual ele submete a si o mundo, de maneira quase física, mais do que espiritual... o que tem lugar nesses ritos não é um *mise-en-scène* que imitaria um acontecimento, mas o próprio acontecimento”.¹²²

Corroboramos a perspectiva do autor. Para nós, utilizar as noções de propaganda ou teatro significaria reduzir não só o aspecto real do rito e da cerimônia, mas também as práticas da corte e da sociedade medieval em si, a um mero roteiro planejado de ações com causa e consequência bem delimitadas. Fica claro que a monarquia portuguesa busca dominar o discurso do cerimonial e do rito para transmitir uma mensagem de poder – demonstrar como ela o faz em relação a rituais e cerimoniais fúnebres é o objetivo deste capítulo –; entretanto, isso se dá de modo que as cerimônias régias reforçam o poder real, mas não têm sua única função girando em torno deste reforço. A cerimônia é, antes de mais nada, expressão humana e fator de coesão entre os membros de uma determinada sociedade, que opera por meio de laços. Dessa forma, fica clara a relação entre projeto político e cerimonial, mas devemos ter em consideração que esse projeto não é o único propósito de um ritual ou cerimônia, principalmente quando estes mobilizam elementos religiosos em sua concepção.

2.1.2 O cerimonial fúnebre

O cerimonial fúnebre e seus ritos constituem-se como parte inerente da humanidade. Em maior ou menor escala, com maior número de ritualidade e regras ou não, desde a pré-história¹²³ o homem encarrega-se do cadáver de seu semelhante, seja com o intuito de despedida, seja como sinal de respeito ao corpo que ali se encontra. Esse hábito, a não ser em

¹²² CASSIRER, Ernst. **La philosophie des formes symboliques**. Paris: Minuit, 1972, p. 61. *Apud* GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 297.

¹²³ Sobre os hábitos de enterramento pré-históricos, cf. CISNEIROS, Daniela. **Práticas funerárias na pré-história do nordeste do Brasil**. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. A autora aborda, de acordo com análises arqueológicas, os modelos de enterro e rito que as populações pré-históricas brasileiras exerceram no Nordeste.

momentos de doenças epidêmicas, é transversal a todos os segmentos da sociedade: desde os mais pobres até os mais ricos, todos dão significado ao enterramento do cadáver no contexto ocidental. Além disso, podemos considerar que, na Idade Média, o “[...] ato de morrer era sempre um ato público”¹²⁴, o que traz ao falecimento medieval em geral o aspecto da exposição.

Para o caso do sepultamento do rei, a motivação não reside apenas na despedida ou na mera reprodução do rito. A morte do rei traz à tona uma questão de poder que coloca em risco não só a dinastia na qual ele está incluso, mas todo o cotidiano do reino: a questão sucessória. Por isso, antes do significante individual e familiar, a morte do rei, juntamente com o cerimonial e o ritual que a envolvem, tem um fundamento político.

Para Arthur Hocart, os ritos funerários são parte do ciclo fundamental do cerimonial régio.¹²⁵ O autor propõe que, para a manutenção da monarquia no poder, são essenciais três tipos de ritos estruturantes: os de acesso ao trono ou consagração, os de acasalamento e os funerários. Podemos notar que todos esses ritos classificados pelo autor como de estrutura monárquica têm em comum a problemática da continuidade da realeza, cada um em sua peculiaridade. Entre os três, o rito funerário tem importância central, uma vez que, para que o acesso do príncipe ao trono seja bem-sucedido, é necessário que seu pai seja enterrado com toda a opulência da monarquia e dos feitos da dinastia, de modo que sua morte não enfraqueça a posse do sucessor, mas sim a reforce. Assim, podemos considerar que os rituais funerários se configuram como o nó de encadeamento entre os consecutivos reinados, promovendo a coesão interna da dinastia.

Entretanto, a morte do rei possui um aspecto mais delicado: o fato de desencadear um sentimento de insegurança social e de anomia em todo o reino. Não são novidade os rompantes de violência e desorganização que sublinham esse momento em toda a Europa.¹²⁶ O reino português tem ainda dois agravantes: o medo perene da conquista castelhana e, para o caso da Dinastia de Avis, a temível lembrança recente da regência de D. Leonor e do caos que se instaurou no reino com a crise sucessória. Sendo assim, os rituais de morte da Dinastia de Avis ocorrem em contextos muito vulneráveis para o poder real.

¹²⁴ ARIÉS, Philippe. **O homem perante a morte**. Mem Martins: Europa-América, 1977, p. 29.

¹²⁵ HOCART, Arthur. **Kingship**. London, Oxford University Press, 1970. *Apud* GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 300.

¹²⁶ Cf. a importante pesquisa de Bertelli sobre os interregnos e as ondas de violência que acometem os reinos nesse período: BERTELLI, Sérgio. **Il corpo del re, sacralità del potere nell' Europa medievale e moderna**. Firenze: Ponte alle Grazie, 1990.

Acreditamos que essa vulnerabilidade presente no momento do falecimento do rei e, conseqüentemente, da transição dinástica, justifique o fato de comumente a cerimônia de assunção do novo rei ser muito rápida quando comparada às exéquias para os monarcas de Avis. Diferentemente do cerimonial fúnebre, que muitas vezes se arrasta por meses até o sepultamento final, a posse da coroa geralmente se faz logo após o falecimento do antecessor. Assim teria sido o acesso ao trono de D. Duarte, D. Afonso V – ainda na infância – e D. João II.

Opõem-se a essa rapidez na posse da coroa pelo primogênito do falecido todas as etapas que envolvem o sepultamento real. Geralmente, no período medieval, as exéquias e os demais ritos são inaugurados com um funeral mais simples, no qual estão presentes os familiares e demais membros da corte e do clero com alta titulação, para só após esse momento se iniciar a grandiosa cerimônia do *saimento*¹²⁷. A forma como se dá esse saimento, bem como o ritual de transladação do corpo quando o óbito ocorre longe do túmulo real, irá variar entre os monarcas de Avis. Esta variação será analisada mais adiante nesse capítulo¹²⁸.

Entretanto, há alguns elementos contínuos e comuns no que diz respeito a todo o ocidente medieval nesse período. Primeiro, o fato de a corte ser amplamente participante nos rituais fúnebres do rei.¹²⁹ Conforme já pontuamos¹³⁰, a corte na época orbitava em torno da presença do rei, transitando no espaço físico do reino junto com ele, na maioria das vezes. Fazer parte do séquito do monarca em suas comitivas era uma honra e um elemento importante da vida cortesã. No geral, o rei português em suas itinerâncias era acompanhado de várias centenas de pessoas.¹³¹ Isso faz que a chegada da comitiva real seja sempre um grande evento para a população local, por conta dos problemas corriqueiros de abastecimento e até mesmo acomodação dessas pessoas. Sendo assim, a visita do rei a um povoado era um evento sem precedentes nesse período. Quando a visita se trata do rei morto e de seu séquito em cortejo, o impacto é ainda maior, uma vez que, além do componente material, é necessário que o súdito mobilize seu componente emocional para clamar a alma do falecido monarca. Por esse motivo, a procissão fúnebre até o local de repouso dos quatro primeiros reis da Dinastia de Avis, o

¹²⁷ Cortejo fúnebre; funeral, enterro. (SAIMENTO. **Grande dicionário Houaiss**. Disponível em: <houaiss.uol.com.br>. Acesso em 12 abr. 2019).

¹²⁸ Ver p. 77.

¹²⁹ GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 305.

¹³⁰ Ver p. 58.

¹³¹ GOMES, Rita Costa. *Op.cit.*, p. 276.

Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a 122 km, saindo de Lisboa, é sempre um evento de impacto e será recorrente para os monarcas por nós analisados.

Geralmente, nos cortejos na Europa medieval, há o estímulo de diversos sentidos dos acompanhantes que sofrem pelo falecimento. O toque dos sinos, os gritos em orações proferidas por membros do clero ou o barulho dos animais fazem que o evento seja sempre algo notado por todos mesmo à distância. É preciso reiterar que o rei está morto, para que os votos de longa vida sejam dados ao novo rei.

Aspecto central para o reforço da ideia de que aquele monarca não mais vive são as demonstrações de dor associadas à manifestação do luto. Essas são copiosas e envolvem desde o choro até gritos guturais e autoflagelação.¹³² Oliveira Marques pontuou que o luto na sociedade medieval portuguesa era muito frequente, podendo ser inclusive fruto de um desastre nacional, não apenas então vinculado ao falecimento. Sua manifestação era sempre pública e refletia principalmente no desprezo do corpo, mediante o abandono de hábitos de higiene, arranhar-se e despentear os cabelos. Alguns homens, ainda, deixavam a barba crescer.¹³³

Segundo Georges Duby, a explicação para esse comportamento violento está atrelada à memória da dor da morte. Para ele, infligir dor a si próprio e deixar marcado fisicamente em seu corpo o momento em que o seu sofrimento pelo morto foi externado é uma forma de lembrar-se desse acontecimento importante.¹³⁴ José Mattoso atribui ainda a essa grande manifestação de sofrimento nos cortejos fúnebres o sentido de defesa da comunidade diante desse momento de anomia, uma vez que o luto fortaleceria os laços de solidariedade entre os súditos, devolvendo estabilidade ao reino. O autor explica ainda que, na Antiguidade, essas mesmas manifestações tinham como pretensão manter o ente morto vivo no seio da sociedade, enquanto, no decorrer do período medieval, cada vez mais vão adquirir o caráter de súplica a Deus em prol da alma. Quanto mais intenso fosse o luto e a veemência dos pedidos, acreditava-se que mais benesses a alma receberia no pós-vida.¹³⁵

Sendo assim, até mesmo as indumentárias utilizadas têm simbologia importante nesse cerimonial. Para o caso português do Tardo-Medieval, durante o luto eram utilizados tecidos

¹³² PEREZ MONZÓN, Olga. La procesion fúnebre como tema artístico de la baja Edad Media. **Anuário del departamento de História e Teoría del Arte**, v. 20. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, p. 19, 2008.

¹³³ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. **A sociedade medieval portuguesa: Aspectos de vida quotidiana**. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 275.

¹³⁴ DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 185.

¹³⁵ MATTOSO, José. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular**. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, p. 58.

rústicos, como estamenha e o popular burel, em uma tentativa de penalizar-se e opor-se à utilização dos tecidos opulentos pelo morto em vida.¹³⁶ No caso da morte de um súdito qualquer, apenas os membros mais próximos da família e servidores diretos tinham como obrigação o uso dos trajes de luto. Todavia, na morte do rei, todo o corpo político deveria assim vestir-se. O uso do preto como cor do luto foi popularizado em Portugal justamente na ocasião da morte de D. João I, em 1433, após o uso dessa cor na cerimônia por seu filho D. Duarte. Posteriormente, o preto se generalizará como cor não só da vestimenta, mas de toda a indumentária fúnebre real, no reinado de Manuel I, a partir de 1495.¹³⁷

Desse modo, podemos notar que a cerimônia fúnebre terá papel central no período medieval. Pelo fato de representarem a possibilidade de um conjunto maior de pessoas interceder diretamente junto a Deus pela alma do morto e, no caso específico do rei, corroborarem para que o imaginário da dinastia se mantenha e, portanto, a posse ao trono seja garantida, os rituais de passagem no momento do sepultamento são sempre públicos e, destarte, têm como intenção transmitir uma mensagem.

2.2 As crônicas reais e o processo legitimador

Para melhor entender a mensagem que a Dinastia de Avis procurou transmitir no desenrolar de seu cerimonial fúnebre, bem como a aplicação prática das disposições testamentárias, analisaremos as crônicas de maior proeminência de cada monarca. Nossa ênfase nesta documentação será principalmente no relato do momento pontual do falecimento, no cerimonial fúnebre e nas exéquias.

Para isso, destacamos a *Crônica do Rei D. Duarte*, a *Crônica de D. Alfonso V* e a *Crônica de El-Rei D. João II*, de Rui de Pina¹³⁸, e a *Crônica de D. João II e Miscelânea*, de Garcia de Resende¹³⁹. Escolhemos duas crônicas que abordam a vida de D. João II, pois por meio da leitura destas podemos encontrar congruências e incongruências nos relatos fúnebres

¹³⁶ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. **A sociedade medieval portuguesa: Aspectos de vida quotidiana**. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 216.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 208.

¹³⁸ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

¹³⁹ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

de D. Afonso V e do próprio João II, coisa que não é possível para os demais reis, uma vez que estes não possuem diversas crônicas com informações diferentes e inéditas sobre seu falecimento.

Diversos estudos pontuam a emergência de um cuidado com o passado no Portugal tardo-medieval, que resultou em uma série de sistematizações e, conseqüentemente, organizações de diversos documentos que versam sobre variados temas, desde textos filosóficos e anedóticos até documentos administrativos e de teor jurídico.

Nesse contexto, é criado o cargo de cronista no reino, em uma iniciativa inédita. Os cronistas são responsáveis não só por registrar, mas também por perpetuar a guarda dos registros no Arquivo da Torre do Tombo – isto quando acumulam a posição de guarda-mor deste arquivo, como, por exemplo, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Sobre a organização dos relatos de vida dos reis em crônicas, diz António José Saraiva:

Em 1434 o rei D. Duarte dizia saber que tinha dado cargo a Fernão Lopes “nosso escrivão” de pôr em crônica “as histórias dos reis que antigamente em Portugal foram” e também “os grandes feitos e atos do mui virtuoso e de grandes virtudes el Rei, meu senhor e pai”, e que atendendo ao trabalho que ele tinha desta obra, lhe concedia uma tença vitalícia de 14 mil réis.¹⁴⁰

Essa carta, datada de 19 de março de 1434, é o marco que inaugura a sistematização da biografia real. Embora a Casa Real avisina se preocupe diretamente com a questão da formulação de uma versão oficial para a ascensão de D. João I a rei, a encomenda para Fernão Lopes menciona todos os reis portugueses até então, abarcando, portanto, monarcas anteriores à Casa de Avis. Essa crônica dos primeiros reis ficou conhecida como *Crônica de 1419*. Luís Filipe Lindley Cintra pontua que essa primeira parte da crônica seria uma provavelmente uma nova versão da *Crônica Geral de Espanha* de 1344, escrita pelo conde D. Pedro¹⁴¹. Acreditamos que a iniciativa de começar o trabalho de recolhimento da memória do reino português pelos monarcas anteriores está intimamente ligada ao fato de ser D. João I um bastardo e, portanto, buscar criar uma linearidade entre os governos dos diversos reis como forma de moldar uma narrativa na qual sua entronização seja parte integrante e legítima. Esta perspectiva, junto com

¹⁴⁰ SARAIVA, António José. **História da cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, p. 457.

¹⁴¹ CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Edição Crítica do Texto Português da Crônica Geral de Espanha de 1344**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951, p. 10.

a carta de 1434 de D. Duarte, já nos trazem fortes indícios de que a confecção das crônicas se faz dentro de um projeto muito bem organizado e concatenado pela Dinastia de Avis, dentro do qual os relatos fúnebres estão inclusos.

Mariana Bonat Trevisan nos traz as balizas cronológicas a respeito da confecção dessas crônicas.¹⁴² A crônica de D. Pedro I compreende os anos de seu reinado, que vão de 1357 a 1367.¹⁴³ Dentre as crônicas redigidas por Fernão Lopes, chegaram inteiras até nós as de D. Pedro I¹⁴⁴, D. Fernando¹⁴⁵ e as duas partes da crônica de D. João I¹⁴⁶. Esta teria sido escrita no final do reinado de D. João I e finalizada antes de 1436, já no reinado de D. Duarte. Embora a polêmica em torno de Inês de Castro seja apontada, a memória que Fernão Lopes constrói em discurso para o pai do Patriarca de Avis é de um governo saudoso e estável. A crônica inclusive aborda D. João como um filho predestinado e narra a criação e a instrução do mesmo na Ordem de Avis por seu pai.¹⁴⁷ Dessa forma, cria-se uma narrativa idílica da infância do monarca avisino, ainda que bastardo.

A crônica de D. Fernando é mais extensa e teria sido escrita entre 1436 e 1443.¹⁴⁸ A maior parte de suas páginas aborda as guerras contra Castela e o contexto que levou o Rei até a assinatura do Tratado de Salvaterra, fato essencial para a entronização de D. João I. Ela é sucedida pela crônica do próprio D. João I, que de tão substanciosa teria sido dividida em duas partes: a primeira com 193 capítulos e a segunda, com 203. Isso demonstra para nós com clareza que a amplitude das informações coletadas para essa crônica é muito maior do que para as anteriores. É claro que podemos justificar essa diferença com o fato de Fernão Lopes ter sido contemporâneo desse rei e, portanto, existir a possibilidade de ter sido testemunha ocular de grande parte dos acontecimentos. Todavia, fato é que as crônicas anteriores têm muito mais ênfase nos postulados que justificam o surgimento de D. João I como monarca, enquanto sua própria dedica-se a ilustrar seu governo como um período de pacificação em relação a Castela e de modelo familiar.

Gomes Eanes de Zurara é o segundo cronista da Casa de Avis, nomeado em 1454. Ele escreve quatro crônicas: *Crônica da Tomada de Ceuta*, *Crônica dos Feitos da Guiné*, *Crônica*

¹⁴² TREVISAN, Mariana Bonat. **A Primeira Geração de Avis: Uma família “exemplar” (Portugal - Século XV)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, p. 94-95.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 95.

¹⁴⁴ LOPES, Fernão. **Crônica de D. Pedro I**. Porto: Livraria da Civilização, 1965.

¹⁴⁵ *Idem*. **Crônica de D. Fernando**. Porto: Livraria da Civilização, 1979.

¹⁴⁶ PINA, Rui de. **Crônicas de Rui de Pina**. Porto, Lello & Irmão Editores, 1977.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p.195-198.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 96.

de D. Pedro de Meneses e *Crônica de D. Duarte de Meneses*. Pelos títulos, podemos perceber que o teor de sua narrativa é substancialmente diferente da proposta de Fernão Lopes, posto que dá preferência para os feitos dos príncipes, com ênfase, principalmente, às campanhas no além-mar.¹⁴⁹ Isso ocorre pelo fato de o cronista estar imerso em um contexto no qual a justificativa da expansão para o norte da África era ponto central nas preocupações da coroa. Gomes Eanes de Zurara escreve no reinado de D. Afonso V, o qual tem seu governo fortemente voltado para a conquista do além-mar.

O próprio Zurara explicita essa demanda da coroa em um ordenamento da história da dinastia em sua *Crônica da Tomada de Ceuta*. O cronista relata que, tendo D. Afonso V tomado conhecimento do fato de que alguns dos feitos de seu avô não estavam devidamente registrados nas crônicas, encomendou para que se juntasse e escrevesse as coisas do reino de tal forma que as informações não caíssem no esquecimento. O cronista afirma que isso vem de uma preocupação do Rei de que muitos dados poderiam ser perdidos no passar do tempo, pois as pessoas presentes poderiam falecer¹⁵⁰. A partir desse relato, podemos perceber que de fato a preocupação com a manutenção da memória da família de Avis em relação aos grandes feitos é algo que não apenas se inicia por D. João I e é esquematizado por D. Duarte, mas também uma preocupação que atravessa as gerações.

Embora os dois primeiros cronistas sejam essenciais para a nossa análise do ponto de vista da questão legitimadora e da inserção do conteúdo das crônicas em um projeto de relevância dinástica da monarquia, ambos não relatam os cerimoniais fúnebres da Casa de Avis, pelo fato de deterem-se nos reinados até o de D. João I. A morte de D. João I não consta em suas crônicas; ela será relatada apenas na abertura da crônica de D. Duarte, seu filho e sucessor, sendo esta coletada e redigida por Rui de Pina.

Rui de Pina é, sem dúvida, o cronista mais discutido desse período. Seja por seu estilo de escrita rebuscado, seja por sua aparente imparcialidade no que diz respeito aos juízos de valor em relação ao rei e aos demais componentes da crônica e a contestação da originalidade de seus textos, a crônica de Rui de Pina é sempre muito debatida em todas as suas esferas.

Ele é pessoa notável entre os servidores de D. João II e D. Manuel. É o Príncipe Perfeito que lhe dá o encargo de cronista, e o Venturoso corrobora com cessão do título de nobreza

¹⁴⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, 1989.

¹⁵⁰ ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Coimbra: Academia de Ciencias de Lisboa, 1915, p. 13.

intelectual. A trajetória de Rui de Pina no ambiente da corte começa com seu pai, Lopo Fernandes de Pina, que foi uchão¹⁵¹ da casa do Infante D. Pedro até a tragédia de Alfarrobeira, depois escudeiro de D. Afonso V e juiz dos órfãos da guarda, até seu falecimento durante o reinado de D. João II.¹⁵² Mediante a observação dessa trajetória, podemos entender a grande influência do ambiente de corte em Rui de Pina. Ainda que a encomenda das crônicas seja feita por D. João II, Rui de Pina foi testemunha ocular de grande parte dos acontecimentos e rebuliços políticos da corte de D. Afonso V.¹⁵³

Rui de Pina se ocupou das crônicas por trinta anos, desde 1490, quando D. João II lhe deu a comissão de serviço, até 1521, início do reinado de D. João III, que encomenda a crônica de D. Manuel I, crônica esta incompleta, cujo fragmento não chegou até nós.¹⁵⁴

A grande polêmica com relação à autoria de Rui de Pina nas crônicas é levantada com a acusação de Damião de Góis. É pontuada a dependência de Pina dos relatos de seus antecessores Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Além de a documentação disponível para os três ser a mesma, aquela da Torre do Tombo¹⁵⁵, o que permite o entendimento de certa similitude em alguns relatos, é importante mencionar que o conceito de plágio não existe no século XV, o que torna plausível que alguns trechos sejam reaproveitados e reformulados.

Damião de Góis, o próximo cronista analisado por nós, foi guarda-mor da Torre do Tombo de 1548 até 1571 e grande crítico dos que anteriormente ocupavam seu cargo¹⁵⁶ e, por isso, acaba revisitando alguns episódios já antes descritos.¹⁵⁷ Por conta disso, a análise de sua obra é interessante em termos comparativos. A crônica de Damião de Góis é sempre alvo de profícuo debate, a começar por seu caráter de oficialidade. Sobre isso, o próprio cronista afirma

¹⁵¹ Responsável por uma ucharia; despenseiro, ecônomo. (UCHÃO. **Grande dicionário Houaiss**. Disponível em: <houaiss.uol.com.br>. Acesso em 12 abr. 2019).

¹⁵² FERREIRA, Maria Emília Cordeiro. Rui de Pina. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**, V. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979 p. 81-83.

¹⁵³ DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte: réquiem por um rei triste**. Lisboa: Temas e Debates, 2007, p. 18.

¹⁵⁴ GOMES, Rita Costa. Rui de Pina. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993 p. 597-598.

¹⁵⁵ COSER, Miriam Cabral. A Dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**. Santa Cruz, v. 10, n. 18, p. 703-727, jul-dez 2007.

¹⁵⁶ A historiografia portuguesa a partir da segunda metade do século XX passou a situar esse espírito crítico de Damião de Góis em sua influência humanista (REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis e os chamamentos do humanismo. In: **DAMIÃO de Góis: humanismo português na Europa do Renascimento**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, p. 25.

¹⁵⁷ Cf. TAVARES, José Fernando. **Damião de Góis: um paradigma erasmiano no humanismo português**. Lisboa, Universitária Editora, 1999.

especificamente que não escreve por encomenda real, apesar de ter sido nomeado guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo, mas sim a pedido do Cardeal D. Henrique.¹⁵⁸

A crônica do Príncipe D. João discorre sobre o período compreendido entre 1455 e 1481, ou seja, do nascimento de João II até a morte de Afonso V. A crônica é a do *Príncipe* D. João, não a do *Rei* D. João. Sendo assim, nesta crônica não encontramos relato da morte do Príncipe Perfeito. Esta só aparecerá na crônica de D. Manuel.

Damião de Góis se posiciona com relação aos seus predecessores. Em todo seu relato, faz considerações sobre a obra de Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros e Garcia de Rezende. Ele acusa Rui de Pina de ter reescrito crônicas anteriores em seu nome, além de ter negligenciado os descobrimentos, entre outras coisas. De fato, Damião de Góis revisita e critica os demais cronistas de forma incisiva, pontuando diretamente o que discorda e como o refuta.

O estilo de escrita de Damião de Góis no geral preza pelo factual, abordando as questões sem se alongar muito e sem se atentar ao anedótico. Ainda que muitas vezes seu relato venha permeado por alguma consideração pessoal, o cronista preza primordialmente pela veracidade dos fatos.

Não podemos negar que Damião de Góis se apoia na crônica de D. Afonso V de Rui de Pina. Inclusive, o relato de morte de Afonso V não diverge em nada do que é dito por Rui de Pina; é até mais conciso. O único acréscimo é o fato de D. Jorge ter nascido no mesmo mês em que Afonso V morreu. Contudo, a peculiaridade de Damião de Góis é o fato de relacionar sua crônica com fontes e acontecimentos de outros Estados. Além disso, nota-se que o tom geral é demonstrar o quão D. João II ainda Príncipe já era preponderante no reino.

Posta a questão da extrema similitude entre o relato fúnebre de Afonso V de Rui de Pina e o de Damião Góis, restringimos nossa análise para essa questão apenas à crônica de Rui de Pina, uma vez que esta nos traz mais informações sobre o falecimento real.

Garcia de Resende, escritor cuja crônica também faz parte de nosso *corpus* documental, é um personagem peculiar no contexto português em que vive. Mencionado por alguns como

¹⁵⁸ PUTINATO, Lucas Henriques. **Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista**. Franca: UNESP, 2007, p. 22.

arauto do humanismo¹⁵⁹ e, por outros, como convicto defensor do pensamento senhorial tradicional, fato é que sua figura é grande alvo de debate nos dias atuais.

O poeta nasceu em Évora, em 1470, e, desde muito jovem, foi acolhido no Paço sob a proteção de seu tio materno. Não conviveu com Afonso V, devido a seu claustró no final da vida, mas foi muito íntimo de D. João II, que o nomeou moço da câmara e de escrivania, o que fez que Garcia de Resende se tornasse seu confessor íntimo. Ele servirá também D. Manuel I.

A obra de Resende gira em torno da figura de João II como o grande governante de Portugal. O D. João II de Garcia é indomável, autoritário por seu bom governo e invencível – de fato, um príncipe perfeito.

O texto que estudaremos aqui tem sua gênese em Évora, entre 1530 e 1533, a partir de uma compilação de suas lembranças e notas pessoais, recolhidas ao longo da vida. A obra em si não tem caráter de crônica, inclusive por não possuir um quadro narrativo coeso com primazia cronológica. A intenção, de fato, é tratar do monarca. Não é um tributo ao reinado, mas ao indivíduo, de tal forma que o final cronológico é a deposição do defunto no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.¹⁶⁰

Posteriormente, outros escritos são associados à obra, junto com a miscelânea, presente na edição que utilizamos¹⁶¹, a qual trata de poesia. Mas isso não significa que o relato de D. João II também não seja repleto de figuras literárias. Garcia de Resende não preza pelo factual, trabalhando sempre o nível do pessoal, do íntimo. Sua obra é repleta de anotações anedóticas.¹⁶²

Hoje, embora o tema sobre as cópias e reformulações das crônicas seja alvo de imensa discussão entre historiadores e críticos literários, parece-nos evidente que a crônica de Garcia de Resende, mesmo nos trechos em que muito se assemelha ao relato de Rui de Pina, não se trata de uma cópia. Em cada linha, é possível identificar o que há de original, com o floreio e o estilo de Garcia de Resende, conforme demonstraremos a seguir.¹⁶³

¹⁵⁹ OSÓRIO, Jorge A. Do Cancioneiro “ordenado e emendado” por Garcia de Resende. **Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas**, Porto, Universidade do Porto, II série, v. XXII, p. 291-335, 2005, p. 335.

¹⁶⁰ FREIRE, Braamcamp. **Crítica e História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1910, p. 50.

¹⁶¹ FIGUEIREDO, Fidelino de. Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. In: FIGUEIREDO, Fidelino de. **História literária de Portugal – Séculos XII-XX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

¹⁶² PIMPÃO, Álvaro da Costa. **História da literatura portuguesa**. Coimbra: Editora Atlântida, 1947, p. 409.

¹⁶³ Ver p. 89.

É natural que o relato do cerimonial fúnebre do rei falecido abra a crônica do sucessor, uma vez que é a morte do rei que legitima a posse do príncipe. Todo início de reinado é fruto de uma morte. Por isso, começamos a partir a crônica de D. Duarte, em que aparece o relato da morte de seu pai, D. João I.

2.3 A morte dos monarcas de Avis – Análise dos relatos fúnebres

Neste item, faremos uma análise extensiva dos relatos fúnebres elencados anteriormente para cada rei, buscando entender não só os mecanismos de ação da família real e da corte diante do falecimento do monarca – momento de desespero e anomia no reino – na prática, mas também os recortes narrativos propostos por cada cronista para narrar a sucessão de acontecimentos, desde a descoberta da morte até o *finamento*.

2.3.1 A morte de D. João I

O relato que trabalharemos para tratar de D. João I é o de Rui de Pina. O capítulo I se intitula “*em que sumariamente se toca ho falecimento d’el rey Dom Johan ho primeiro, e honde, e como seu corpo logo foy sepultado*”¹⁶⁴.

O texto começa com o fato de que D. João I, já de muita idade e doente, é aconselhado a se curar em Alcouchete, no Riba Tejo, por ser, na opinião dos físicos e dos infantes, um local fresco e mais propício para a cura. D. João, sentindo-se fraco e pressentindo sua morte, protesta dizendo que um rei não deveria morrer em aldeias desertas, mas sim na principal cidade e principal casa de seu reino, e, por isso, devia ser levado a Lisboa, para o castelo da Alcáçova¹⁶⁵.

Esse trecho é interessante, uma vez que deixa claro que D. João I pressentiu seu falecimento, que é o principal sinal de que o moribundo é um eleito e de que sua passagem será

¹⁶⁴ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 489.

¹⁶⁵ Também conhecido como Castelo de São Jorge.

feita seguindo os preceitos do ideal de *Boa Morte*, modelo no qual o morto está preparado, tanto psicologicamente quanto materialmente para o falecimento, uma vez que lhe é dado o privilégio de ajustar suas pendências em vida antes de morrer. Por isso, o primeiro estágio do modelo ideal de *Boa Morte* seria a confirmação, por intermédio de um fenômeno sobrenatural ou não, de que, de fato, seu fim estaria chegando. A lucidez e a certeza do próprio falecimento são princípios essenciais para que os eventos em torno deste se desenrolem de modo que os sinais de influência divina no processo fiquem claros. Isso fica evidente já no começo do relato fúnebre, uma vez que é demonstrado que D. João I pressente sua morte e por isso protesta em relação ao tratamento no interior do reino. Armindo de Sousa faz uma leitura interessante do momento em que o indivíduo anuncia seu estado de moribundo:

A partir do momento em que o indivíduo divulga a certeza que tem de que a sua hora chegou, ele passa a deter o estatuto de moribundo, quer dizer, o estatuto de pessoa cujos actos, vontades e desejos são sagrados, densos de significados, substanciais, como se os envolvesse já a dimensão da eternidade e se tivesse esgotado de vez o tempo dos comportamentos gratuitos. O moribundo de “Boa Morte” é espectáculo público: a qualidade de sua actuação assim como selará, definindo-a, a espécie de vida que viveu [...].¹⁶⁶

A doença de D. João I é anterior ao início do relato, mas é no exato momento em que o Rei toma consciência de que seu fim está próximo que os acontecimentos passam a ser entendidos como preparação para a morte e, por isso, é a partir da discussão de viajar ou não para continuar o tratamento da doença longe da capital que a narrativa de Rui de Pina se inicia.

Além disso, nesse trecho é esmiuçado o fato de que o próprio D. João I se preocupa com o fato de que sua morte deve ser um evento grandioso, uma vez que exige que seja levado para morrer na principal cidade do reino. Isso elucida o pensamento estratégico do Rei, que leva em consideração inclusive a repercussão de seu funeral.

Passados alguns dias da mudança, o Rei sente-se melhor e pede que o levem à Capela Mayor da Sé, em frente ao altar do Mártir São Vicente, de quem era muito devoto. Ali ele escuta uma missa e, além de se despedir em vida do santo, encomenda ele mesmo a Deus sua alma.

¹⁶⁶ SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984, p. 426.

Esse é mais um sinal de que tem plena consciência de sua morte, vista com muita lucidez e calma. Em seguida, o Rei nota que a capela maior não está acabada e, para que a obra não ficasse à míngua depois de sua morte, ordena que se trouxesse em moeda o restante dos recursos necessários para seu término. É interessante observarmos o fato de que, ainda que tenha apresentado melhoras, em nenhum momento D. João I refutou o fato de que estava morrendo; pelo contrário, aproveitou-se da melhora para poder clamar pelo próprio falecimento, na capela de São Vicente. Isso demonstra que não há desespero em relação ao estado de moribundo, mas sim plena aceitação de que tal acontecimento seria escolha de Deus.

Dali passou à Igreja de Santa Maria da Escada para se despedir da imagem de Nossa Senhora “*e com inteiro conhecimento de sua morte encomendar a ella sua alma*”¹⁶⁷. De fato, impressiona o planejamento racional da despedida religiosa de D. João I do mundo terreno. O Rei não refuta seu destino diante das divindades e não demonstra sentimento de raiva em relação a elas: seu apelo é de agradecimento.

É muito importante o relato desses momentos de piedade e devoção cristã, mesmo no conturbado momento do pré-falecimento, para a estrutura da narrativa. Antes de mais nada, a morte real deve ser vista como um modelo de perfeição a ser seguida, pois os reis são sagrados e portadores dos desígnios de Deus no reino. O relato deve ser, então, edificante e demonstrar o modelo ideal do que seria a morte para um súdito. Além disso, a aceitação do destino fatal como plano divino é eixo dorsal dos relatos fúnebres.

Prosseguindo a narrativa, D. João I volta ao castelo, já em poder de religiosos e outros “*ministros de sua consciência*”, passa a mão em sua barba crescida e pede que a façam, dizendo que “*nom convinha a rey, que muitos aviam de vêr, ficar depois de morto espantoso e disforme*”¹⁶⁸. Aqui, fica clara a percepção de que sua morte seria um grande espetáculo, em que diversas pessoas teriam acesso ao seu cadáver. Esse comentário por parte de Rui de Pina, ainda que possa ser visto por nós como algo anedótico – até mesmo um alívio cômico diante de todo o contexto de preparação do falecimento do Mestre de Avis – traz uma outra perspectiva: a de serenidade. D. João encontra-se tão em perfeito juízo, com tamanha aceitação de seu destino, que se preocupa inclusive com algo tão frívolo, como o estado de sua barba no momento do funeral. Além disso, no século XV, a barba crescida é interpretada como sinal de

¹⁶⁷ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 490.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 490.

luto¹⁶⁹, o que passaria uma imagem errada de D. João: ele parte em alegria por se encontrar com Deus, não com tristeza. A tristeza e o medo ao morrer seriam características típicas de quem viveu em pecado e, portanto, teme pelo destino da alma. Claramente essa não é a mensagem que busca se passar sobre o Patriarca de Avis.

É importante ressaltarmos o fato de que, no pensamento medieval cristão, a morte refletiria diretamente os princípios desenvolvidos pelo indivíduo em vida, uma vez que se trata do momento de julgamento de suas ações. Sendo assim, a morte que o cronista opta por traçar para D. João I precisa refletir diretamente a grandiosidade de sua figura. Dessa forma, podemos observar na descrição que fizemos anteriormente que a narrativa de morte se orienta para a figura de um rei santificado e herói. Os pontos que demonstram esse teor da narrativa são: a aceitação da morte com calma e planejamento; o conhecimento do fim próximo; o preparo meticuloso das condições para seu funeral; o fato de ter falecido em perfeitas faculdades mentais, ponto extremamente importante no contexto medieval, uma vez que legitima o texto testamentário; e o fato de ter falecido com claros sinais, descritos a seguir, de ter sido alçado ao céu, na glória dos eleitos. Todos esses pontos são observados na narrativa elaborada pelo cronista para o Rei.

Logo após a feitura da barba, o Rei faleceu com, na opinião de Rui de Pina, muitos claros sinais de salvação de sua alma, no dia 14 de agosto de 1433. O cronista ainda descreve o quanto D. João foi bem-aventurado, uma vez que faleceu no dia de seu nascimento, aos 77 anos, e no mesmo dia em que se comemorava 48 anos da vitória contra o Rei João de Castela na Batalha de Aljubarrota, para a qual se ergueu o Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Rui de Pina ainda menciona que o sol escureceu (*“foi crys”*) no dia do falecimento de D. João I, tal como foi no de D. Filipa, sua esposa, e será na ocasião do falecimento de D. Duarte, seu herdeiro. Essa questão de a natureza estar em luto pelos monarcas de Avis demonstra a tentativa do cronista de estabelecer não só um nexo de predestinação divina entre os membros da família avisina, mas também, muito claramente, a ideia de continuidade no que diz respeito ao dia de morte desses reis, principalmente pela citação do dia do falecimento do herdeiro D. Duarte.

A data da morte como dia 14 de agosto de 1433, conforme colocada por Rui de Pina, foi bem aceita pela historiografia até a segunda metade do século XX, quando Armindo de

¹⁶⁹ SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984, p. 443.

Sousa, em pesquisas no arquivo distrital do porto, encontrou um pergaminho datado de 1450 que dizia: “*e por nom vir em duujda o dito senhor Rey dom Joham se finou treze dias d(e) agosto do nascimento de nosso senhor Jhesu Chiristo de mjll iiij e xxxiiij anos*”¹⁷⁰. Notamos, então, que o pergaminho antecipa em um dia a data da morte de D. João I. Embora a data de morte possa soar para nós como mero marco cronológico que não altera de forma substancial o curso dos acontecimentos, a partir dessa descoberta Armindo de Sousa desenvolveu amplo estudo e argumento que elucidaram a morte de D. João I como um tema de propaganda dinástica, segundo nomeia o autor em seu artigo “A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica)”¹⁷¹. Esmiuçamos aqui algumas reflexões presentes nesse estudo.

Existem sete grandes monumentos historiográficos que situam a data da morte no dia 14. São eles: a crônica de Rui de Pina, estudada aqui por nós; a crônica do Conde D. Pedro de Meneses, de Gomes Eanes de Zurara¹⁷²; e a crônica do Conde D. Duarte de Menezes, do mesmo autor¹⁷³; o epitáfio de D. João I¹⁷⁴; *O Instrumento de Certidão do Milagre de Cera*¹⁷⁵; *o Manuscrito 80, da Biblioteca Pública Municipal do Porto*¹⁷⁶ e o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, conhecido como *Livro da Cartuxa*¹⁷⁷. Sendo assim, podemos notar que Rui de Pina não está isolado na estipulação desse marco cronológico: para todos os documentos citados, com exceção do epitáfio de D. João I, a data é a mesma.

O primeiro ponto proposto pelo autor para observarmos ao analisar a data da morte do Mestre de Avis é o encadeamento de acontecimentos célebres que permeiam o dia 14 de agosto na biografia joanina. Segundo a crônica de Rui de Pina¹⁷⁸, ele teria morrido no dia em que nasceu, aos 77 anos de idade, na mesma data do quadragésimo oitavo aniversário da Batalha de

¹⁷⁰ ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO. **Originais do Cartório do Cabido da Sé do Porto**, Livro 29 (códice 1687), fl. 67. Ver a transcrição completa no apêndice documental do artigo de Armindo de Souza “A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica)” (**Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984, doc. nº 2, p. 486).

¹⁷¹ SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984.

¹⁷² ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. In: ACADEMIA DE SCIENCIAS DE LISBOA. **Collecção de Livros Inéditos da História Portuguesa**. Tomo II: Lisboa, Officina da Academia de Sciencias de Liboa, 1790, p. 589.

¹⁷³ *Idem*. **Chronica do Conde Dom Duarte de Menezes**. Ed. dipl. de Larry King. Lisboa, Universidade Nova, 1978, p. 76.

¹⁷⁴ SOUSA, Fr. Luís de. **História de S. Domingos**, vol I. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 663.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 672.

¹⁷⁶ Transcrição parcial no anexo documental do artigo de Armindo de Souza, *op. cit.*, doc. nº 1.

¹⁷⁷ DUARTE, D. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática. Introdução de João José Alves Dias. Prefácio de António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 202.

¹⁷⁸ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 490.

Aljubarrota e do décimo oitavo ano completo da partida para a Tomada de Ceuta e na véspera de uma das grandes festas de Nossa Senhora, santa de devoção do Rei.

Armindo de Sousa afirma que o ato de situar o nascimento de D. João I também no dia 14 de agosto é um erro proposital do cronista, que ele teria aceitado de bom grado da crônica de Gomes Eanes de Zurara, na qual Rui de Pina teria se inspirado.¹⁷⁹ Essa afirmação se dá pois o próprio Rui de Pina relata, na crônica de D. Afonso IV, que o Mestre teria nascido no dia 11 de abril de 1357.¹⁸⁰ Segundo Souza:

É certo que Rui de Pina escreveu essa crônica depois de concluída a de D. Duarte, mesmo assim, não é de se crer que, ao mesmo tempo em que relata a morte de D. João I, desconhecesse as fontes que irão lhe servir para a crônica do avô desse monarca e, muito menos, que desconhecesse as crônicas de Fernão Lopes.¹⁸¹

É consenso historiográfico hoje o fato de que, quando cronistas portugueses omitem ou modificam marcos cronológicos relacionados às datas que permeiam a vida de D. João I, o fazem focando o 14 de agosto por ser a data da grande vitória em Aljubarrota. Isso pelo motivo de que essa batalha significa para a monarquia portuguesa muito mais que uma mera vitória bélica: denota a sagração de D. João I não mais como um usurpador do trono, mas como Rei português por direito e desígnio divino. Se, por um lado, a fundamentação teórica do direito ao trono do Mestre de Avis é feita por João das Regras em Coimbra¹⁸², por outro, a pragmática é dada no campo de batalha em 14 de agosto. A conjunção de todas as datas de suma importância da biografia do Rei em torno desse acontecimento – sendo nascimento e morte as de maior proeminência – anuncia a predestinação divina da Casa de Avis.¹⁸³ Outrossim, é extremo sinal de salvação da alma que a data de morte se dê na data da vitória contra os cismáticos; duas vezes, então, D. João I teria vencido o mal em 14 de agosto.

¹⁷⁹ SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984, p. 419.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 448.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 448.

¹⁸² *Ibidem*, p. 449.

¹⁸³ Fernão Lopes, em sua *Chronica de El-Rei D. João I* (parte segunda, cap. 31, p. 64), relata: “*Nos temos justa querella em demder nossa terra e nossos beens de quem no-la quer tomar per forçam contra Deus e comtra dereito, britando os trautos e juramentos como sobresto fez; (...) eu poerey este feito em juizo de Deus que o liure per batalha como sua merçee for [...]*”. Disponível em <<http://purl.pt/416/3/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

A idade de D. João I quando de sua morte, 77 anos, também é alvo de ressalvas por Armindo de Sousa: “tivesse nascido em 1357, ou em 1358 como reza o epitáfio, não poderia D. João ter essa idade quando morreu em 1433”¹⁸⁴. Para o autor, esse seria mais um *lapso útil* do cronista, quando levamos em consideração toda a simbologia cabalística que envolve o número 7, associado com o perfeito divino.

Ainda, Rui de Pina mencionar a morte no décimo oitavo aniversário da partida para a Tomada de Ceuta também se prova um erro deliberado. “*A esquadra portuguesa, como é sabido, partiu de Lisboa em 25 de julho e de Faro em 7 de agosto, tendo conquistado aquela praça marroquina em 22 do segundo mês*”¹⁸⁵. No epitáfio, estaria dito 18 anos menos oito dias¹⁸⁶. Sendo assim, percebemos mais uma conveniência cronológica mobilizada por Rui de Pina.

Seguindo a narrativa de Rui de Pina de onde paramos, analisaremos o *post mortem*. É dito que as exéquias reais são as mais excelentes e “cerimoniadas” que até esse tempo teriam ocorrido no reino, obra do planejamento de seu filho e sucessor D. Duarte. Na hora do falecimento estavam presentes os infantes, com exceção de Pedro, que na ocasião encontrava-se em Coimbra. Vale mencionar que a presença da família no exato momento do falecimento é também um sinal de *Boa Morte*.

O reino todo, infantes e vassalos, foi coberto de “vaso e burel”¹⁸⁷, sinais de luto. Ainda que, conforme pontuado pelo cronista, se façam sinais de sentimentos pela perda do Rei de Portugal, no caso de D. João tal expressão sentimental é muito maior, e não sem causa, afinal ele reinou tanto tempo e com vida tão prolongada, que a nobre gente e o povo já eram por ele “*todos reformados*”¹⁸⁸.

É interessante como, ao mesmo tempo que pontua que a maior celebração fúnebre que já se fez foi realizada por obra de D. Duarte, também afirma que este, ocupado por seus ofícios de tristeza, teria esquecido o cetro real, que já o chamava. O tom de Rui de Pina é de repreensão. O cronista chega a dizer que parece que D. Duarte não sabia o que a sepultura de seu pai significava. Frei Gil Lobo, inclusive, o teria repreendido e escutado algumas palavras que não cabiam nem convinham em boca e coração reais. Esta passagem claramente indica que houve

¹⁸⁴ SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984, p. 450.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 451.

¹⁸⁶ Tradução de Fr. Luís de Souza (**História de S. Domingos**, vol I. Porto: Lello & Irmãos, 1977, p. 666).

¹⁸⁷ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 491.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 491.

discussão entre ambos, mas nos é sinalizado que os argumentos de Frei Gil Lobo teriam vencido, uma vez que o pranto dos infantes cessou e, enxugando os olhos, se recolheram com o conselho para consultar de que forma se daria o sepultamento do Rei, em Santa Maria da Vitória, conforme ordena seu testamento.¹⁸⁹

Essa questão foi alvo de debate caloroso entre os membros da família real e do conselho. Uma parte era a favor de que o corpo deveria ser levado para o Mosteiro antes que se corrompesse, enquanto outros pontuaram que o corpo deveria ser enterrado em Lisboa e os ossos trasladados com honra depois. De qualquer modo, o saimento se faria em Santa Maria da Vitória, mesmo que o corpo ali não estivesse. Finalmente, foi acordado que o corpo do Rei seria colocado em um ataúde de chumbo bem soldado, por ser um metal “*de corrupções conservativo*”¹⁹⁰, e encaixado em uma tumba de pano coberta de veludo com cruzes brancas por cima. E assim o corpo se manteve na sala, até o período da tarde.

Esse trecho da crônica deixa bem clara a perspectiva de que os sinais de decomposição real não seriam tolerados. Em toda a discussão do conselho, são pensadas alternativas para que a putrefação de João I não fosse notada, concluindo-se então que um ataúde de chumbo bem vedado seria a solução. O corrompimento da carne não corresponde ao falecimento que é idealizado para aqueles escolhidos por Deus para ascender ao Paraíso e, por isso, são avisados de que a morte se aproxima. Já que são avisados, o falecimento deve ser cuidadosamente preparado e, portanto, livre de questões tão desagradáveis e mundanas como os odores da decomposição.¹⁹¹

Ao anoitecer, o corpo é levado ao *patim* do castelo, onde é colocado no ombro de infantes, condes e outros grandes senhores e segue em solene procissão iluminada por tochas, com espantoso pranto, até a Sé, onde o deixam em frente ao altar de São Vicente, em uma tumba mais alta, para onde se subia em degraus. Foi ordenado que, enquanto o corpo ali estivesse, certos membros do conselho deviam acompanhar o corpo. Desse modo, muitos frades da observância e outros religiosos o guardavam continuamente, de dia e de noite, rezando e rogando sempre por sua alma. Cada um dos dias em que o corpo do Rei assim esteve, foram rezadas trinta missas e outras orações. Uma vez por semana se fazia por ele uma missa de

¹⁸⁹ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 493.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 491.

¹⁹¹ Não podemos deixar de mencionar toda uma tradição cristã que conecta corpo incorruptível e santidade, cujo exemplo maior temos em São Francisco de Assis.

saimento solene com vésperas e missas nas quais o Colégio da Sé e todas as ordens da cidade e o clero estavam presentes.

Notamos que o velório de D. João I foi um grande evento em todos os aspectos: desde sua idealização, que gerou grande debate dentro do conselho, até a grande procissão com espantoso pranto e a cerimônia fúnebre que se estendeu por dias com grande número de missas e pessoas notáveis, a intenção foi, ao mesmo tempo, mostrar a grandeza da vida e, consequentemente, da morte de D. João, e deixar clara a mensagem de que o Patriarca estava morto e o tempo do Infante Duarte havia chegado.

No capítulo V, intitulado “*Como ho ifante Dom Pedro veeo aa conte, e como Juránam o Ifante Dom Affonso por princepe, e como se acordou, e fez a trelladaçam do corpo d’el rey dom Joahm para o mosteiro da Batalha*”¹⁹², é narrada a transferência do corpo de D. João I para o Mosteiro da Batalha, no dia 25 de outubro. É muito interessante que, nesse momento, Afonso, filho primogênito de Duarte, é jurado herdeiro dos reinos. Esse trecho demonstra os cuidados dispensados à manutenção da linhagem e da dinastia, uma vez que, na morte do avô, seu neto já é pontuado como herdeiro do trono, de modo que não abra margem para questionamentos o futuro.

Há uma convocação geral de prelados, abades e toda a clerezia do reino, bem como dos infantes e dos demais grandes nobres para a procissão. Todos foram cobertos de burel e fez-se um silêncio bem triste, com exceção do barulho dos sinos de todas as igrejas e mosteiros da cidade. Rui de Pina anuncia o tamanho da procissão, uma vez que, quando os primeiros estavam na porta da Sé, os últimos ainda estavam saindo do paço, o ponto de partida. Assim como o velório, a trasladação seria um grande evento, que impactaria tanto visualmente, como sonoramente, o reino.¹⁹³

As portas da Sé estavam fechadas e, da janela, Frei Rodrigo da Ordem de São Domingos, confessor do Infante D. Henrique, faz, com tanta tristeza que levou todos a chorar muitas lágrimas em espantoso pranto, um sermão articulado a partir de perguntas ao povo. Infelizmente, a transcrição deste sermão não chegou a nós.

A Sé, onde o ataúde foi depositado, estava por dentro toda coberta de panos negros e iluminada com tochas. A partir daí, inicia-se o ofício de D. Fernando, arcebispo de Braga, que

¹⁹² PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 499.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 499.

acaba com a exortação de D. Duarte de que os fidalgos e criados não mais usassem a palavra “desamparado” para se descrever, pois ele os ampararia.

No outro dia, novamente há a realização de ofícios por D. Fernando e Frei Gil Lobo e, por fim, todos saem novamente em procissão com a tumba do Rei em uma carreta. Essa procissão é peculiar, pois conta com a presença de cinco cavalos ornamentados, seguidos por outros doze levando as bandeiras e as armas do Rei.

Na rua nova se faz um púlpito, onde um mestre não identificado faz um sermão. Em São Domingos, Doutor Diego Affonso Mangaancha faz outro, cujo tema é “*et nos moriamur cum eo*”¹⁹⁴. Com mais orações e tochas o corpo passou ao Mosteiro de Odivelas, onde ficou por uma noite. Daí o corpo foi levado para outros lugares, sempre seguindo a ordenação litúrgica da Sé de Lisboa. O corpo passou ainda pelo Mosteiro de Alcobaça antes de chegar à Batalha. O cronista pontua que o trajeto final é acompanhado por muita gente.

Ao chegar, e depois de depositar o corpo dentro do mosteiro, rezam-se muitas missas, inclusive mais ricas do que todas as demais que haviam sido oferecidas, com destaque para o sermão proferido por Fr. Fernando de Arrotea, pregador de D. Duarte. O esquema desse sermão formulado por D. Duarte chegou até nós, e será discutido nesse trabalho no terceiro capítulo¹⁹⁵. Esse esquema é muito interessante para este estudo, pois possibilita que analisemos tanto o ritual funerário de D. João I como também a idealização de D. Duarte para esse evento, e, por isso, terá análise separada.

Rui de Pina encerra dizendo que o pranto sobre o corpo do Rei foi maravilhoso, e “*de grande espanto a sobeja tristeza*”¹⁹⁶. Logo ao final da missa, D. Duarte parte para Leiria, por conta da peste que acomete as regiões do mosteiro, sendo o enterro delegado a certos prelados e pessoas de autoridade, as quais o cronista afirma que o fizeram com toda a pompa.

2.3.2 A morte de D. Duarte

¹⁹⁴ Em tradução livre, “Morremos com ele”.

¹⁹⁵ Ver p. 129.

¹⁹⁶ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 503.

Seguimos com Rui de Pina. Começaremos nossa análise pelo capítulo XLIII, intitulado “*Como el rey e os ifantes por causa da pestença, se a aforrárom e apartárom, e como El Rey se foi a Tomar onde faleceo, e quaaes foram as tençooes de sua morte*”¹⁹⁷.

O Rei D. Duarte, na ocasião da peste em Évora, vai com a Rainha e seus filhos para Avis, onde se encontra com os infantes seus irmãos e os demais fidalgos importantes do reino. Ali Duarte ordena que, por conta da peste, cada um fosse onde achasse melhor para se proteger. No final de agosto de 1438, ele parte de Avis com a família e dali vai a Tomar, no paço da Ribeira, onde logo adoeceu de febre mortal.

A febre não o deixou por doze dias e, no décimo terceiro dia, 9 de setembro de 1438, o Rei deu sua alma a Deus. Impressiona como a morte de D. Duarte aparece de forma abrupta no texto de Rui de Pina. Diferentemente de D. João I, que teve toda uma preparação terrena e da alma antes de morrer, Duarte apenas faleceu de forma brusca, sem grandes planejamentos.

O cronista diz que sua morte foi muito sentida, por suas qualidades e perfeições. Além disso, a causa do falecimento foi amplamente discutida por sete físicos, que culpavam desde um ferimento no braço até a peste. Porém, relata Rui de Pina, a maior afirmação é que a causa da morte seria a tristeza pelo fracasso no cerco de Tânger. É ainda dito que a lembrança dessa culpa lhe dava grande pena e tormento, principalmente por conta do cativo do Infante D. Fernando. Rui de Pina faz questão de relatar, ainda que de forma breve, o que se sucedeu em Tânger, e o grande impasse entre salvar o irmão ou perder Ceuta. Pontua ainda que D. Duarte teria iniciado o empreendimento sem vontade, seguindo os apelos de sua mulher. Sua morte, segundo o autor, teria sido por desobediência. Podemos observar que o próprio texto da crônica não deixa espaço para dúvidas: por conta do fracasso em Tânger, D. Duarte não é um rei glorioso, tal como seu pai. Não é dada a ele a *Boa Morte* dos eleitos.

O Capítulo XLIV da crônica de D. Duarte trata da movimentação do corpo à Batalha, do levantamento de Afonso a Rei e do testamento.¹⁹⁸ Logo que D. Duarte faleceu, os infantes foram avisados, com exceção de D. João, que estava doente e foi poupado da notícia. Foi o corpo do Rei “*logo metido em huuma tumba*”¹⁹⁹ e em nobre companhia levado a sepultado junto do altar-mor.

¹⁹⁷ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 572.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 574.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 574.

A Rainha, ainda que de luto, solicita ao Infante D. Pedro e a D. Pedro, Arcebispo de Lisboa, que fossem onde estava e, perante notários públicos, fez abrir o testamento do Rei. A polêmica em torno deste testamento foi discutida anteriormente neste trabalho²⁰⁰. O início da crônica de D. Afonso V, seu filho e sucessor, pontua que D. Duarte morreu com sinais claros de salvação de sua alma, em um dia no qual, por duas horas, “*o sol foi crys*”, tal como na ocasião da morte do Rei D. João e da Rainha Filipa. Este é um dos poucos sinais que o cronista dá de salvação divina da alma de D. Duarte.

2.3.3 A Morte de D. Afonso V

Para D. Afonso V, usaremos como parâmetro de análise as crônicas de Rui de Pina e o excerto, no início da *Crônica de D. João II* de Garcia de Resende, sobre seu falecimento. Optamos por analisar as duas crônicas, tanto para o caso de D. Afonso V como para o caso de D. João II, pelo fato de a segunda apresentar dados que não constam em Rui de Pina. O mesmo não ocorre para D. João I e D. Duarte e, por isso, para estes, voltamos nossa atenção apenas ao relato de Rui de Pina.

2.3.3.1 Rui de Pina

O capítulo CCXII da crônica do Rei D. Afonso V, que trata “*De como foy a morte d’elrey Dom Affonso*”²⁰¹, começa narrando que, após a morte de sua esposa, o Rei decide deixar o governo ao seu filho e, em hábitos de leigo, se retrair ao Mosteiro de Varatojo.²⁰²

No início de agosto, ele volta a Sintra, onde, segundo o cronista, é atacado por “*febre muy aguda*”²⁰³, de tal forma que, quando o Príncipe chega, o Rei já está em disposição mortal

²⁰⁰ Ver Capítulo 1, p. 37.

²⁰¹ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 879.

²⁰² *Ibidem*, p. 879.

²⁰³ *Ibidem*, p. 879.

e sem esperança de vida. Tendo feito seu testamento e recebendo todos os sacramentos, concede sua alma a Deus como bom católico e cristão dia 28 de outubro de 1481. Seu falecimento ocorreu na mesma casa em que nasceu, fato que denota sinais de *Boa Morte*, posto que encerra seu ciclo terreno onde o iniciou.

Seu corpo logo foi colocado em um ataúde e levado ao Mosteiro da Batalha, onde foi sepultado na casa do Cabido, até que ficasse pronta sua próxima sepultura. O relato da morte de D. Afonso V também é curto, quando comparado ao de D. João I; contudo, diferentemente da morte abrupta de D. Duarte, aqui Rui de Pina menciona os sacramentos, a chegada do Príncipe para visitar o pai e o fato de o Rei ter morrido como bom católico e cristão.

2.3.3.2 Garcia de Resende

O relato de Garcia de Resende se assemelha muito ao de Rui de Pina, inclusive na ordem dos acontecimentos. Contudo, Resende acrescenta alguns elementos próprios da intimidade do leito de morte de Afonso V e seu filho que não aparecem em nenhuma outra crônica.

Ele afirma que, quando o Príncipe chega ao pai, é muito bem recebido, pois para o Rei ele foi sempre seu maior conforto e remédio, em todas as suas fortunas. O Príncipe, como prudente e virtuoso filho, logo que soube da condição do pai zelou pelo desencarne de sua alma, e lembrou com palavras de muito amor e segurança as coisas que seu pai deveria fazer por sua consciência e salvação. Por intermédio do filho, Afonso V falece ordenado, confessado, comungado e ungido.²⁰⁴

Nota-se o quanto D. João II é superestimado pelo cronista, que pontua toda a parte devota e correta da morte de Afonso V como resultado da intervenção de João II, que, prudente e católico como foi, zelou inclusive pela alma de seu pai.

O capítulo XXIII da crônica trata do saimento. Este relato, para nós, é inédito. Nele é dito que, no final do mês de setembro, D. João manda que se faça o saimento de seu pai com muita perfeição, acompanhado de todos os grandes e nobres do seu reino. É registrado ainda

²⁰⁴ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 26.

que, no que diz respeito ao testamento de Afonso V, tudo teria sido cumprido com virtude e bondade, sem que nada ficasse por fazer.

2.3.4 A morte de D. João II

Para a verificação das narrativas de morte de D. João II, utilizamos o mesmo critério analítico que elencamos para o estudo do falecimento de D. Afonso V: estudaremos os relatos de Rui de Pina e de Garcia de Resende, pelo fato de o segundo apresentar, em relação ao primeiro, uma enormidade de informações complementares da morte e do *post mortem* do monarca. Começaremos, portanto, pela descrição de Rui de Pina.

2.3.4.1 Rui de Pina

No início da crônica de D. João II, a única informação que temos sobre a morte de D. Afonso V que não aparece na crônica anterior é justamente a da reação do Príncipe, que, segundo o cronista, foi “*de grande door e sentimento*”²⁰⁵ e que, em vestes de burel, ficou na câmara por três dias, quando finalmente saiu em vestes ricas e foi nomeado Rei.

D. João II faleceu em Alvor em 25 de outubro de 1495. Ele tinha 40 anos de idade e estava na região para tentar curar-se, nas águas das Caldas de Monchique, de uma doença misteriosa que contraíra há anos. Até os dias atuais a doença que acometeu D. João II e que lhe causava sucessivos desmaios é um mistério. Fato é que D. João II teve tempo para preparar sua morte por uma infeliz questão: diferentemente dos demais monarcas, que morreram de doença que os acometeu por pouco tempo, D. João II sofreu sua morte por anos.

Dada sua prolongada doença, o Rei aponta a necessidade de que se redija seu testamento. Na crônica, este anseio é pontuado como sinal de devoção e amizade com Deus: apenas os

²⁰⁵ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 894.

escolhidos teriam a chance de prever sua morte, de modo que todo o *modus operandi* necessário para a salvação seja cumprido a tempo.

Assim, D. João II convoca Frei João da Póvoa, membro da Observância de São Francisco, seu confessor, e recebe os sacramentos, faz confissões e se arrepende de seus desacordos. A causa principal de seu testamento seria apontar seu primo D. Manuel, o Duque de Beja, como legítimo herdeiro do reino. O cronista aprova essa decisão, colocando-a como comprovação de que o Rei é muito piedoso e afirmando que foi uma sentença acordada na providência divina, mais um indício de que na data de sua morte sua alma seria logo arrebatada ao céu. É válido pontuar que esse é o único testamento mencionado com riqueza de detalhes na crônica, muito provavelmente pelo fato de Rui de Pina ter acompanhado pessoalmente todo o processo.

A morte do Príncipe Perfeito foi lenta e cheia de percalços. O período de sua doença, que cotidianamente o deixava desacordado, foi uma época de grande angústia para D. João II, que sempre ficava na dúvida se o dia atual seria o derradeiro. Há até um episódio inusitado na crônica, em que:

*Em todo o reino ouve alvoroços, de como verdadeira morte, e nom declarado sucessor. E aa sexta feira retornou El Rey, e aliviou, sem ter os accidentes que tynha, ficou alegre e com mostranças de são, polo qual aquelle dia se fezeram grandes festas e alegrias, que el rey rindo vio d'hua janela.*²⁰⁶

Logo após essa melhora, o Rei torna a recair, desta vez com muitos mais desmaios. Ele pressiona para que lhe seja revelado se estava de fato moribundo, pois esse conhecimento era necessário tanto para o corpo quanto para a alma. Assim, os físicos e senhores recolheram-se para pensar sobre a questão, e concluem que, realmente, a hora derradeira teria chegado. Com o recebimento da notícia, D. João II faz mais uma cédula além do testamento, distribuindo posses e também pedindo alguns perdões, como, por exemplo, para a Rainha, além de conceder algumas mercês específicas.

É muito ilustrativa a forma como Rui de Pina ilustra a postura do Rei nesse momento, que “[...] *dava com tanta provisam, e temperança que nom parecia que a alma lhe saia da*

²⁰⁶ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 1026.

*carne para logo acabar, mas que lhe entrava no corpo nova vida com que começava regnar novamente*²⁰⁷. Na morte dos eleitos, a lucidez é imprescindível.

É reiterado que o testamento deve ser aberto de imediato, pois ali é que estão suas recomendações de fato. O testamento é muito valorizado como documento por D. João II. O Rei determina ainda que seu enterro deve ser feito na Sé de Silves e, depois, os ossos trasladados para o Mosteiro da Batalha. Uma vez que a distância do local de sua morte até o Mosteiro é de aproximadamente 400 km, por conta da putrefação, cujo tabu quando se trata do defunto real já observamos²⁰⁸, é recomendável o enterro na sé mais próxima e remoção futura.

Assim, em um dia em que o sol escureceu²⁰⁹, D. João II falece. O elogio ao Rei elaborado por Rui de Pina após seu falecimento é longuíssimo, detalhado, e não apresenta críticas ao Monarca, tal como as descrições de D. Afonso V e D. Duarte.

No final da crônica, Rui de Pina relata os momentos que se seguiram imediatamente após o falecimento do Rei.²¹⁰ Enquanto o colocavam na tumba, o testamento foi retirado do cofre pelo conselho e lido publicamente pelo próprio cronista, em uma ação inédita, na qual é ator da cena que descreve. Após a leitura, à meia-noite o corpo é levado a Silves com “*grande pranto, e muita tristeza dos povos*”²¹¹. A certidão de seu falecimento, elemento burocrático que é apresentado em crônica pela primeira vez, é entregue à Rainha e ao Duque de Beja em Alcácer do Sal logo na segunda-feira.

2.3.4.2 Garcia de Resende

Os capítulos CCXII, CCXIII e CCXIII tratam da morte de D. João II e o que se fez imediatamente após o falecimento.²¹²

²⁰⁷ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 1028.

²⁰⁸ Ver p. 84.

²⁰⁹ PINA, Rui de. *Op. cit.*, p. 1029.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 1032.

²¹¹ *Ibidem*, p. 1033.

²¹² RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 282.

Os momentos que antecedem a morte de D. João II são plenos de detalhes. Nesse relato, são mencionados os mesmos atos que os de Rui de Pina, mas com maior minúcia. É mencionada, inclusive, a última refeição do Rei.²¹³

É dito que pediu perdão à Rainha, concedeu mercês e solicitou que seu filho D. Jorge não estivesse com ele nem fosse a Silves. Resende descreve um diálogo interessante com o Bispo de Tânger, no qual este, dizendo algumas coisas santas para D. João, é repreendido para que não diga mais da lei velha. Além disso, o Bispo de Algarve é repreendido, pois é tido como mau clérigo por nunca rezar missa e não entender de ofícios divinos. O Rei apela para que ele viva na lei de Deus.

Garcia de Resende, no capítulo CCXIII, em que lista os presentes no leito de morte do Rei, coloca a si mesmo na cena, de forma que lhe seja dada mais autoridade quando dá informações precisas, como a reprodução de frases do Rei na íntegra, que diz, por exemplo: “*Não me chameys Alteza, que não sou senão um saco de terra, e de bichos*”²¹⁴. Percebemos pelo tom de lamúria na frase que a passagem João II não foi tranquila.

Apesar do tom melancólico, D. João II sabe exatamente o momento em que morrerá. Isso é discutido por Resende no trecho em que o Rei pergunta em que ponto está a maré e, de acordo com a resposta, dá a sentença: “*daqui duas horas me finarey*”²¹⁵, o que se cumpriu. É demonstrado que, apesar do sofrimento da morte, D. João ainda é um eleito, pois sabe que ela se aproxima. Mesmo atribulada pelo sofrimento, sua morte é uma *Boa Morte*. E essa atribuição é demonstrada não só pelo lamento, mas também pelos sinais físicos, como o amargor forte que o Rei se queixa de sentir na boca, pelo qual é consolado pelo Bispo de Coimbra, que o lembra do vinagre azedo que deram a Jesus Cristo quando este estava na cruz.

O Rei faleceu, por fim, rezando sempre com os bispos verbo por verbo, enquanto dizia “*agnus dei, qui tollis pecata mundi, miserere mei*”²¹⁶.

Antes de colocá-lo na tumba, esperou-se mais de uma hora até o corpo estar totalmente frio. A tumba era coberta de veludo preto e em cima havia uma cruz de damasco branco. Quando o Rei foi enterrado em Silves, jogaram no ataúde cal virgem, para que a decomposição acontecesse mais rápido. Contudo, quando o desenterraram para a trasladação, momento em

²¹³ “*E ao jantar comeo hum meolo de pam molhado e çumo de lombo de vaca assado*”. RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 282.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 284.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 284.

²¹⁶ Em tradução nossa: “Cordeiro de Deus que tirais o pecado do mundo tende piedade de mim”. (*Ibidem*, p. 284).

que acreditavam encontrar apenas os ossos, depararam com o corpo inteiro, com odor suave e todos os pelos, inclusive os do peito, conforme atesta o próprio D. Manuel, seu sucessor. O cronista afirma categoricamente que o corpo ainda jaz inteiro, e que tem feito muitos milagres.²¹⁷

D. João II tem uma morte sem grande espetáculo, sem diversos membros da família nem grandes espectadores. Todavia, Garcia de Resende não poderia deixar de mencionar o grande pesar que abateu Lisboa com a chegada da notícia. É ordenado, inclusive, que nenhum barbeiro faça barba ou cabelo dentro de seis meses, o que, segundo o cronista, foi cumprido.

2.4 Os quatro primeiros reis defuntos de Avis – similitudes e discrepâncias

A partir da análise dos relatos fúnebres, chegamos a uma série de dados que discutiremos neste item. Primeiramente, comparamos os relatos fúnebres em relação ao tamanho (em número de caracteres aproximados) e chegamos ao seguinte resultado:

Fonte: PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

²¹⁷ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 287.

Fonte: RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

O relato fúnebre de D. João I (por relato fúnebre entendemos a narrativa de antes e depois da morte, incluindo a trasladação) é, de fato, o maior de todos em número de caracteres. O relato de falecimento de D. Duarte será 51,3% menor do que o de seu pai. Além disso, percebemos que o tamanho das narrativas tem ainda uma queda mais brusca em relação a D. Afonso V – sendo a deste 75% menor do que a do Patriarca. Todavia, quando partimos para D. João II, percebemos que, embora seu relato fúnebre seja maior que o de D. Afonso V, contando com 7.081 caracteres e, ainda assim, configurando-se 30% menor que o relato de D. Duarte, podemos dizer que se trata da narrativa mais completa, excetuando-se o caso atípico de D. João I. Isso ocorre pois Rui de Pina inclui na crônica capítulos até então inéditos para seus antecessores: o capítulo LXXVI, intitulado “*Fez El-Rey seu testamento*”²¹⁸, e o capítulo LXXVIII, “*Approvaçam do testamento*”²¹⁹, tratando ambos, portanto, da confecção e da outorga do texto testamentário; além do capítulo LXXXIII²²⁰, que traz com riqueza de detalhes, incluindo o nome de diversos presentes, os acontecimentos que ocorreram imediatamente após o falecimento do Rei.

²¹⁸ PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p.1023.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 1024.

²²⁰ *Ibidem*, p. 1032.

Para tentar elucidar as possíveis razões dessa grande discrepância, buscamos ainda dados que possibilitem comparação da dimensão dos relatos fúnebres em relação à totalidade da crônica. Chegamos aos seguintes números:

Fonte: PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

Não temos esse dado para D. João I, uma vez que o relato de sua morte aparecerá apenas na crônica de seu filho, o Rei D. Duarte. Desse modo, não há parâmetro de comparação entre a dimensão do relato fúnebre e o restante da crônica. Todavia, é espantoso o fato de que a narrativa de morte de D. João I corresponde a 9,7% da crônica de D. Duarte, enquanto o relato fúnebre deste último, sobre quem a crônica versa, corresponde a 5,7% – pouco mais que a metade da narrativa voltada para o falecimento de seu pai.

A explicação de tal discrepância tem como uma de suas razões centrais as ressalvas de Rui de Pina em relação a D. Duarte. O Rei é visto pelo cronista quase como uma mácula na grandiosa trajetória da Dinastia de Avis, na qual o acontecimento mais digno de nota de seu reinado teria sido o malfadado *Desastre de Tânger*, episódio que o cronista se ocupa em narrar como se tivesse sido o único ocorrido de 1433 a 1438.²²¹ Toda a narrativa de vida de D. Duarte orbita, então, em torno de sua responsabilização como mentor do empreendimento que levou ao encarceramento de seu irmão. Contudo, pelo fato de D. Duarte ser o herdeiro do primeiro monarca de Avis e, conseqüentemente, a questão sucessória estar ainda muito recente para a

²²¹ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. **D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)**. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique 1960, p. 494.

Monarquia Portuguesa, é necessário que se fortaleça a imagem de D. João I como predestinado divino, de modo que o reinado de D. Duarte e dos que o precedem não seja colocado em questão.

Dessa forma, além de o fato de a crônica de D. Duarte ser, a todo momento, o anúncio de uma tragédia, ela estreia com o grandioso relato da morte do eleito D. João I, vencedor invicto em Aljubarrota e Ceuta, herói da dinastia. Se a morte é o desenlace da vida, é necessário que ela seja magnânima e grandiosa como o patriarca teria sido – tanto em ato como em registro. Assim, cremos que a substancial diferença entre a dimensão dos relatos seja proposital: as sequelas biográficas de D. Duarte não devem apagar a majestade do reinado de seu pai, e muito menos colocar em questão a legitimidade da dinastia.

Assim, o cronista não busca compor nenhum tipo de encadeamento de fatos sublimes para o falecimento de D. Duarte. Sua morte é inserida no texto de forma abrupta, sem grandes ressalvas ou repercussões. Ainda que Rui de Pina faça elogio ao Rei e comunique que a natureza se entristeceu com a morte de D. Duarte, da mesma maneira como no falecimento de seu pai (“*que em grande parte do Sol foy cris*”²²²), grande parte dos comentários do cronista estão voltados para as especulações que repercutiram a causa da morte. O argumento de que o falecimento se deu pela “[...] *desigual tristeza e continuo paixaam que pella desventura do socedimento do cerco de Tanger tomou*”²²³ é facilmente aceito por Rui de Pina como *causa mortis*. A morte em melancolia pelos erros que levaram ao fatal desenlace em Tânger torna-se, assim, a penitência avisina pelos erros de D. Duarte.

Portanto, sendo o momento pontual da morte o desenlace da vida, uma existência desafortunada como a de D. Duarte só poderia resultar em um falecimento inesperado, despreparado e longe da glória e do alarde do Mestre de Avis. É interessante, pois, contrapondo esses dois casos, conseguimos vislumbrar a maneira como os cronistas da coroa portuguesa influem em suas narrativas. Embora as informações factuais estejam dadas e sejam basicamente as mesmas utilizadas por quase todos os cronistas oficiais, a forma como estes fazem o encadeamento dos fatos comunica a mensagem que o cronista tenciona divulgar.

Quando observamos os casos de D. Afonso V e de D. João II, ocorre o inverso do que vimos em relação a D. João I e D. Duarte: o relato fúnebre do filho é cinco vezes maior que o do pai (ver gráficos 11 e 12).

²²² SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. **D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)**. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique 1960, p. 573.

²²³ *Ibidem*, p. 573.

Fonte: PINA, Rui de. **Crônicas**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

Acreditamos que isso ocorra pelo fato de a vida de D. Afonso V ter transcorrido sem grandes repercussões negativas para o reino. Apesar de sua política senhorial, voltada para a grande nobreza, e o desarranjo envolvendo seu casamento com a sobrinha em Castela, terminou a vida em tranquilidade e hábito religioso, com o herdeiro D. João II já imerso no aparato burocrático do reino.²²⁴ Em atitude remissiva e com inúmeros pedidos de perdão, inclusive pelos erros cometidos na juventude, é natural que sua passagem tenha sido natural e segura.

Não possuímos dados que tornem possível esse tipo de comparação quando observamos o relato da morte de D. Afonso V na crônica de Garcia de Resende, já que esta relata acontecimentos apenas relacionados a D. João II, grande protagonista de seu texto. Desse modo, para D. João II teremos dois gráficos como parâmetro de análise: o que se refere à crônica de Rui de Pina e o que contabiliza os dados presentes na crônica de Garcia de Resende (gráficos 12 e 13).

²²⁴ GOMES, Saul Antônio. **D. Afonso V**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

Gráfico 12 - Porcentagem do relato fúnebre em relação à crônica de Rui de Pina: D. João II

Fonte: PINA, Rui de. *Crônicas*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

Gráfico 13 - Porcentagem do relato fúnebre em relação à crônica de Garcia de Resende: D. João II

Fonte: RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Já foi dito por nós anteriormente neste capítulo a questão da proximidade de Rui de Pina e de Garcia de Resende com o Rei D. João II em pessoa²²⁵. Rui de Pina, desde 1481, já desempenhava diversos papéis na corte de João II, cujo maior destaque é o de escrivão da câmara. Segundo Ana Isabel Buescu:

²²⁵ Ver p. 73.

Foi grande a proximidade de Rui de Pina com D. João II, participando do conselho de Estado e de todas as cerimónias régias de relevo, e assistindo, em 1483, à execução do duque de Bragança em Évora. Em 1490, D. João II concedeu-lhe uma tença de 9 600 reais para escrever os feitos dos reis de Portugal. [...] Foi testamenteiro de D. João II e assistiu à sua morte no Alvor, em 25 de setembro de 1495. Após a ascensão de D. Manuel, manteve a confiança do novo monarca, que confirmou as mercês de D. João II, e lhe concedeu novas benesses. A 24 de Junho de 1497, Rui de Pina foi provido no ofício de cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo.²²⁶

Sendo assim, Ana Isabel Buescu situa Rui de Pina como testemunha ocular de grande parte dos fatos que narrou. Nesse sentido, é natural que o relato de morte de D. João II seja maior do que o de D. Afonso V, e que tenha em sua composição capítulos voltados para a confecção do testamento: Rui de Pina estava lá de corpo presente.

O caso de Garcia de Resende é ainda mais peculiar. Também testemunha ocular de grande parte dos fatos que narra, principalmente da narrativa de morte – uma vez que era moço da escrivania do Rei – proporcionalmente, o relato fúnebre descrito em sua versão da crônica é apenas 2% maior do que a descrição dos fatos de Rui de Pina. Todavia, ainda que esses 2% possam soar desimportantes, no sentido de grandes divergências em relação à concatenação dos acontecimentos, eles foram suficientes para que o autor trouxesse, para nós, o mais completo relato fúnebre entre aqueles aqui estudados – equiparável em detalhes apenas ao de D. João I. Desde a última alimentação do Rei, até o estado de seu cadáver na trasladação, Garcia de Resende nos proporciona uma descrição muito pormenorizada e interessante da sucessão de fatos que envolveram o misterioso falecimento de D. João II. Para nós, isso é retrato não só do fato de o cronista estar presente no momento dos acontecimentos, mas também da devoção que Garcia de Resende tinha pelo Rei, uma vez que iniciou a carreira já como seu “moço da câmara” em 1490. Sendo assim, o tom anedótico não indica apenas proximidade, mas também, intimidade.

²²⁶ BUESCU, Ana Isabel. **Antropónimo “Rui de Pina”**. Disponível em: <http://eve.fcsh.unl.pt/content.php?print_conceito=1277>. Acesso em: 2 jan. 2019.

Para entendermos se há ou não de fato um modelo cerimonial que compõe um *Ideário Fúnebre* avisino comum aos monarcas de Avis por nós analisados, faremos a leitura da seguinte tabela:

Tabela 2 – Comparativo dos componentes do relato fúnebre

	D. João I	D. Duarte	D. Afonso V	D. João II
Idade avançada	•	-	-	-
Lucidez da morte	•	-	-	•
Planejamento	•	-	-	•
Manifestação religiosa	•	-	•	-
Encomenda da própria alma	•	•	•	•
Sinais claros de salvação	•	-	-	•
Luto da natureza (“ <i>sol crys</i> ”)	•	•	-	•
Luto do reino	•	-	-	•
Descrição das exéquias	•	-	-	-
Família presente no leito de morte	•	•	•	•
Descrição da trasladação	•	•	•	•

Fonte: PINA, Rui de. *Crônicas*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

Podemos atestar, a partir da leitura dos dados, que D. João I é o monarca que possui o maior número de elementos narrativos em torno de seu relato fúnebre. Entre seus próximos três sucessores, o que possui mais elementos que remetem ao seu cerimonial é D. João II – não por coincidência, também descrito como monarca exemplar pelos cronistas.

Rita Costa Gomes afirma em seu estudo por nós esmiuçado no primeiro item desse capítulo²²⁷ que os hábitos do rei ditavam na corte as regularidades da vida cotidiana. Se a corte é o local onde emerge a representação de unidade do reino, conforme enunciado pela autora, é justamente a partir dela que se irradia para o conjunto dos súditos hábitos e costumes exemplares. Sendo assim, o grande cerimonial fúnebre avisino, que se inicia no cerne da corte, público cativo de toda a liturgia monárquica, se dá como exemplo de *Boa Morte*, a morte cristã

²²⁷ Ver p. 55.

com extensos sinais de salvação. Assim, além de reafirmar o poder real, por meio da legitimidade dada por Deus ao rei ao proporcionar uma morte gloriosa – o que indica uma vida gloriosa –, a cerimônia fúnebre reafirma a conduta de vida que o súdito deve seguir para alcançar a mesma glória no falecimento.

Essa questão é ainda mais eloquente quando levamos em consideração o fato de que a corte avisina não é uma corte com *Ideário Fúnebre* anterior já bem sinalizado, uma vez que essa nobreza alçada ao poder junto com a Dinastia de Avis tinha pouca relação anterior com o meio nobiliárquico.²²⁸

Isso se dá pela própria função social do rito na sociedade medieval. O rito encenará para o conjunto da sociedade quais serão seus valores comuns e o que será mantido e descartado em seus hábitos.²²⁹ Assim, o rito fúnebre será o momento no qual, mais que uma perspectiva de morte, os reis oferecem um modelo de conduta de vida para os súditos. Se a morte, até os dias atuais, se configura como um dos momentos que mais despertam temor no ser humano, a lembrança da vida santificada e heróica que o rei levou para que fosse agraciado com um suspiro final tranquilo tem grande peso de ensinamento para o homem medieval.

Nesse sentido, a existência de um modelo de cerimonial fúnebre avisino fica muito clara, quando observamos os elementos expostos na Tabela 2. Vimos na primeira parte desse capítulo que o cerimonial é algo organizado de forma sistemática, com caráter rememorativo, com aprendizagem e reflexão sobre a conduta ali evocada em seu cerne. Dessa forma, fica evidente a concatenação dos fatos que precedem e sucedem o falecimento dos reis – seja da maneira como foram representados por meio da narrativa meticulosamente organizada dos cronistas, seja da forma factual que ocorreram – em torno de uma reflexão que evoca a predestinação do Patriarca e, consigo, o próprio poder real.

Ainda que o rito funerário seja elemento estruturante de qualquer monarquia (junto com os ritos de consagração e o casamento), por ser um ritual de continuidade fica patente que ele tem importância ainda mais central para a Dinastia de Avis. O cerimonial fúnebre avisino é organizado, a partir de D. João I, como transmissão de uma mensagem de poder, mensagem esta que será perseguida pelos seus sucessores, ainda que nenhum tenha realizado seu saimento de forma tão completa como D. João I. Por intermédio da ritualidade fúnebre, D. João I reafirma a legitimidade de sua casa dinástica: só um rei legítimo teria em sua hora final tantas bênçãos

²²⁸ GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995, p. 320.

²²⁹ RIVIÉRE, Claude. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 10.

divinas como confirmação de sua exemplar vida. Os sinais, as datas e as manifestações de luto, inclusive da natureza, não negam: D. João I e a Dinastia de Avis são os escolhidos por Deus para reinar em Portugal.

Perante a análise do que os reis em pessoa idealizaram como legado *post mortem* em seu testamento, e de que maneira isso ocorreu e foi descrito nas narrativas das crônicas, cabe a nós discutirmos no próximo capítulo de que forma esses pedidos foram aplicados no Panteão Régio da Batalha, quais as relações entre a Igreja e a Dinastia de Avis – Igreja essa que é a intercessora por direito na comunicação entre o mundo terreno e o sobrenatural –, de que forma isso afetou a questão da execução testamentária e cerimonial e o que D. Duarte, prejudicado em nossa análise pelo sumiço de seu testamento, idealizava para a cerimônia fúnebre de seu pai e para sua própria morte.

CAPÍTULO 3

IN MEMORIAM: O MEMORIAL FÚNEBRE AVISINO

Após análise da documentação fúnebre elencada por nós, como os testamentos reais e os relatos de morte e cerimonial nas narrativas das crônicas, discutiremos neste capítulo a grande materialização das determinações testamentárias de D. João I e de seus sucessores: o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, também conhecido como Mosteiro da Batalha, Panteão Régio da Dinastia de Avis. Em seguida, abordaremos as concepções tanatológicas de D. Duarte, mediante a leitura de sua obra *Leal Conselheiro*, e buscaremos entender o papel da carta “*com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433*”, que ele mesmo redige, no legado fúnebre avisino. Buscaremos ainda entender os paradigmas da relação entre a Dinastia de Avis e a Igreja, portadora da autoridade necessária em prol de uma próspera passagem para o mundo *post mortem*, de modo que a alma dos monarcas de Avis tenham o mesmo triunfo na morte que tiveram esses reis em vida.

3.1 Mosteiro da Batalha: monumentalização e memória

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mais conhecido como Mosteiro da Batalha, é o grande monumento fúnebre erguido pelos membros de Avis em homenagem à sua dinastia. No testamento de D. João I, diz o Rei:

Porque nos prometemos no dia da batalha que ouvemos com el rey de Castella de que noso senhor Deus nos deu vitoria de mandarmos fazer aa homrra da dita nossa senhora Samta Maria, cuja vespera entom era ally a cerqua domde ella foy huum moesteiro o quall depois que foy começado nos requireo o Doutor Joham das Regas (sio) do noso Comselho e frey Lourenço Lamprea noso confessor estando nos em o cerquo de Mellgaço que hordenasemos que fose da Hordem de Sam Domymguos e nos dovidamos de ho fazer porque asy foy noso prometimento de se fazer aa homrra da dita Senhora Samta Maria e respomderam nos que a dita Hordem em especiall era

*muyto da dita senhora declarando nos as rezões por que. As quaases vistas per nos acordamos e prouve nos de hordenar o dito moesteiro que fose da dita Hordem [...].*²³⁰

Sendo assim, percebemos que a construção do mosteiro orbita em torno da sua função não só como Panteão Fúnebre²³¹, mas também como monumento à memória da Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 14 de agosto de 1385, a qual consagra D. João I como herdeiro legítimo predestinado para a coroa portuguesa, vencendo então os cismáticos castelhanos.

O mosteiro teria sua construção iniciada imediatamente após a posse de D. João ao trono português, já no ano de 1386. Embora a Ordem de São Domingos resida no mosteiro desde 1388, podemos rastrear intervenções em torno de sua construção até o ano de 1563, portanto, até o primeiro ano de reinado efetivo de D. Sebastião, último Rei da Dinastia de Avis.²³² É importante ressaltar que intervenções arquitetônicas continuam sendo feitas até a época contemporânea, com viés seja de restauro, seja de obras de adaptação, já que atualmente o edifício tem a função de museu e, desde 2016, conta com o estatuto de Panteão Nacional²³³, sem o prejuízo de suas funções religiosas.²³⁴

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha permite observarmos diretamente em sua construção a efetividade dos pedidos testamentários dos reis de Avis. Assim, podemos observar como se organizou como Panteão Fúnebre e memorialístico da Dinastia de Avis, quando pensado como símbolo do poder e da legitimidade dinástica da casa real por nós analisada. Além disso, pelo fato de o mosteiro constituir-se como materialidade, podemos

²³⁰ “Translado autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3777, p. 3.

²³¹ No mosteiro temos sepultados os infantes D. Henrique, D. João, D. Isabel e D. Fernando, bem como os Reis D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, a Rainha D. Filipa de Lencastre e um soldado desconhecido.

²³² CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ. Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Disponível em: <<http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2387>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

²³³ Em Portugal há uma série de Panteões Nacionais, que são locais designados especialmente no circuito turístico como região de sepultamento de personagens célebres da História de Portugal. Outros exemplos de edifícios com o estatuto de Panteão Nacional na atualidade são o Mosteiro dos Jerônimos e o Mosteiro de Santa Cruz. Podemos ainda dizer que “As honras do Panteão destinam-se a homenagear e a perpetuar a memória dos cidadãos portugueses que se distinguiram por serviços prestados ao País, no exercício de altos cargos públicos, altos serviços militares, na expansão da cultura portuguesa, na criação literária, científica e artística ou na defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação da pessoa humana e da causa da liberdade”. Cf. PORTUGAL. Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, e quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro. **Diário da República**. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/74608051>>. Acesso em: 7 mar. 2019.

²³⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Presidente da República promulga diploma sobre Panteão Nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=107846>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

observar diretamente em sua construção a efetividade dos pedidos testamentários dos reis de Avis.²³⁵

As informações citadas aqui têm como referencial os estudos de Saul António Gomes²³⁶, historiador que em suas análises busca observar não apenas as questões inerentes ao Mosteiro em si, mas sim de todo seu entorno social e das repercussões de sua monumentalidade para a Vila da Batalha (região das Beiras), onde foi erguido. A baliza cronológica mobilizada pelo autor é o século XV, período no qual se concentra grande parte das obras do Mosteiro. Todavia, ele pontua que se pauta não pelo rigor dos anos, mas pelos ritmos econômicos de Longa Duração.²³⁷ Desse modo, o século XV abordado na obra inicia-se na última década de Trezentos, com a fundação monástica, e vai até meados de Quinhentos, período no qual o autor julga estar bem estruturada a economia do Panteão.

A documentação elencada para dar conta da extensão dos duzentos anos de análise é muito variada e tem como principal característica, segundo o autor, sua dispersividade. Sendo assim, as obras aqui por nós mobilizadas são resultado de um amplo trabalho de pesquisa *in loco*. Saul António Gomes reitera ainda o fato de o cartório monástico do Mosteiro da Batalha ter grande parte dos seus documentos dilapidados através dos séculos, o que torna a documentação disponível lacunar. Do cartório medieval, teríamos disponíveis aproximadamente duas centenas de pergaminhos, acomodados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo²³⁸, os quais o autor pontua que estão incompletos e contam com poucos documentos régios.

A questão da concessão do Mosteiro para a Ordem de São Domingos é emblemática. Prevista já no testamento de D. João I, que se estende longamente sobre a finalização da construção e sobre o provimento dos frades que ali se estabelecerão, a doação é fruto de uma série de contextos que envolvem a Dinastia de Avis e a Ordem. O enterro dos reis no interior de Igrejas no período medieval permitiu aos monarcas um acesso que até então era apenas

²³⁵ Sobre os aspectos artísticos e arquitetônicos, ver: TORRAS, Begoña Farré. **Brotherly Love and Filial Obedience: The Commemorative Programme of the Avis Princes at Santa Maria da Vitória, Batalha**. Dissertação (Mestrado em História da Arte Medieval) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014 um dos estudos mais atuais sobre a iconografia do mosteiro, e a já consagrada obra de Saul António Gomes, **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV** (Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990).

²³⁶ Além da obra citada acima, consultamos também o estudo **Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte**. (Leiria: Edições Magno. 1997), do mesmo autor.

²³⁷ Para tal, o autor se inspira no “longo século XVI” proposto por Fernand Braudel em **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. (v. 2. Lisboa: ed. D. Quixote, 1984, p. 264).

²³⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha**. [14-]-[15-]- Livro 4: Vários pergaminhos da Varg[em] e Pinheiro.

destinado a membros da Igreja. Esse privilégio demonstra que, tal como os clérigos, os reis também possuem um caráter atemporal ligado ao poder divino, que é justamente o que consagra o cadáver real. Entretanto, a escolha de uma ordem monástica específica para ser a guardiã dos defuntos da dinastia, não mais sepultados de forma errante, mais do que uma afinidade religiosa, é uma questão política.²³⁹

Maria Helena da Cruz Coelho, em sua biografia de D. João I, já aponta a estreita relação que se forma entre a casa de Avis e os frades de São Domingos, que desde o princípio apoiaram o Mestre em sua alçada ao trono.²⁴⁰ Não é coincidência o fato de grande parte dos confessores dos reis avisinos serem dominicanos. A inclusão das ordens mendicantes nos diversos ritos fúnebres e nas exéquias reais não são exclusividade da coroa portuguesa, mas sim um movimento do qual observamos desdobramentos em toda a Europa.²⁴¹

Todavia, há controvérsia na discussão em torno da afirmação de que se construiria um mosteiro desde a promessa em Aljubarrota. Isso pelo fato de que D. João I afirma, em diploma régio datado de quatro de abril de 1388: “[...] *por nossos merecimentos proposemos em relenbrança de beneficios per ella recebidos de edificar e mandar fazer casa de oraçam em qual a honrra e louvor da dicta senhora se faça a serujço a Deus*”²⁴². Tal excerto nos demonstra então que, a princípio, a intenção era de se construir uma “*casa de oraçam*”, ou seja, um templo ou uma Igreja em honra à Santa Maria.²⁴³ Todavia, o uso da palavra “*moesteiro*” no testamento é justificado pelo fato de que, em 1426, ano de sua escrita, as obras já estavam bastante

²³⁹ BINSKI, Paul. **Medieval Death: Ritual and Representation**. London: British Museum Press. 1996, p. 70.

²⁴⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Coleção Reis de Portugal. Mem Martins: Temas e Debates, 2008, p. 354.

²⁴¹ Como os casos do mosteiro de El Escorial na Espanha, que abriga diversos túmulos em um grande Panteão de Reis, desde a Dinastia dos Habsburgos até a Dinastia Bourbon (VARELA, Javier. **La Muerte Del Rey: El Ceremonial Funerario de La Monarquia Española. 1500-1885**. Madrid: Turner, 1990, p. 21). Temos ainda como exemplo a Abadia de Westminster, na qual estão sepultados vinte e dois reis e rainhas e diversos notáveis, entre eles Charles Darwin e, mais recentemente, Stephen Hawking (STANLEY, Arthur. **Westminster Abbey**. Londres: John Murray, 1886, p. 499; BBC NEWS. “Stars turn out for Hawking memorial”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-england-cambridgeshire-44494389>>. Acesso em: 22 dez. 2018). A centralização dos túmulos reais em um só Panteão é novidade em Portugal até a Dinastia de Avis, uma vez que D. Sancho II e D. Pedro I têm seu sepultamento no Mosteiro da Alcobaça, D. Dinis em Odivelas e D. Afonso IV na Sé de Lisboa (GOMES, Saul António. **Vésperas Batalhinhas. Estudos de História e Arte**. Leiria: Edições Magno. 1997, p. 34).

²⁴² GOMES, Saul António. Alguns documentos para a história do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e da Batalha. In: SANTOS, José Travaços (ed.). **Cadernos da Vila Heróica**, nº 5, Batalha-Leiria, 1984, doc.1, p. 24.

²⁴³ Fato conhecido é o de que no início das obras foi construído primeiramente um pequeno templo denominado Santa Maria-a-Velha. O templo teria servido como local de devoção e realização de sacramentos e celebrações litúrgicas dos mesteiros da obra. Todavia, por escassez documental, nos escapa a afirmação de que essa pequena Igreja seria o projeto inicial, alargado posteriormente. (VIEIRA, Renata. O enigma da Igreja de Santa Maria-a-Velha da Batalha. Disponível em: <<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7426/1/08RVieira.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018).

avanzadas – e por isso D. João I discute em seu texto testamentário inclusive as diretrizes para sustento dos frades e os pedidos de missas fúnebres em seu nome e no da falecida Rainha.

Ademais o apoio dado pela Ordem Dominicana à Casa de Avis, podemos situar ainda a cessão do Mosteiro para essa ordem dentro de seu contexto histórico no reino português. Antes da Batalha, o último convento fundado teria sido o de Vila Nova de Gaia, em 1345, sendo esse o único doado para os frades pregadores desde 1286.²⁴⁴ Saul António Gomes alega que, a partir do último quartel do século XIV, podemos observar uma tendência de recuperação das fundações da Ordem Dominicana, que se inicia com o Mosteiro da Batalha e se estende por diversos outros conventos.²⁴⁵ Entretanto, é difícil situar se essa expressiva expansão seria resultado meramente do impacto da doação do Mosteiro da Batalha para a Ordem, ou se seria fruto de intenções diplomáticas de D. João I junto a ela.

Acreditamos que as duas justificativas se mesclam e se complementam. Para o autor, “A doação aos dominicanos era, pois, não apenas um gesto de âmbito religioso-simbólico, mas também a tradução de um horizonte político e diplomático”²⁴⁶. Não podemos esquecer ainda que as demais ordens, como a dos cistercienses e a dos franciscanos, já administravam grandes conventos no reino nesse período. Trinitários, carmelitas, ermitas de Santo Agostinho, cônegos de Santa Cruz de Coimbra e de Santo Antão tinham estabelecimento recente em Portugal e, portanto, não poderiam fornecer a influência que os dominicanos ofereciam tanto no reino como fora dele, e as Ordens de São Jerônimo e dos Lóis só fariam sua entrada em Portugal após 1388.²⁴⁷

Discutiremos a relação ambígua entre a Dinastia de Avis e a Igreja, bem como a repercussão de pedidos da dinastia ao Papa com mais afincos no último item deste capítulo²⁴⁸.

A construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, por si só, foi uma obra monumental. No decorrer de suas obras, o Mosteiro tornou-se o maior espaço de culto construído em Portugal, com cerca de 1.450 m² de área construída para receber o público.²⁴⁹ O valor gasto pela coroa para empreender tal obra não é conhecido. Saul António Gomes alerta

²⁴⁴ GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 6.

²⁴⁵ S. Salvador de Lisboa em 1392, S. Domingos de Benfica em 1399, S. Domingos de Ceuta em 1415, N. Senhora da Misericórdia de Aveiro em 1423, S. Domingos de Vila Real em 1424, S. Domingos de Azeitão em 1435, Jesus de Aveiro em 1456, N. Senhora da Consolação de Abrantes em 1472, N. Senhora da Luz de Pedrogão Grande em 1476 e Santa Ana de Leiria em 1498 (*Ibidem*, p. 7).

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 8.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 9.

²⁴⁸ Ver p. 134.

²⁴⁹ GOMES, Saul António. *Op.cit.*, p. 12.

para a riqueza natural em torno do local de construção. Segundo o autor, calcários e madeiras provenientes da floresta, rica em pinho e carvalho, podem ser encontradas em um raio de cinco quilômetros da obra. De fato, essa abundância de recursos locais pode ter colaborado para uma redução de custos e, portanto, maior celeridade no término da construção. É importante ressaltarmos que, apesar das diversas modificações posteriores no projeto oficial, como, por exemplo, o acréscimo dos claustros por D. Afonso V e D. João III²⁵⁰, D. João I preocupa-se em testamento que se respeite o posicionamento dos dominicanos em relação à construção, no que diz respeito a manter estrutura com a funcionalidade de um mosteiro:

*E comsyramdo nos despois a maneira que estes frades tem amtre sy em semelhantes casos hordenamos que se tenha esta hordenança no acabamento do dito mosteiro e se boom soportamento e mantimento dos ditos frades aa qual mandamos rogamos e encomendamos ao dito ifante Duarte meu filho e a outro qualquer que veer que seja rey e senhor dos ditos regnos que a faça comprry e guardar pella guisa que per nos he determinado.*²⁵¹

Esse é um ponto do testamento que será obedecido: por mais monumentalidade que se expresse como local de homenagem à Dinastia, a construção seguirá sua função como mosteiro. Por outro lado, o pedido testamentário de que existisse um provedor e um escrivão, responsáveis pela direção das receitas, “[...] *moradoes na dita villa de Leyrea que ajam boons beens de raiz e sejam bem arreyguados huum que seja proveedor dos ditos beens e o outro stprivam os quaaes tenham carreguo de adubar e aproveytar e colher os fruytos e remdas*”²⁵², não foi realizado na prática: os frades é que na maior parte dos casos serão os responsáveis pela organização da existência material do mosteiro.²⁵³ Essa questão é importante para nós pois demonstra que nem todo o testamento de D. João I foi obedecido de forma linear. Nesse ponto

²⁵⁰ Podemos citar como exemplo da construção e formatação contínua da estrutura do Mosteiro durante os reinados da Dinastia de Avis a vontade da construção de um relógio mecânico no convento, expressada por D. Duarte e retomada por seu filho D. Afonso V. A sonoridade que seria trazida pela marcação das horas pelo relógio, além de regular o trabalho dos diversos mestres e artífices que trabalhavam nas obras, reverberaria a existência do Panteão Real não só por meio da visualização do mosteiro, mas também do som do relógio (GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 145).

²⁵¹ “Translado autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3777, p. 3.

²⁵² “Translado autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei”. *Ibidem*, p. 5.

²⁵³ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 20.

específico, a Ordem teria se imposto em relação ao desejo do Rei. Entretanto, o pedido de que os custos da construção sejam todos cobertos pelas rendas de Leiria “*E acabado o dito mosteiro de todallas obras necessarias como dito he pellas ditas remdas de leyrea e termo e seu almoxarifado*”²⁵⁴ teria sido seguido à risca pela Ordem.²⁵⁵ Para nós, isso demonstra que a desobediência ao primeiro pedido pode muito mais ser fruto de uma questão de organização prática da construção do Mosteiro do que resultado de um jogo de forças entre a Igreja e a coroa.

É inegável que uma construção majestosa como essa modificou e impactou o entorno social de Leiria. A dinamização trazida pela obra de tamanho inédito no reino português afetou não só a maneira como a sociedade se organizava na região, mas também sua economia. O primeiro grande impacto que podemos listar é a vinda de diversas pessoas para compor a mão de obra necessária para edificação do projeto. Viriam para a construção pedreiros, ferreiros, carpinteiros, escultores, vidreiros, entre outros.²⁵⁶ Fora os mesterais imbuídos da tarefa de edificar a parte física do Mosteiro, é montado ainda todo um aparato humano que sustenta sua parte administrativa. Assim, são criadas as figuras de juiz de obras, vedores, escrivães, provedor das obras, almoxarifes, mestres, alfaiates, sapateiros.²⁵⁷ Assim, percebemos que a região é transformada em um centro econômico dinâmico e, rapidamente, torna-se um polo de atração para diversas pessoas.

O espaço do Mosteiro também terá várias funções, sendo que 69% de seu espaço será de uso exclusivo das funções religiosas, contra 31% reservado para atividades laicas.²⁵⁸ Em ambas, é muito marcada a presença da Dinastia de Avis, que escolherá a edificação para Panteão Régio.

A organização dos túmulos é dispersa por alguns espaços anexos aos ambientes comuns do Mosteiro. O primeiro e mais importante é a Capela do Fundador. Idealizada por D. João I como sua morada final, só será finalizada em 1434 por Mestre Huguet.²⁵⁹ Podemos perceber, portanto, que, na ocasião da morte do Rei, em 1426, a capela ainda não estava finalizada, apesar

²⁵⁴ GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 3.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 21.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 64.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 125.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 131.

²⁵⁹ David Huguet foi um mestre de origem irlandesa, que substituiu Afonso Domingues no cuidado com a obra do Mosteiro da Batalha a partir de 1402. Seu estilo é considerado “Gótico Tardio” ou “Manuelino”. Não se sabe ao certo de que maneira D. João I teve contato com Huguet, embora se especule que tenha sido por meio de recomendações inglesas feitas à Rainha D. Filipa de Lencastre (DIAS, Pedro. **A arquitetura gótica portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 70).

de todo o planeamento em torno de sua construção.²⁶⁰ Mesmo após 1434, a capela passou por sucessivas obras por conta do terremoto de 1755, que derrubou o coruchéu em formato de agulha que habitava o topo do octógono central. Há ainda o preenchimento dos arcos sólidos em 1901.²⁶¹ É importante ressaltarmos ainda que o cadáver que inaugura o Panteão Real não é o de D. João I, mas sim o da Rainha D. Filipa de Lencastre²⁶², trasladado de Odivelas para a Batalha em 1416, dezessete anos antes da morte de seu marido.²⁶³

Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, a construção durante o reinado de D. João I teria se organizado em duas grandes etapas: a primeira, de 1388 até 1425, constitui-se como a fase em que são erguidas as estruturas conventuais, com o claustro e seus anexos. A segunda, de 1426 em diante, segundo a autora seria o período da construção do Panteão Real em si, ligado à Igreja²⁶⁴. O testamento de D. João I é escrito justamente no princípio da segunda fase, em 1426. Sobre a questão da capela do fundador e de seu sepultamento, determina o Rei em seu testamento:

Mandamos e emcomendamos ao dito iffante e a outro qualquer que for rey destes regnos que nom comsymta que nymguem se lance nem soterre demtro no jazilguo que nos mandamos fazer em a nossa capella em alto nem no chãao salvo se for rey destes regnos. E mandamos que pello jazyguos das paredes da capella todos em quadra asy como sam feytas se posam lamçar filhos e netos de reix e outros nom. E de quaaesquer cousas que cada huum dos que se lamçarem na dita nossa capella quiserem leixar ao dito moesteiro possam seer (4 v.) apropiadas aos ditos frades as duas partes e aa nossa capella se aproprie todavia a terça parte de todo o que asy leixarem e se conjuntem aos outros beens della. E o dito proveedor e stprivam os aproveytem e aministrem com os outros beens pera ajuda e governança dos ditos frades. E doutra guisa se nom posa nehuum lamçar nos jaziiguos da dita nosa capella asy dos de cima que apropiamos pera os reix como dos outros d'arredor della que apropiamos aos filhos e netos dos reix salvo leixando aa dita capella o terço de todollos beens e cousas que asy quiserem leixar ao dito moesteiro pella guisa suso dita.

²⁶⁰ GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 10.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 11.

²⁶² Com a transladação da Rainha ordenada por D. João I em 1416, seu corpo será primeiramente sepultado na Capela-Mor, pois só ela estava concluída. Em 1434 é que se corpo será levado para o túmulo oficial, por ordem de D. Duarte (RODRIGUES, Ana Maria S. **As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 424).

²⁶³ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **Rainhas Medievais de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 425.

²⁶⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Coleção Reis de Portugal. Mem Martins: Temas e Debates, 2008, p. 356.

*Item mandamos que se nom lamce nehuum de qualquer estado e comdiçam que seja na capella principall e mayor do dito moesteiro.*²⁶⁵

Neste trecho citado por nós, D. João I deixa clara a questão da exclusividade de sepultamento de reis e seus filhos e netos no chão e nas paredes da Capela do Fundador. Este pedido testamentário será seguido à risca: nas paredes laterais estão sepultados os Infantes D. Pedro e sua mulher, D. João e sua mulher, D. Henrique e D. Fernando.²⁶⁶ Os túmulos de príncipes são geralmente sinalizados por símbolos individuais heráldicos e seus brasões. Apenas o túmulo de D. Henrique possui jacente, e será ele o último a falecer entre os varões.²⁶⁷

Figura 1 – Sepulturas dos Varões de Avis.²⁶⁸

O túmulo de D. João I e de D. Filipa de Lencastre está localizado no centro do octógono.²⁶⁹ Trata-se do primeiro túmulo português idealizado com duas pessoas na efígie, na qual ambos estão deitados lado a lado e de mãos dadas.²⁷⁰ O Rei está de armadura completa,

²⁶⁵ “Translado autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3777, p. 6.

²⁶⁶ Com exceção de D. Duarte, único entre os filhos de D. João I que será sepultado na capela-mor até a trasladação para seu Panteão, as chamadas Capelas Imperfeitas.

²⁶⁷ GOMES, Saul António. **Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte**. Leiria: Edições Magno. 1997, p. 37.

²⁶⁸ Capela do Fundador, Mosteiro da Batalha, Vila da Batalha, Portugal. Disponível em: <www.mosteirodabatalha.pt>. Acesso em: 10 dez. 2018.

²⁶⁹ Dada a impossibilidade de visita de campo ao Mosteiro no período deste estudo, nos baseamos na descrição tumular proposta por Ana Maria S Rodrigues em **As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra** (Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 424).

²⁷⁰ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 30.

enquanto Filipa segura em sua mão um livro, simbolizando sua cultura e a questão da educação e erudição da família real e da corte, sempre muito presente em suas ações.

Figura 2 – Detalhe do túmulo de D. João I e D. Filipa de Lencastre.²⁷¹

Embora o túmulo seja o mesmo para o casal fundador e simbolize a união matrimonial, os corpos são sepultados em ataúdes separados, conforme o desejo expresso do Rei em testamento. Em suas palavras:

*Mandamos que noso corpo se lamce no moesteiro de Samta Maria da Vitoria que nos mandamos fazer com a rainha Dona Felipa minha molher a que Deus acrecente em Sua gloria em aquell moymento em que ella jaaz nom com os seus ossos della mas em huum ataude asy e em tall guisa que ella jaça em seu ataude e nos em o noso pero jaçamos ambos em huum moymento asy como o nos mandamos fazer e esto seja na capella moor asy como ora ella jaaz ou na outra que nos ora mandamos fazer despois que for acabada.*²⁷²

A união do casal real no mesmo túmulo não reflete apenas seu matrimônio, mas a união dos membros fundadores da dinastia na morte, tal qual ela teria sido em vida – fiel, convergente em prol de um mesmo ideal: a glória do Reino Português. Assim, o túmulo dos fundadores e as

²⁷¹ Capela do Fundador, Mosteiro da Batalha, Vila da Batalha, Portugal. Disponível em: <www.mosteirodabatalha.pt>. Acesso em: 10 dez. 2018.

²⁷² “Translado autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3777, p. 2

sepulturas de seus filhos transformam o Mosteiro não apenas em um jazigo da família real, mas em centro de memória do início de uma dinastia marcada pela vitória, a qual o Mosteiro também edifica e simboliza.

D. Duarte seguirá o mesmo modelo de túmulo, tentando refletir uma coesa união conjugal. Essa formulação tumular é simbólica, pois, ao mesmo tempo que evoca a questão dinástica, com as efígies coroadas e toda a heráldica militar e do reino estampando o túmulo, traz a imagem do bom marido e pai, que deseja, inclusive, que os filhos tenham seu descanso final perto de si.

Figura 3 - Sepultura de D. Duarte e D. Leonor de Aragão, situada nas Capelas Imperfeitas.²⁷³

Apesar de D. João I ter legado em testamento a possibilidade e o desejo do sepultamento dos infantes na Capela do Fundador, o segundo Rei da Dinastia de Avis preferiu construir um espaço para si. O Panteão de D. Duarte, conhecido como *Capelas Imperfeitas*, nunca foi finalizado.²⁷⁴ Não há documentação disponível que situe exatamente quando o Rei iniciou seus planos em relação à construção das capelas. A informação mais precisa que temos é que o projeto já estava sob responsabilidade do Mestre Huguet em 1436.²⁷⁵

O túmulo conjugal de D. Duarte teve sua primeira localização aos pés do altar da Capela-Mor na igreja principal, contando apenas com o cadáver do Rei, falecido em 1438. Apenas em

²⁷³ Disponível em: <<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/94592691>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

²⁷⁴ O nome “Capelas Imperfeitas” foi popularizado para a obra pelo fato de as capelas nunca terem a finalização da cobertura da abóbada concluída (DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte: réquiem por um rei triste**. Coleção Reis de Portugal. Mem Martins: Temas e Debates, 2007, p. 300).

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 300.

1456 a Rainha D. Leonor será trasladada para a sepultura (sua morte ocorrera dez anos antes, em Toledo), por iniciativa do filho do casal, o Rei D. Afonso V.²⁷⁶

Segundo Saul António Gomes, a representação dos jacentes foi feita apenas após 1456, com a chegada do corpo da Rainha.²⁷⁷ Todavia, só no início do século XX, com as sucessivas obras de restauro do Mosteiro, é que o túmulo será transferido para a localização de desejo do Rei, nas Capelas Imperfeitas. O autor ainda pontua que o estado atual da sepultura pouco se assemelha ao gótico do período, por conta justamente das diversas restaurações. Esse será o segundo e último túmulo conjugal do complexo batalhino. A partir daí, majoritariamente, as tumbas serão individuais.²⁷⁸

Como podemos observar em uma breve comparação entre a Figura 2 e a Figura 3²⁷⁹, o túmulo de D. Duarte terá grande parte de suas características aproximadas ao túmulo de seus pais. Tal qual D. João I, D. Duarte aparece coroadado, com trajes militares e segurando a mão direita da Rainha, que, da mesma maneira que D. Filipa de Lencastre, segura um livro de oração. Entretanto, se a figura de D. João I aparece mais jovem e no auge de seu vigor – considerando seu falecimento aos 76 anos de idade –, o jacente de D. Duarte apresenta-se envelhecido em relação à sua idade de falecimento, aos 47 anos. Sobre a provável “imitação” das esculturas tumulares, afirma Vergílio Correia que se trata de “imitação pouco feliz, réplica incaracterística que não depõe a favor da continuidade ou progresso artístico da escultura da Batalha”²⁸⁰. Entretanto, a documentação disponível atualmente sobre a questão da construção da sepultura é lacunar e não nos permite rastrear se teria sido pedido expresso do Rei que fosse uma réplica da tumba de seus pais, ou se teria sido iniciativa de D. Afonso V ou do artista que produziu as estátuas, já que o túmulo só foi construído dezoito anos após o falecimento de D. Duarte. Fato é que a obra perdeu muito de suas características originais, por conta dos sucessivos restauros no decorrer do século XX.

D. Afonso V foi enterrado na Casa do Capítulo²⁸¹, em um túmulo individual²⁸². O terceiro Rei da Dinastia de Avis teria planejado também um túmulo conjugal, de modo que fosse sepultado com a primeira esposa, D. Isabel, mas supõe-se que o segundo casamento o

²⁷⁶ RODRIGUES, Ana Maria S. **As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 77.

²⁷⁷ GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 254.

²⁷⁸ *Idem*. **Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte**. Leiria: Edições Magno. 1997, p. 31.

²⁷⁹ Ver p. 113 e p. 114.

²⁸⁰ CORREIA, Vergílio. **A Arte do Século XV: Obras**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949. p. 126.

²⁸¹ Também conhecida atualmente como “Túmulo do Soldado Desconhecido”.

²⁸² GOMES, Saul António. *Op. cit.*, 1997, p. 255.

teria feito renunciar à ideia. D. Afonso V contará ainda com um claustro só para si no Mosteiro, com dois pisos. O túmulo original de D. Afonso V foi destruído no século XIX, no episódio da invasão napoleônica na Península Ibérica, não se sabe ao certo em que circunstância. Apenas com a reforma de 1901 é que seus restos mortais serão somados aos de D. Isabel e um infante filho de ambos e sepultados na Capela do Fundador.²⁸³ Por essa razão, o túmulo possui arquitetura simples, quando comparado aos de seu avô e de seu pai, sem jacentes e apenas com símbolos heráldicos.

Figura 4 – Túmulo de D. Afonso V.²⁸⁴

D. João II foi também sepultado na Batalha com seu filho D. Afonso.²⁸⁵ Seu túmulo, assim como o de seu pai, não era suntuoso e ele não teve uma capela construída apenas para si. Acreditamos que isso se dá pelo próprio contexto de sua morte, precoce, aos 40 anos, em 1495 e permeada por mistérios envolvendo as causas de seu falecimento. Fato é que o Rei sofreu por anos e, na última piora, é levado para se tratar em Alvor. É lá que falece e permanece enterrado na Sé de Silves, até ter sua trasladação ordenada por D. Manuel I em 1499, conforme seu pedido expresso em testamento: “ [...] *minha sepultura quero que seja em o Moesteyro de Santa Maria da Vitória no lugar e per a maneira que mais conveniente parecer a meu testamenteiro e as*

²⁸³ RODRIGUES, Ana Maria S. **As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 352.

²⁸⁴ Disponível em: <https://www.pbase.com/diasdosreis/batalha_mosteiro>. Acesso em: 17 jan. 2019.

²⁸⁵ GOMES, Saul António. **Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte**. Leiria: Edições Magno. 1997, p. 137.

*cousas do descargo de minha alma lhe encomendo que se faça como lhe eu mando e as outras como lhe bem parecer*²⁸⁶.

A trasladação para o Mosteiro foi repleta de liturgias e representações simbólicas que, ao mesmo tempo que consagram D. João II, legitimam também D. Manuel I. Segundo abordamos no Capítulo 2 desta dissertação²⁸⁷, Garcia de Resende relata que o corpo do Rei morto foi metido em um caixão e levado até a Batalha, acompanhado a cavalo por eclesiásticos e *gente honrada*, representando assim os súditos do reino. O *santo corpo* – Garcia de Resende em nenhum momento se refere a D. João II como cadáver ou defunto, mas sempre como “*santo corpo*”²⁸⁸ – cumpre o itinerário até a Batalha parando em diversos pontos de procissão e igrejas, com D. Manuel sempre atrás, simbolizando a honra por aquele que lhe concedeu o trono.²⁸⁹ As exéquias realizadas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória são realizadas pelo Bispo de Tânger, o qual mobiliza em torno do *santo corpo* e suas virtudes seu sermão, evocando a todo tempo sua sacralidade.

Figura 5 - Túmulo de D. João II.²⁹⁰

Após a missa fúnebre no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ocorre um dos episódios mais interessantes em relação ao sepultamento do cadáver real. Antes que o jazigo fosse definitivamente fechado, D. Manuel “[...] *foyse com alguns ao mosteiro, e meteosse dentro na*

²⁸⁶ “Testamento de el-rei D. João II”. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). **As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3797, p. 102.

²⁸⁷ Ver p. 55.

²⁸⁸ A expressão retorna no decorrer da narrativa de Garcia de Resende cerca de vinte vezes.

²⁸⁹ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, p. 292.

²⁹⁰ Disponível em <<https://pbase.com/diasdosreis/image/29036099>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

capella onde o santo Rey jazia, e com o Provincial, e outros frades mandou abrir o atauda”²⁹¹. Assim, o Rei solicita uma visão do *santo corpo* de D. João II, de modo a visualizar a situação em que o cadáver se encontrava.²⁹² Não foi impedido por nenhum monge residente do Mosteiro de fazê-lo, e, ainda, ao se deparar com o corpo coberto de cal, “*mandou aos Frades que com canudos de cana lha assoprassem, e elle mesmo lha alimpava*”²⁹³. Segundo o cronista, frades, nobres e D. Manuel I se emocionaram ao constatar “*santo corpo inteiro com cabellos, e barba, e cabellos nos peytos, e nas pernas, aluo que parecia viuo*”²⁹⁴.

A partir da análise de todo esse episódio envolvendo a trasladação de D. João II, podemos notar que, embora a falta de planejamento pessoal do jazigo tenha refletido em um túmulo mais simples que os de D. João I e D. Duarte, coroado apenas com suas heráldicas e as de sua esposa, o cerimonial batalhino em prol da chegada tardia de seu cadáver foi realizado com toda a pompa e repleto de simbologias que irão repercutir em torno de uma suposta santidade de seu cadáver nos anos posteriores.²⁹⁵

Saul António Gomes conclui sua obra dizendo que a fundação monástica foi um gesto de significados plurais, que envolveu movimentação de diversos grupos de poder de intencionalidade política e religiosa.²⁹⁶ Para nós, fica evidente essa intencionalidade dúbia e, além disso, a construção do Mosteiro ao longo de duzentos anos, retomada por toda a *Ínclita Geração*²⁹⁷ e cerne das preocupações do poder real durante este período, demonstra que, de fato, o erguimento do Mosteiro pode ser considerado um projeto de continuidade dinástica.

²⁹¹ RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, cap. 214.

²⁹² Ana Isabel Buescu, em seu artigo “A morte do rei. Tumulização e cerimônias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)”, desenvolve a ideia de que a abertura do jazigo dos corpos reais não é exclusividade de D. João II no Portugal medieval. O mesmo teria ocorrido na ocasião da trasladação do corpo de Afonso Henriques para seu novo túmulo em 1520. Além disso, a autora ainda relata o episódio no qual D. Sebastião teria visitado o Mosteiro da Batalha em 1570 e solicitado que, 71 anos após a trasladação, fosse aberto novamente o caixão de D. João II. Mais uma vez ele teria se deparado com o defunto incorrupto, tal como era quando vivo e, colocando a espada na mão do cadáver de seu bisavô, ordenou que D. Jorge de Lencastre beijasse a mão do Rei defunto. (**Ler História [Online]**, 60, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1443#quotation>>. Acesso em: 17 fev. 2019).

²⁹³ RESENDE, Garcia de. *Op. cit.*, cap. 214.

²⁹⁴ *Ibidem*, cap. 214.

²⁹⁵ *Ibidem*, cap. 214.

²⁹⁶ GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 369.

²⁹⁷ A expressão é empregada pela primeira vez pelo poeta português Luís de Camões em sua obra *Os Lusíadas* (Canto IV, estância 50) e designa os filhos do Rei D. João I de Portugal (1356-1433) e de D. Filipa de Lencastre (1360-1415).

D. João I teria ido à Batalha em 8 de março de 1396, 24 de outubro de 1416 e 22 de agosto de 1420.²⁹⁸ D. Duarte se encontrará na edificação do Mosteiro em 29 de outubro de 1433, data do saimento de seu pai, e depois nos dias 14 e 15 de agosto, aniversário de um ano da morte de D. João I. D. Afonso V será o monarca que mais visita o Mosteiro – Saul António Gomes coleta indícios em sua itinerância de que ele o teria feito por nove vezes.²⁹⁹ Acreditamos que isso esteja ligado com sua religiosidade. Seu filho, D. João II, visitará o Mosteiro em agosto de 1491, por ocasião do falecimento do filho D. Afonso, e, depois, apenas mais uma vez em 1493.³⁰⁰ Todas essas visitas comprovam que os reis de fato acompanharam o erguimento da obra, bem como suas modificações, mesmo que isso tenha ocorrido de maneira espaçada por ocasião do falecimento de membros da família ou das cerimônias de aniversário de morte do Patriarca. Não resta dúvida, portanto, que esse é um projeto não apenas idealizado por D. João I, mas preocupação perene de todos que ocuparam o trono até D. Manuel I, que apesar do fato de ter seu sepultamento no Mosteiro dos Jerônimos em Belém, preside toda a grande cerimônia de transladação de D. João II para o Mosteiro da Batalha, respeitando seu desejo testamentário.

O Mosteiro da Batalha é, logo em seu início, uma novidade no horizonte fúnebre da monarquia portuguesa, pois prevê o sepultamento dos membros da Casa de Avis em um mesmo local. O culto à memória da dinastia, mediante a organização do sepulcro de sua primeira geração de reis, torna-se centralizado em uma construção grandiosa a partir de então.

É emblemático o fato de que o grande centro de rememoração e de tributo à mística dinástica avisina seja organizado em torno do cadáver de seus membros. Essa relação entre a morada definitiva dos reis e a religiosidade contida em um mosteiro demonstra a ampla ligação que a Casa Real de Avis busca fazer entre o sagrado e o poder político da dinastia. Dessa forma, por meio de uma grande obra que será local de visitação e reverência até os dias atuais, mobilizando os despojos de seus reis como centro de memória da grandiosidade dinástica da família de Avis, bem como de sua legitimidade política, D. João I edifica o que será o símbolo de um grande projeto de legitimação que a família organizará em torno de si no decorrer dos séculos. Por intermédio das informações colhidas por nós, pudemos notar que todos os reis que solicitaram em testamento ser sepultados no Panteão Régio da família o foram, ainda que intempestivamente, como foi o caso de D. João II. Esmiuçamos anteriormente algumas

²⁹⁸ GOMES, Saul António. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 345.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 346.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 347.

diferenças em relação ao local de depósito do corpo, como D. Duarte, tardiamente transferido com D. Leonor para as Capelas Imperfeitas, e D. Afonso V, de cujo túmulo temos poucas informações, por conta dos relatos que atribuem à expansão napoleônica a destruição do jazigo original.

Por conta dos claros esforços em trazer os cadáveres para o Mosteiro com grandes cerimônias de transladação, como era desejo testamentário, acreditamos que o fato de a localização de depósito dos corpos não ter sido respeitada em alguns momentos não implica um desprezo pelos testamentos, mas sim é resultado de infortúnios ligados à construção e a outros fatores que fugiam ao planejamento dos reis. Outra prova de que há claros esforços pelo cumprimento dos postulados testamentários, fora os complexos processos de transladação, é o fato de o Almojarifado de Leiria ficar responsável pela administração financeira do Mosteiro, tal como D. João I ordenou em seu testamento, antes mesmo de a obra estar concluída. Notamos então que será por meio da morte e de um grande mausoléu que modificou toda a vida em Leiria, transformando a região em um grande centro econômico, conforme desejo dos próprios monarcas, que a reminiscência da vultosa dinastia será celebrada.

3.2 D. Duarte e o cuidado com a alma – *Leal Conselheiro* e *Carta de El Rey D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433*

Sendo o segundo Rei de Avis, coube a D. Duarte colocar em prática os pedidos fúnebres que seu pai idealizou para si em testamento. Munido apenas desse registro dos anseios de D. João I em relação à tratativa com seu corpo e sua alma após o falecimento, D. Duarte foi o grande responsável por dar andamento ao projeto fúnebre da dinastia. De tal forma o novo rei toma para si essa tarefa, que irá pessoalmente escrever o texto que deveria ser rezado no último sermão fúnebre antes do enterro de seu pai, no Mosteiro da Batalha. Essa carta chegou até nós e intitula-se “*Carta de El Rey D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433*”. Analisaremos este documento no item 3.2.2³⁰¹. Embora a carta traga

³⁰¹ Ver p. 129.

importantes pistas sobre o entendimento que D. Duarte tinha de seu ofício de rei, bem como sua relação com a Igreja, poucas informações temos sobre seus anseios privativos, por ocasião do sumiço de seu testamento. Sendo assim, buscamos no *Leal Conselheiro*, obra de autoria do Rei, explorar suas perspectivas fúnebres pessoais.

3.2.1 O Leal Conselheiro

A partir do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, é formulado um ideal de corte diferenciado. Mais intelectualizado, pois é sabido que a Rainha tratava pessoalmente da educação dos infantes, esse ideal de corte aos poucos molda uma estrutura e uma etiqueta próprias, sempre voltadas para o núcleo familiar real. Desse modo, a educação dos infantes sempre foi vista como um modelo a ser seguido³⁰², entre tantos outros que a Dinastia de Avis monta para si nesse período.³⁰³

Na família de Avis todos tinham sua biblioteca, eram letrados, entendiam latim e versavam sobre diversos assuntos. D. João I, de quem grande parte dos livros foi herdada por D. Duarte, escreve uma obra sobre montaria.³⁰⁴ D. Pedro traduz durante sua vida diversas obras importantes do latim e D. Fernando possuía uma biblioteca voltada para a literatura espiritual. Estes são só alguns exemplos que pontuamos para demonstrar o ambiente intelectualmente profícuo que era a família dinástica e a corte nesse período, em contraste com o restante de Portugal que, nessa época, possuía uma educação universitária e popular incipiente.

A biblioteca do próprio D. Duarte é considerada uma das maiores da época, contando com 84 títulos.³⁰⁵ Os temas da biblioteca são variados, indo desde historiografia até administração do reino, sendo a maior parte das obras ligada a este último assunto. No século XIV, o livro é uma raridade, mantido muitas vezes acorrentado às estantes e deixado como

³⁰² TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família “exemplar”**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 167.

³⁰³ SILVA, Michelle Tatiane Souza e. **Práticas de leitura e ensinamentos morais na Corte de Avis**. Franca: UNESP, 2009, p. 25.

³⁰⁴ JOÃO I, D. **Livro da montaria, feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito n. 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa**. Disponível em: <<https://archive.org/details/livrodamontariaf00johnuoft>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

³⁰⁵ Ver também: NASCIMENTO, Aires A. As livrarias dos príncipes de Avis. **Biblos**. Coimbra, v. 69, p. 265-289, 1993, em cujo apêndice encontramos os catálogos disponíveis das duas livrarias.

legado sucessório em testamento, o que faz que a biblioteca de D. Duarte seja ainda mais notável.

O *Leal Conselheiro* é uma entre tantas obras da autoria de D. Duarte.³⁰⁶ Nesta obra não conseguimos observar uma unidade temática, uma vez que grande parte da historiografia afirma que ele seria resultado de uma compilação dos escritos de Duarte ao longo dos anos.³⁰⁷ Entretanto, as condições a partir das quais temos acesso ao manuscrito colocam em dúvida não só se, de fato, ele seria uma compilação ou um livro idealizado como tal, mas também a data de sua redação. A edição que utilizamos aqui, com introdução crítica de Maria Helena Lopes de Castro³⁰⁸, tem como origem o exemplar único encontrado no compilado *Manuscrito Português*³⁰⁹ da Biblioteca Nacional de Paris. João Dionísio e Bernardo de Sá Nogueira, no artigo “Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte: a fórmula que Deus perdoe”³¹⁰ levantam a hipótese de que a Rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, teria levado o manuscrito para Castela após a morte do Rei. Dali, por venda ou herança chegaria a Nápoles, na Biblioteca Aragonesa, para só depois chegar na França. Entretanto, essa trajetória é especulativa e carece de fontes coesas que a comprovem de maneira plenamente satisfatória.

O *Leal Conselheiro* não é um diário, embora Duarte escreva as experiências pessoais para exemplificar seus postulados. A intenção é esboçar ideias e recomendações, o que assemelha o texto a um tratado de moral, voltado para a prática das virtudes e a condenação do pecado. É composto por um prólogo e 101 capítulos, sendo os 72 primeiros dedicados aos pecados, aos vícios e às virtudes. Do 73 ao 90, podemos dizer que o Rei trata de sentimentos gerais e do coração humano, e, nos últimos 12, de temas gerais.

Escolhemos essa obra como objeto de análise, pois tem intuito de difusão entre os fidalgos, para que estes se inspirem a seguir o modelo da virtuosa família avisina. Dessa forma, na ausência do testamento, usaremos o *Leal Conselheiro* como instrumento para que tenhamos

³⁰⁶ Conhecemos também o **Livro dos conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)** e o **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**, ambos amplamente transcritos e editados.

³⁰⁷ DIONÍSIO, João. Literatura franciscana no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte. **Lusitania Sacra. A historiografia religiosa medieval hoje: temas e problemas**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, 13-14, p. 491-515, 2001-2002.

³⁰⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crit, introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

³⁰⁹ CASTRO, Maria Helena Lopes de. *Leal Conselheiro*. Itinerário do Manuscrito. **Penélope: Revista de história e ciência sociais**, v. 16, 1995. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656601>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

³¹⁰ DIONÍSIO, João; NOGUEIRA, Bernardo de Sá. Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte: a fórmula que Deus perdoe. **eHumanista**. Santa Barbara, University of California, Volume 8, p. 117-132, 2007.

acesso, ainda que de forma indireta, ao *Ideário Fúnebre* de D. Duarte, buscando indícios que nos permitam ter um vislumbre de que tipo de conotação para morte o Rei visava difundir entre seus súditos.

O *Leal Conselheiro* está inscrito em um contexto da literatura medieval no qual emergem diversos textos conhecidos como “Espelhos de Príncipe” (*Specula Principum*).³¹¹ É importante ressaltar que ele não é um Espelho de Príncipe tradicional, mas recebe influência desses, uma vez que o Espelho de Príncipe geralmente é redigido por alguém de fora da família real, mas envolto no seio da corte. Aqui, trata-se de um rei fazendo indicações a membros da casa real e da nobreza. O texto se volta o tempo todo para a formação do “*Homee da Corte*” e, por ser de autoria do monarca, se diferencia dos Espelhos de Príncipe tradicionais.

A questão da elaboração de um manual de reflexões para o homem de corte se faz compreensível quando estabelecemos relação com o contexto sociopolítico da alçada da Dinastia de Avis ao poder. Pensando na reformulação que a nobreza sofre durante esse processo, podemos entender a obra como instrumento de divulgação dos ideais avisinos em termos comportamentais, de modo que esse grupo de pessoas que chega ao poder junto com a dinastia legitime sua posição como nobreza, tendo como horizonte sempre o modelo virtuoso e cavaleiresco medieval. Além disso, a obra corrobora a hipótese de que é D. Duarte o grande articulador intelectual do projeto político legitimador avisino. Nada mais natural, nesse contexto, que o anseio de Duarte em normatizar e moralizar também o comportamento da nobreza e da corte.

No prólogo da obra já aparece esse propósito didático: “*E a nosso senhor deos em grande mercee teria, se de minha vida, feitos e dictos, muitos filhassem proveitosa ensinança e nunca o contrário*”³¹². Fica claro que Duarte sabe de suas obrigações como principal senhor do reino e entende que suas ações refletem em seus vassalos.

É importante mencionar que a instrução que D. Duarte deseja passar no *Leal Conselheiro* é a instrução moral, não ligada a um fazer prático propriamente dito como no *Livro da Ensinança*, ainda que o propósito de ambas seja o mesmo: normatizar a nobreza oriunda do

³¹¹ A relação entre o *Leal Conselheiro* e os Espelhos de Príncipe medievais é observada por diversos autores, entre os quais se destacam: BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso normativo e representação (1525-1549)**. Lisboa: Cosmos, 1996 e SOARES, Nair de Castro. **O Príncipe Ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório**. Coimbra: INIC, 1994.

³¹² DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crit, introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 8.

conturbado processo político de 1383, cujos laços com as classes mercantis são notáveis. O exercício do poder deve ser virtuoso e isso demanda instrução. Sobre essa questão, afirma Márcio Ricardo Coelho Muniz:

Ao propósito educativo moral se filia um projeto político. Bem formar aqueles que o ajudarão na administração do reino significa garantir o sucesso da ação governativa e, em última instância, afirmar o valor e a autoridade da nova dinastia, nascida sob o signo da dúvida sobre sua legitimidade. Neste sentido, o *Leal Conselheiro* e as outras obras dos príncipes de Avis guardam certa identidade em relação àquele projeto político. Por vias diversas, a literatura avisina, entre outras coisas, parece estar sempre buscando conquistar ou afirmar a legitimidade de seus governantes, entre outras formas, pela afirmação da grande sabedoria que os singulariza.³¹³

Contudo, o objetivo político da obra é algo ainda obscurecido pela crítica literária. Sobre essa questão, nos explica Antônio José Saraiva:

Tratando-se de uma obra escrita por um rei e para príncipes e senhores, somos tentados a procurar no *Leal Conselheiro* um pensamento político. Mas essa procura não traz grandes achados. Para D. Duarte não há uma esfera especificamente política, distinta da moral e da religiosa. O que é preciso é que todos cumpram os mandamentos de Deus, ensinados pela Igreja.³¹⁴

Apesar dessa intenção didática, o que se vê são reflexões pessoais do monarca sobre diversos temas do cotidiano e de sua vivência pessoal, o que nos aproxima do que Duarte esboçava como anseio sobre a sua morte.

Embora nossa análise leve em consideração o conjunto da obra como um todo, nos deteremos mais longamente nos capítulos específicos em que emerge a discussão sobre o luto, a morte, o morrer e a peste. São eles: o capítulo XVIII, “*Da tristeza*”³¹⁵; o capítulo XIX, “*Da*

³¹³ MUNIZ, Márcio R. C. **O *Leal Conselheiro* e os tratados de educação de príncipes medievais**. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

³¹⁴ SARAIVA Antônio José. *O Leal Conselheiro*. In: SARAIVA Antônio José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1996, parte 3, p. 234.

³¹⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 109.

*maneira que fui doente do humor menencorico e del guareci*³¹⁶; o capítulo XX, “*Das razoes do humor menencorico*”³¹⁷; o capítulo XXV, “*Do nojo, pezar, desprazer, avorreeymento e suydade*”³¹⁸, que discute a questão do luto pelos que morreram; o capítulo RI, “*Sobre a diferença dos estados*”³¹⁹; e o LIII, que trata das razões pelas quais D. Duarte declara que “*parece bem fugir a pestellença*”³²⁰. É importante ressaltar que os capítulos são curtos e, geralmente, independentes entre si, o que possibilita que se articule em cada um deles um raciocínio com começo, meio e fim.

O texto do capítulo XVIII é iniciado explicando que há duas formas principais de tristeza: uma que procede da virtude e outra que procede do pecado. A última tem um desdobramento nocivo para quem a sente, pois ela não gera correção de vida, mas sim mortal desesperança³²¹, que pode resultar na ausência de busca pela penitência da alma. A tristeza positiva será aquela que reforma as atitudes e a alma, de modo que se viva sem cansar de buscar a perfeição aos olhos de Deus.³²²

Muito interessante é o trecho no qual o autor afirma: “*A mym parece acerca d’esta sentença que a tristeza tem geralmente estes nascimentos. Primeiro e mais principal, de medo da morte, deshonra, door, ou padecimento spiritual e corporal*”³²³. Assim, percebemos que D. Duarte identifica a existência de uma tristeza causada pelo temor da morte, mas que deve ser aproveitada em prol de uma correção da alma, jamais repercutindo na desesperança que causa a ausência de penitência e, portanto, a punição.

O capítulo XIX recebe o título “*Da maneira que fui doente do humor menencorico e del guareci*”. Podemos perceber que os títulos dos capítulos representam um pequeno resumo do conteúdo específico que será ali tratado. Desse modo, o capítulo XIX trata justamente do processo mediante o qual o então Infante se deu conta de seu estado de tristeza, conhecido como *humor melancólico*³²⁴ na época. Logo no início do texto, o próprio autor afirma que espera que seu relato pessoal possa servir como ensinamento para outros acometidos pelo mesmo mal “[...]”

³¹⁶ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 114.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 123.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 149.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 228.

³²⁰ *Ibidem*, p. 304.

³²¹ *Ibidem*, p. 109.

³²² *Ibidem*, p. 110.

³²³ *Ibidem*, p. 112.

³²⁴ A ideia de humor melancólico remete à teoria dos humores desenvolvida por Hipócrates (REZENDE, Joffre Marcondes. **À sombra do plátano: Crônicas de história da medicina. Dos quatro humores às quatro bases**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 49-53.

*symprez leitura filharem proveitosa ensynança e avisoamento*³²⁵, usando sua própria vivência como exemplo.

Ele atribui seu padecimento ao acúmulo de tarefas administrativas que o faziam ocupado todos os dias, até as 9 horas da noite.³²⁶ Mas as notícias das mortes por peste em Lisboa que seu pai trazia, principalmente quando ele se referia a conhecidos, aprofundou ainda mais sua tristeza “*e por esto a tristeza, que de tanto tempo em mym se criava, mais se dobrou*”³²⁷.

D. Duarte ainda narra o momento em que uma de suas pernas foi acometida por “*grande sentymento [...] e me fez tal door com queentura*”³²⁸. Rapidamente, a perna foi remediada e curada, mas, durante o processo de cura, a doença o fez refletir sobre a brevidade da vida e o receio de morrer: “*mas filhey hun tan ryjo pensamento com receo de morte, que nom soamente temy aquella, mas a que todos se usar nom podemos, pensando na breveza da vida presente*”³²⁹. O medo da morte teria se arraigado tão profundamente em seu coração que, por seis meses, a iminência de um possível falecimento tirou dele todo o prazer da vida, “*tirandome todo prazer, e acrescentadome a mayor tristeza*”³³⁰. Duarte conclui então que “*quem teme a morte perde quanto vyve [...] quem teme a morte perde o prazer da vida*”³³¹.

O autor situa o instante a partir do qual iniciou sua cura em relação ao receio de morte que o atormentava, como o momento no qual sua mãe faleceu. Ele narra ao final do capítulo que, de tanto sentir a dor pela morte da mãe, deixou de sentir a dor de um provável falecimento seu.

O assunto do capítulo XX são as causas do humor melancólico que o abateu durante a vida. D. Duarte situa como grande causa de seu acometimento por tal humor o fato de estar presente em lugares de peste, o que trazia a memória da morte e retomava sua tristeza: “*me tornava aquella lembrança da morte com seu receo, tristeza e tiramento de toda folgança*”³³².

Cinco capítulos depois, a questão da morte será retomada a partir da perspectiva do luto. O capítulo XXV, chamado “*Do nojo, pezar, desprezar, avorrecymento e suydade*”³³³, traz

³²⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 112.

³²⁶ *Ibidem*, p. 116.

³²⁷ *Ibidem*, p. 117.

³²⁸ *Ibidem*, p. 118.

³²⁹ *Ibidem*, p. 118.

³³⁰ *Ibidem* p. 118.

³³¹ *Ibidem*, p. 118.

³³² *Ibidem*, p. 123.

³³³ *Ibidem*, p. 149.

uma reflexão do então Infante sobre a diferença entre o nojo e a tristeza que se tem no falecimento de parentes e amigos. O nojo seria aquela reação pautada por “*manifestos sygnaaes em chorar, sospirar e outras mudanças de contenença*”³³⁴, que faria a pessoa perder a vontade de realizar suas tarefas e de viver, enquanto a tristeza não se faria nociva, desde que fosse atrelada à saudade. Ele aconselha a respeito dos sentimentos que se desenvolvem após nos depararmos com o falecimento de alguém querido, e alerta que não devemos nunca nos afastar de Deus, mesmo que a tristeza domine o coração.³³⁵

O capítulo RI, “*Sobre a diferença dos estados*”³³⁶, discorre sobre a diferença da vida *post mortem* dos santos e dos pecadores. Para isso, o autor mobiliza os exemplos de São João Batista, cuja morte teria sido preciosa diante de Deus, e de Judas, que teria tido uma má morte, assim como todos os demais pecadores. Sendo assim, D. Duarte situa diretamente na conduta de vida individual o destino da alma após o falecimento. Este capítulo traz em si, então, o objetivo principal de deixar clara a relação estabelecida entre penitência e comportamentos da vida, e o desfecho no momento da morte.

O último capítulo do *Leal Conselheiro* totalmente voltado para a temática fúnebre é o LIII, que discute as razões pelas quais D. Duarte julga que “*parece bem fugir aa pestelença*”³³⁷. Embora esse seja o último capítulo no qual a temática orbita exclusivamente em torno da questão do falecimento e seus desdobramentos, é importante ressaltar que a morte, o medo da morte e da danação da alma e o pesar por aqueles que morrem são assunto residual em diversos outros trechos. Nesse capítulo, o autor argumenta que, apesar de a justificativa por parte de alguns de que o adoecimento por peste é fruto da vontade de Deus, os súditos do reino devem fugir dela: “[...] *num fujo ao poder de nosso senhor, mas huso daquel juyzo que el me deu*”³³⁸. Trata-se então de um apelo para que as pessoas se protejam. É interessante observar que o medo da morte mobilizado em toda a narrativa é voltado para aquela que se dá de forma abrupta e, portanto, sem as penitências necessárias em prol da salvação da alma. Logo, podemos notar que o grande temor da morte enunciado é voltado para aquela sem preparação.³³⁹

Embora não tenhamos chegado a uma conclusão sobre se a obra é um compilado de textos variados ou se se trata de um texto coeso, impressiona a quantidade de capítulos que

³³⁴ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 149.

³³⁵ *Ibidem*, p. 153.

³³⁶ *Ibidem*, p. 228.

³³⁷ *Ibidem*, p. 304.

³³⁸ *Ibidem*, p. 305.

³³⁹ D. Duarte, em outro trecho da obra, irá dizer que a morte por guerra, em alguns casos, é justa (*Ibidem*, p. 107).

versam sobre a morte e a questão da alma. Se a obra tem um propósito educativo moralfica evidente que a questão fúnebre é um dos eixos centrais desse *projeto educativo* ao qual D. Duarte se propõe. Entre tantos temas por meio dos quais o então Infante poderia moralizar e ensinar a nobreza e, por consequência, os súditos, a morte aparece como tema de destaque. Mas não se trata de uma abordagem apenas relacionada à aceitação do falecimento ou algo nesse sentido, mas sim diretamente ligada ao destino da alma após o falecimento.

Os trechos selecionados por nós e descritos anteriormente demonstram que a grande preocupação de D. Duarte é a falta de penitência. A existência de uma tristeza nociva, tal como ele descreve no capítulo XVIII, que tem como consequência direta a falta de cuidado com a própria alma, demonstra que a maior preocupação é com a repercussão de seu próprio padecimento e, portanto, iminência de morte, além do falecimento de pessoas próximas. Não podemos deixar de levar em consideração que, por conta dos diversos surtos de peste que atacam o reino nesse período, há um aumento elevado no número de mortes e, obviamente, uma expansão do luto naqueles que sobrevivem à epidemia. A peste e a memória da morte que ela traz teria despertado inclusive no autor essa tristeza. Entretanto, no capítulo XIX, ele conta que é a morte de D. Filipa de Lencastre que o livra da tristeza e do pavor da própria morte, por intermédio do sofrimento pela passagem da mãe. Dessa forma, ele mobiliza o falecimento não como causa para a tristeza que se desenvolve no pecado, mas como um momento de edificação da própria alma por meio do sofrimento. Fica clara então a intenção de transformar todo esse contexto tétrico que abate o reino em algo que regenere a alma dos súditos, e não o contrário.

Por isso, nos demais trechos em que a morte é o tema central, a questão do destino da alma é a todo momento retomada. O nojo excessivo pelos que morreram transforma-se em falta de penitência e por isso deve ser evitado. Deve-se fugir da peste para evitar a morte, de modo que não se faleça sem as penitências em vida necessárias. O capítulo RI inteiro tratará da diferença entre o *post mortem* daquele que é pecador e o daquele que é “santo”. Sendo assim, percebemos que os postulados fúnebres de D. Duarte se organizam em torno da preocupação com a penitência e a morte dos súditos. O falecimento em si não é um problema, desde que ele ocorra em condições que permitam que a alma seja elevada aos céus. Sendo assim, percebemos que há uma noção de responsabilidade pelo zelo com a alma dos súditos em D. Duarte.

Por intermédio do próprio exemplo e do seu contato com a morte, seja pelo medo de morrer com a doença em sua perna, seja pelo falecimento de sua mãe, o futuro Rei busca a todo o momento retomar a questão da importância da penitência e da dedicação à Igreja para o sucesso na passagem da alma para o além. Desse modo, mediante nossa análise do *Leal*

Conselheiro, podemos concluir que o *Ideário Fúnebre* de D. Duarte é amplamente permeado pelo medo das consequências de uma morte sem preparação, sendo essa, para ele, uma questão tão veemente, que será uma das causas de seu *humor menencorico*. Assim, preocupando-se com seus súditos e desejando que eles não caíssem no mesmo erro de falhar em penitência por ocasião do medo do finamento, D. Duarte escreve esses diversos capítulos nos quais busca demonstrar um outro olhar para o grande número de falecimentos do reino, pelo qual não se deve entristecer pela iminência do perecimento, mas sim preparar a alma para que o passamento se dê da forma mais cristã e alinhada com Deus possível.

3.2.2 Carta de El Rey D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433

A quinta oração fúnebre pela alma de D. João I, proferida no funeral, é dita por Fr. Fernando de Arroteia, dominicano confessor de D. Duarte, na Igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, em 29 de outubro de 1433. Não chegou a nós texto de nenhum dos cinco sermões anteriores proferidos pela alma de D. João I, contudo, graças à iniciativa de D. Duarte, temos o esquema desse último.³⁴⁰

Sobre as peculiaridades da confecção do esquema, A. J. Dias Dinis tem um artigo célebre intitulado *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de João I, seu pai*³⁴¹. Neste artigo, ele discute questões centrais como a data da carta, o orador e o esquema eduardino do sermão.

A data de escrita do Esquema é alvo de controvérsia. O documento que chegou até nós é a versão passada a limpo por Vicente Donis. Todavia, o apócrifo encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem ao final a datação de 1435, portanto, dois anos após a morte

³⁴⁰ Transcrita integralmente no anexo desse trabalho, ver p. 183.

³⁴¹ DINIS, A. J. Dias. *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai*. Braga: [s.n.], 1954 (Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca, SV 7798).

de D. João I. Entretanto, a data de 29 de agosto coincide com a do sermão do mesmo Fr. Fernando nas exéquias da Batalha celebradas dois anos antes.³⁴²

Para essa incongruência, A. J. Dias Dinis formula duas hipóteses: a primeira, de que o copista teria meramente errado ao escrever o ano do manuscrito e, a segunda, de que o sermão referenciado na carta não é o que Rui de Pina menciona como executado em 29 de outubro de 1433, mas outro articulado pelo mesmo frade³⁴³, que poderia ter sido proferido nas missas de aniversário na Batalha, homenagem que, embora ordenada em testamento, foi introduzida pelos dominicanos posteriormente. Entretanto, devemos nos ater ao fato de que o título do sermão traz a palavra “saimento” para caracterizar o momento no qual tal texto esquematizado por D. Duarte deveria ser proferido. A definição que aparece no *Elucidário* de Viterbo descreve saimento como:

Exéquias solenes, ofício geral, saída pública e fúnebre das pessoas enojadas, ou mais bem: procissão que saía da Igreja em que se acabavam de fazer as exéquias de alguma personagem e na qual todos mostravam, no vaso e burel, o seu sentimento rogando junto á Deus pela alma do defunto³⁴⁴

Ou seja, entendemos que “saimento” não se aplica normalmente em um contexto de aniversários de morte ou liturgias fúnebres executadas após o sepultamento, mas sim em relação à procissão que precede o enterro e o conjunto de rituais e missas que ocorre nesse momento. Contudo, no testamento de D. João I o mesmo utiliza a palavra *saymento*³⁴⁵ para se referir às comemorações do aniversário de sua morte e de D. Filipa de Lencastre – em uso, portanto, diferenciado em relação ao proposto por Viterbo. Desse modo, entendemos que apenas o argumento do uso de “saimento” no título não é o suficiente para comprovar de fato que o Esquema de Sermão seria destinado para o cerimonial fúnebre de sepultamento de D. João I. A. J. Dias Dinis explora, então, o fato de que o Esquema de Sermão pressupõe grande solenidade, articulada com toda a nobreza, e que geralmente os aniversários de morte eram cerimoniais locais mais restritos apenas ao rei e a alguns membros da corte. Sendo assim,

³⁴² DINIS, A. J. Dias. **Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai**. Braga: [s.n.], 1954 (Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca, SV 7798), p. 16.

³⁴³ *Ibidem*, p. 17.

³⁴⁴ VITERBO, Joaquim Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão*. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798, p. 299. Disponível em: <<https://archive.org/details/elucidariodaspal00vite/page/n6>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

³⁴⁵ DINIS, A. J. Dias. *Op. cit.*, p. 4.

concordamos com o autor que a conclusão mais plausível para o manuscrito ser referenciado com a data de 1435, e não 1433, é que se trata de um erro do copista.

Com relação ao orador escolhido para proferir o sermão, não passa despercebido o fato de que a carta é endereçada a Fr. Fernando – o sobrenome de tal frei não aparece em nenhum momento no manuscrito. O que indica que se trata de Fr. Fernando de Arroiteia, confessor de D. Duarte, são as pistas contidas no Esquema que A. J. Dias Dinis rastreia até a *Crônica do Rei D. Duarte*, como a menção a Fr. Gil Lobo e o impasse com Castela, bem como a ocasião de saimento de D. João I. Segundo o autor, essas referências aparecem também no quinto capítulo da crônica, no qual aparece, por fim, a indicação de que o referido frei é Fernando de Arroiteia.³⁴⁶

D. Duarte começa a carta dizendo que envia as instruções para o sermão, conforme a vontade de Deus. Enuncia ainda que não fará conta das palavras, mas sim da substância do sermão, ou seja, de seu conteúdo.

Indica que seja dito aos cinco estados que o Rei D. João e a Rainha D. Filipa se alegrem de sua linhagem por cinco motivos: o primeiro, por darem à linhagem boa esperança não só durante sua vida, mas também no momento de sua morte, com os bons sinais, honras e milagres de Deus, que indica suas boas e honradas vidas. O segundo, pela honra de ser filho ou neto ou bisneto de tão honrados e virtuosos senhores. O terceiro, por criar com amor e os deixar bem casados. O quarto motivo, pela disposição do reino legado, que preza, teme e obedece à dinastia e, o quinto, pela boa prática de virtude que os criaram e pela ligação com os outros príncipes e comunidades cristãs em boa paz.

Percebemos que já na abertura o sermão é uma exaltação da virtude do casal fundador e da forma como ambos moldaram seus descendentes, que também adquiriram essas virtudes. O que observamos então é a tentativa de estabelecer, por intermédio do elogio fúnebre, a perspectiva de continuidade entre o casal e sua linhagem, de modo que fique bem segmentada a ideia de uma dinastia coesa e legítima. É justamente pensando nessa legitimidade que se evoca a boa convivência com os demais príncipes e reinos cristãos.

O segundo estado é o das donas e senhoras do reino. Essas devem se alegrar por ter a Rainha D. Filipa como exemplo e guia de devoção e pela lição de que devem amar seus maridos como a Rainha sempre o fez muito perfeitamente, o que resultou que também fosse muito

³⁴⁶ DINIS, A. J. Dias. **Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai**. Braga: [s.n.], 1954 (Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca, SV 7798), p. 20.

amada e prezada. Além disso, devem se alegrar pela grande honra de poderem se nomear filhas, parentas e criadas de tão honrados e virtuosos reis.

O terceiro estado a que se D. Duarte refere é o dos senhores e fidalgos. Para eles, o exemplo virtuoso é D. João I. A primeira recomendação é que os fidalgos vivam virtuosamente, conforme encaminhados pelo Rei, e evitem antigos vícios como *renegar*³⁴⁷, *tafular*³⁴⁸, desordenado beber, rufiarias de freiras, mouras e judias e outras ruindades. D. Duarte ainda aponta que, pelo exemplo e virtude do Rei falecido, esses costumes teriam sido substituídos por hábitos religiosos como a confissão, o jejum e a reza. Ainda afirma que devem se alegrar pelo bom nome dos senhores e fidalgos, também fora do reino, pelos ideais de valentia militar, lealdade, maneira de se apresentarem, organizarem festas e saberem todas as habilidades necessárias à nobreza, além da recompensa que terão por ter confiado e encomendado a senhores como são seus filhos, que jamais esquecerão os serviços prestados aos monarcas falecidos.

O quarto estado é o dos prelados, clérigos e frades e o quinto, o do povo. Duarte deixa ambos a cargo de Fr. Fernando. Notamos que esse texto não é uma elegia fúnebre, não possuindo notas melancólicas, mas sim um texto de elogio e reiteração das boas obras do casal real em vida. Afirma D. Duarte, sobre seu próprio esquema:

*e em fym, porque estas palavras som de louvor, vyram bem, me parece. Que a alegria seja no senhor delis, non ensoberueçendo nem vãmente nos alegrando com os gabos, mes dando lhe sempre graças e louvores, digamos: confirma hoc deus quod operatus es in nobis.*³⁴⁹

Nesse trecho, ele pontua claramente que o sermão é composto por palavras de louvor, não de lamentação. Percebemos nesse esquema um tom conciliatório, uma vez que no último trecho o Rei pede que o frade não mencione a guerra de Castela, caso a Rainha e outros de lá estejam presentes. Bastaria a ele dizer que Deus deu a D. João I grandes vitórias, e que o reino

³⁴⁷ A. J. Dias Dinis aponta que o significado do termo nesse contexto não é conhecido (**Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai**. Braga: [s.n.], 1954 (Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca, SV 7798), p. 31).

³⁴⁸ Ser viciado em jogos.

³⁴⁹ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, cód. 1928 da Livraria, fl. 246.

de Portugal, por mercê do Senhor, recebeu muitas honras. É mencionado ainda o constante desejo do falecido rei de empreender a guerra contra os mouros, apesar de sua idade.

O texto encerra-se com um curto elogio a D. João, pontuando que ele nunca fez em armas algo que pudesse abater sua honra e seu bom nome, o que aconteceu com muitos príncipes, principalmente os que reinaram muito tempo, tal como o Patriarca de Avis.

Tal documento foi publicado também no *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*, também conhecido como *Livro da Cartuxa*³⁵⁰. Luís Miguel Duarte, em sua biografia de D. Duarte, afirma veementemente que, mais que um sermão fúnebre, o Esquema de Sermão é um manifesto dinástico para os “cinco estados sociais” que D. Duarte menciona.³⁵¹ Entretanto, ele delega a elaboração da exortação para o povo para redação do próprio pregador Fr. Fernando de Arroteia. Uma das explicações possíveis para o descaso com o quinto estado seria o fato de que o sermão será proferido apenas para a elite do reino, na Capela do Fundador e, por isso, D. Duarte se ocupa apenas do texto destinado para os ouvintes. Isso porque, segundo Luís Miguel Duarte, a intenção ao elaborar esse sermão era reiterar, por meio da memória do casal fundador, um modelo de condutas e virtudes que a nobreza e os membros da corte deveriam seguir.³⁵²

O planejamento rigoroso e sistematizado do Esquema de Sermão que Fernando de Arroteia faria nas exéquias do Patriarca fundador da Dinastia de Avis, pode ser visto por nós mediante duas percepções: primeiramente, pela via da preocupação com o destino da alma do Rei. O próprio D. João I terá enorme zelo com sua alma desde seu primeiro contato com a possibilidade do falecimento iminente, vide a confecção de seu testamento. Todo o testamento de D. João I, como vimos anteriormente, é repleto de pedidos de sucessivas missas e liturgias em prol de sua alma. Com o planejamento de sua principal exéquia por parte de seu filho, garante-se não só a realização da missa, mas também seu conteúdo redentor.

A segunda percepção é a de que o sermão traz em si a intenção de segmentar representações e modelos acerca do casal fundador e, conseqüentemente, de toda a dinastia. Levando em consideração a quantidade de pessoas da alta sociedade reunidas em torno do cerimonial de falecimento do monarca, não podemos deixar considerar o potencial

³⁵⁰ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática. Introdução de João José Alves Dias. Prefácio de António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 236.

³⁵¹ DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte: réquiem por um rei triste**. Coleção Reis de Portugal. Mem Martins: Temas e Debates, 2007, p. 208.

³⁵² *Ibidem*, p. 209.

comunicativo desse momento. Percebemos que o grande *locus retórico* do esquema é constituir e segmentar o casal patriarca como exemplo para cada uma das classes de súditos existentes no reino. Acreditamos que o objetivo de D. Duarte por trás da escrita da carta-esquema é um amálgama de ambas as percepções. Ao enunciar as virtudes de seus pais – virtudes essas que encaminharão suas almas aos céus –, o Rei corrobora os atributos em um argumento em prol da alma do casal fundador no *post mortem* e, ao mesmo tempo, sinaliza para os súditos o tipo de conduta requerida para que se tenha a mesma glória no falecimento que seus pais tiveram. Trata-se, portanto, de um momento de afirmação dinástica, por meio do reforço da imagem idealizada dos patriarcas da dinastia que era responsável pela coroa portuguesa a partir de então, e de exortação e ensinamento do conjunto do reino mediante o exemplo.

3.3 A Dinastia de Avis e a Igreja

A Dinastia de Avis é fruto do processo político conturbado que sucedeu a morte de D. Fernando, que não deixou herdeiros. Um dos elementos apontados pela historiografia como central para a adesão da dinastia ao trono foi a base de apoio clerical que D. João I mobilizou em torno de si.³⁵³ Grande parte de seu argumento reside na questão do Cisma do Ocidente, ocorrido entre 1378 e 1417, momento no qual a Igreja se viu dividida em duas facções: os apoiadores de Urbano VI e os de Clemente VII. Nesse contexto, os castelhanos que disputavam com o Mestre de Avis a posse do reino são enquadrados como *cismáticos*, pelo fato de terem apoiado o Papa de Avinhão. A mesma acusação é feita pelos castelhanos em relação a D. João I. Assim, o argumento em torno de uma guerra santa contra os cismáticos do reino vizinho é também mobilizado para o favorecimento da alçada da Dinastia de Avis ao trono.

Todavia, com o fim da questão do Cisma em 1417, no Concílio de Constança, e tendo D. João I ascendido ao trono e derrotado os castelhanos, a relação da coroa portuguesa com a Igreja se altera e novas relações institucionais se delimitam.

³⁵³ O debate sobre a “Revolução de 1383” é enorme e muito interessante para entendimento do contexto da época e por seu rigor teórico. Ver: COELHO, Antônio Borges. **A Revolução de 1383: Tentativa de Caracterização**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984; MATTOSO, JOSÉ. A Nobreza e a Revolução de 1383. In: JORNADAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL. 1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. **Jornadas de História Medieval: Actas**. Lisboa: História & Crítica, 1985; e SERRÃO, Joel. **O Caráter Social da Revolução de 1383**. 6ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

Jean-Claude Schmitt afirma que no período medieval não há clara separação entre o poder temporal e o poder espiritual, de modo que se possa observar uma fragmentação bem delimitada entre os postulados de uma esfera e de outra.³⁵⁴ Em diversos momentos os interesses de ambas as instituições irão convergir e o aparato de poder monárquico irá corroborar e representar anseios eclesiásticos e vice-versa. Isso pode ser observado facilmente por meio do desenvolvimento das teorias em torno da emanção de poder sacro do monarca, ponto chave que marca a relação entre rei e súditos nessa época. Entretanto, em Portugal diversos conflitos eclodem em torno da relação entre o poder régio e as liberdades eclesiásticas.³⁵⁵ José Marques chama atenção para o fato de que esse conflito não é resultado apenas da estreita relação que a Dinastia de Avis irá traçar com a Igreja, por conta de sua aparente fragilidade institucional nas primeiras décadas de posse de D. João I ao trono, mas sim fruto de um processo histórico que atravessa os reinados de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I desde o século XIII³⁵⁶.

O grande elemento responsável pela eclosão de conflitos no jogo de forças que permeia a relação da Igreja e da coroa no Portugal dos séculos XIV e XV é a instituição do beneplácito régio, pelo menos desde 1361.³⁵⁷ Este é um decreto que proíbe a publicação de qualquer bula ou normativa eclesiástica sem que esta seja antes examinada pela chancelaria régia. Desse modo, constitui-se num instrumento da coroa para fiscalizar os anseios eclesiásticos no reino. É evidente que o beneplácito régio traz à tona uma série de debates sobre a questão do equilíbrio de poder entre a coroa e a Igreja, bem como a evocação do problema de as liberdades eclesiásticas terem sido comprometidas a partir de então. Embora possa parecer que por meio desse instrumento é dada legitimidade institucional para que o poder temporal e o atemporal se mesquem, as sucessivas discussões e embates entre determinados segmentos do clero e a coroa portuguesa em torno da questão deixa clara a perspectiva de que a normativa vinha com o propósito de legalizar a intervenção monárquica na jurisdição eclesiástica.

³⁵⁴ SCHMITT, Jean-Claude. Problèmes religieux de la genèse de l'État moderne. In: GENET, J.-Ph.; VINCENT, B. *État et Église dans la genèse de l'État Moderne. Actes du colloque organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et la Casa de Velázquez*. Madrid: Casa de Velázquez, 1986, p. 60.

³⁵⁵ VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 20.

³⁵⁶ MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. *História – Revista da Faculdade de Letras*. Porto, n. 11, p. 137-171, 1994. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2121.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019, p. 141.

³⁵⁷ Nas cortes de 1361 o clero já interveio em prol do fim dessa normativa (*Ibidem*, p. 168).

O beneplácito régio foi amplamente utilizado durante a Dinastia de Avis.³⁵⁸ O argumento principal orbita em torno da garantia de que o rei interviria contra o clero hostil aos desígnios de Deus. Para isso, os reis não permitiriam a publicação de nenhuma carta romana sem que esta fosse analisada pelo poder real.³⁵⁹

Todavia, o maior conflito entre D. João I e a Igreja se dará por conta das Leis Jacobinas³⁶⁰, quarenta leis publicadas por Doutor Diogo Martins em 1419, nas quais “*Uma das indubitáveis intenções destas leis é marcar o direito à presença do rei, isto é, de tabeliães régios, em todas as circunstâncias, mesmo em casos de jurisdição eclesiástica*”³⁶¹. Sua publicação será motivada pelo argumento de que a coroa deveria intervir em relação às diversas reclamações de abusos praticados por arcebispos e bispos contra os súditos do reino.

As Leis Jacobinas são tão controversas que levaram o alto clero português a solicitar intervenção papal contra tais regras, alegando atentado contra as liberdades eclesiásticas.³⁶² O Papa Martinho V convoca, então, uma assembleia do clero português em 1426, presidida por D. Fernando de Guerra, Arcebispo de Braga e sobrinho de D. João I – desde pelo menos 1361 a indicação de prelados e cargos eclesiásticos pelo rei é comum em Portugal. Desse modo, é natural que tenha ocorrido interferência do Arcebispo na resolução da assembleia, que resultará na assinatura de uma concordata com a Igreja em 1427³⁶³, o que não significa que o problema das liberdades eclesiásticas seria sanado nesse momento.

A questão do controle das questões religiosas por parte da Dinastia de Avis será agravada com a alçada de D. Duarte ao trono. O segundo Rei de Avis promulga medidas que afrontam diretamente o poder romano, como a tentativa de colocar sob tutela da coroa os julgamentos de excomunhões.³⁶⁴ Isso faz que o Arcebispo de Braga, seu primo, apresente ao Papa Eugênio IV

³⁵⁸ O Papa Bonifácio IX, inclusive, escreve uma bula na qual expressa que ninguém deve ser provido eclesiástico sem a autorização do Rei e da Rainha. Cf. **MONUMENTA HENRICINA**. Direção, organização e anotação crítica de Joaquim Dias Dinis. Coimbra, 1960-1969. 16v. v. I, doc. 118, p. 275-276.

³⁵⁹ **ORDENAÇÕES AFONSINAS**. L. II, tit. II “*Das letras que vem da Corte de Roma, ou do Gram Meestre, que nom sejam publicadas sem Carta del Rey*”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

³⁶⁰ VENTURA, Margarida Garcez. **As Leis Jacobinas, estudo e transcrição**. Medievalista [Online], 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/medievalista/636>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família “exemplar”**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 140.

³⁶³ *Ibidem*, p. 140.

³⁶⁴ MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. **História – Revista da Faculdade de Letras**. Porto, n. 11, p. 137-171, 1994. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2121.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019, p. 145.

várias reclamações contra D. Duarte em 1436.³⁶⁵ O Papa, por sua vez, publica duas bulas contra as ações do Rei em 1436 e 1437, e a coroa portuguesa recua em prol do apoio de Roma em relação às expedições para Tânger.³⁶⁶

Margarida Garcez Ventura traça um panorama interessante em relação à atuação de D. Duarte adiante da Igreja. Sua intervenção direta em assuntos eclesiásticos se dá pela primeira vez de forma incisiva no Concílio de Basileia, no qual o Rei propõe uma série de assuntos cuja discussão julga ser indispensável, como a dignificação do culto cristão e a pureza necessária para a vida eclesiástica.³⁶⁷

A autora pontua essa iniciativa como indicativo da visão que D. Duarte possuía em relação ao seu papel enquanto monarca. Claramente essa intervenção direta – bem como as demais que desembocaram nas discussões com o Arcebispo de Braga – demonstra que os Reis de Avis entendem o zelo pela Igreja e pelas atividades reguladoras do clero no reino como obrigação de seu ofício régio. Desse modo, os sucessivos embates não se caracterizam como afronta à autoridade cristã, ou mesmo como algum tipo de tendência herética; pelo contrário, justamente por entender a Igreja como baluarte central da sociedade é que o Rei busca intervir para que ela não seja corrompida por maus hábitos e vícios dos clérigos. Toda a justificativa para as sucessivas intervenções da coroa nesse âmbito orbita em torno do argumento do fortalecimento da Igreja, e não de seu enfraquecimento. D. Duarte está, então, a todo o momento, preocupado com a orientação religiosa do reino.

Tal preocupação fica clara quando retomamos a “*Carta de El Rey D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 29 de outubro de 1433*”, elaborada por D. Duarte. A iniciativa inédita de um Rei planejar uma liturgia fúnebre real mencionando, inclusive, quais termos o pregador deveria utilizar ou não durante o cerimonial, mostra uma intervenção da coroa nas atividades da Igreja sem precedentes. Se, por um lado, acreditamos que D. Duarte o faça pelo fato de possuir extrema preocupação com a ritualística fúnebre, de modo que esta perpetue mediante a memória dos monarcas a legitimidade da Casa Real; por outro, julgamos que ele o

³⁶⁵ MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. **História – Revista da Faculdade de Letras**. Porto, n. 11, p. 137-171, 1994. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2121.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019, p. 145.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 148.

³⁶⁷ VENTURA, Margarida Garcez. **Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas**. Lisboa: Colibri, 1997, p. 55.

faz simplesmente por acreditar que seja sua função enquanto Rei. É nesse sentido que se explicam as ações de D. Duarte: não como afronta direta ao poder eclesiástico, mas por seu entendimento de que é parte da tarefa do Rei zelar para que a Igreja atue da forma mais eficiente possível em prol das almas do reino. Ele se situa não apenas como responsável pela alma de seus pais por intermédio da realização de uma liturgia fúnebre completa, mas também enquanto norteador da normatização espiritual de todos os seus súditos.

A mesma tendência observamos no *Leal Conselheiro*. Durante toda a obra, a discussão será em torno da concepção moralizante do então Infante sobre a renovação da Igreja e dos fiéis a ela – cristãos, leigos e clérigos.³⁶⁸ Margarida Garcez Ventura se prende aos trechos da obra em que aparece a crítica de D. Duarte ao apego do clero aos benefícios e jurisdições eclesiásticas. Acreditamos que é justamente essa desconfiança em relação aos representantes da Igreja em Portugal que será um dos fatores para que D. Duarte se preocupe e planeje em demasia sua liturgia fúnebre e a de seus pais, de modo que possa garantir pessoalmente a segurança da sua alma e da de seus entes queridos no além-túmulo.

Entretanto, apesar de toda essa relação conturbada com determinados segmentos do clero, podemos observar por meio de nossas fontes a presença maciça dos mendicantes em cargos importantes dentro do aparato de governo monárquico da Dinastia de Avis. Seja com uma grande ação política envolvendo toda a região de Leiria com a construção e a doação do Mosteiro da Batalha para a Ordem Dominicana, seja com a presença dos dominicanos como confessores pessoais e testemunhas da redação dos testamentos, fato é que a Dinastia de Avis apoia e é apoiada não só pelos dominicanos, mas por diversos grupos “reformistas” como os jerônimos e os observantes franciscanos.³⁶⁹ No que diz respeito a esses outros grupos mendicantes, o Abade D. Gomes de Florença intercede ao Papa em 1435, em prol de todas as igrejas e mosteiros portugueses.³⁷⁰ Desse modo, mediante tal iniciativa, essas ordens segmentam-se cada vez mais no reino português no decorrer do século XV. São justamente as ordens mendicantes que a primeira geração de Avis verá como exemplar no impasse contra a corrupção e a imoralidade que borbulhavam no alto clero português na época.

Os dominicanos são, sem dúvida, o grupo religioso com mais destaque no reinado avisino, além dos franciscanos. Isso também se atribui ao fato de que a Ordem buscava romper

³⁶⁸ VENTURA, Margarida Garcez. **Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas**. Lisboa: Colibri, 1997, p. 53.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 64.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 64.

o vínculo com a Sé castelhana, cismática, ao mesmo tempo que D. João I se insurgiu contra o domínio de Castela em 1383.³⁷¹ Desse modo, a convergência de interesses em torno das questões peninsulares oriundas do Cisma do Ocidente une a Dinastia de Avis com a causa dominicana.

Muito presente é a observância no reino português nesse período.³⁷² Também por ocasião do Cisma do Ocidente e do alinhamento de Castela ao Papa de Avinhão, alguns frades migram para Portugal, onde são bem recebidos pela *Ínclita Geração*: D. João I reforma o Convento de Alenquer e o de Leiria em 1399; D. Duarte funda o Mosteiro das Virtudes e as Clausuras das Clarissas em Vila do Conde e Santa Clara.³⁷³ Sucessivamente, diversas obras em prol da observância serão realizadas no decorrer do século XV em Portugal.³⁷⁴

Desse modo, a ocupação do cargo de confessor por majoritariamente dominicanos, seguidos de franciscanos e agostinianos, é emblemática, uma vez que é uma das posições eclesiásticas mais importantes e concorridas no âmbito real. O cargo ficará em posse dos mendicantes até a morte de D. Manuel em 1527.³⁷⁵ Todavia, a relação política entre a Dinastia de Avis e as ordens mendicantes não se configura apenas como o único motivo para a cessão dos cargos de confessores a eles: devido a seu apelo penitencial, os mendicantes são a escolha para confissões de grande parte dos segmentos sociais do século XV.

Não podemos esquecer o fato de que as ordens mendicantes são as grandes responsáveis pela pregação dos sermões fúnebres desde a difusão desse gênero composto para a exortação da alma dos defuntos.³⁷⁶ É nesse sentido que a relação entre a Igreja e os monarcas de Avis afeta a questão testamentária e cerimonial fúnebre da dinastia. Todo o ritualismo mobilizado em torno das mortes dos monarcas é mediado pela presença mendicante, seja por meio da confissão e da escrita do testamento, sempre intermediada por membros dessas ordens; seja por intermédio das procissões fúnebres repletas de sermões, desde o início até o sepultamento final, no Mosteiro da Batalha. Ainda a cessão do Mosteiro e Panteão Régio para os dominicanos garantirá, de acordo

³⁷¹ SOUSA, Fr. Luís. **História de São Domingos**. Porto: Lello e Irmão Editores, 1977, p. 731-735.

³⁷² Fr. Gil Lobo, confessor de D. Duarte, é franciscano (DIONÍSIO, João. *Literatura franciscana no Leal Conselheiro*, de D. Duarte. **Lusitania Sacra. A historiografia religiosa medieval hoje: temas e problemas**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, 13-14, p. 491-515, 2001-2002).

³⁷³ GOMES, Saul António. D. Duarte e o clero regular português do seu tempo. In: SEIXAS, Miguel; BARREIRA, Catarina. **D. Duarte e sua época: Arte, cultura, poder e espiritualidade**. Lisboa: IEM, 2014, p. 117.

³⁷⁴ Isso não significa que o alto clero foi excluído da dinâmica política avisina; o mesmo seria impossível. Na Catedral de Lisboa, por exemplo, foi realizada missa de *saimento* também pela alma de D. João I, conforme ordenado por D. Duarte em 1437 (*Ibidem*, p. 375).

³⁷⁵ TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família “exemplar”**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 149.

³⁷⁶ LAUWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2 v. Bauru: EDUSC/ Imprensa Oficial SP, 2002, p. 254.

com o planejamento de D. João I ao esmiuçar as regras e pedidos para edificação do Mosteiro em seu testamento, o cuidado das almas dos Reis de Avis pela Ordem por toda a eternidade.

Podemos concluir que a relação entre a Dinastia de Avis e o poder da Igreja no reino português é, a todo o momento, permeada por uma grande tensão, que é reforçada com a mobilização de instrumentos burocráticos no jogo de forças que se instala após a alçada do Mestre de Avis à coroa. A promulgação do beneplácito régio e das Leis Jacobinas, já no reinado de D. João I, demonstra que, de fato, a intervenção na esfera de arbítrio da Igreja é um projeto da dinastia desde sua gênese. Grande parte das interferências propostas pelos primeiros monarcas de Avis tem como argumento a questão da reforma da Igreja. Em todo esse capítulo abordamos a maneira como D. Duarte situa o cuidado com a alma dos súditos, por meio da penitência e do bom exercício da religião como ofício de rei. Dessa forma, entendemos que a dinastia tem em seu projeto de governo a preocupação com a religiosidade do reino, ainda que isso signifique uma intromissão da coroa nos desígnios da Igreja.

Entretanto, isso não significa que a Igreja será vista como inimiga da coroa, pelo contrário: seu apoio dará à dinastia grande parte de seu prestígio e de sua legitimidade. Todavia, a base religiosa da coroa portuguesa será toda pautada nas ordens mendicantes, vistas como alternativa devido a suas perspectivas reformistas em relação à cúria romana. Além disso, entendemos que, no contexto político em que ocorre o episódio conhecido como Revolução de Avis, essa aliança é ideal. As ordens mendicantes como um todo, em Portugal nesse período, estão ainda buscando seu espaço, fruto dos embates com Castela em decorrência do apoio ao Papa de Avinhão. Sendo assim, ao aliar-se com a Casa de Avis, oferecendo o escopo religioso necessário para que a alçada do Mestre de Avis a Rei de Portugal tivesse legitimidade cristã, as ordens irão usufruir de privilégios concedidos pela coroa, como a cessão de grandes mosteiros e a ocupação dos mais altos cargos no aparato burocrático do reino português.

CONCLUSÃO

A hipótese da existência de um projeto legitimador que permeia grande parte das relações de poder a partir das quais a Dinastia de Avis se mantém no trono é amplamente adotada na historiografia. Isso porque essa realidade da coroa portuguesa na virada do século XIV para o XV é fruto, por um lado, da eleição circunstancial em cortes do Mestre de Avis enquanto monarca português, resultado de toda a controvérsia causada pela morte de D. Fernando sem deixar herdeiros, no episódio conhecido como Revolução de Avis; por outro, conforme afirma Maria Helena da Cruz Coelho, do fortalecimento do poder régio português “[...] de uma forma nítida desde D. Dinis, em um percurso aliás, acidentado”³⁷⁷.

Buscando seguir com esse processo de fortalecimento do poder em Portugal, bem como legitimar a posição da família de Avis enquanto sucessores do trono, os Reis avisininos mobilizaram todo um aparato que envolve a Igreja, uma nobreza reestruturada, composta por membros que até então não faziam parte do seio da corte, e, principalmente, um ritualismo de gestos e códigos de corte que a colocam como casa real legítima e, os patriarcas, como casal exemplar.

São referências para esse projeto legitimador diversas esferas do projeto político da dinastia de Avis. O discurso de *família exemplar* foi formulado desde a fala de João das Regras em cortes³⁷⁸, bem como por meio do casamento com a inglesa Filipa de Lencastre, que trouxe para a nobreza cortesã todo um ambiente voltado para a moralização, a erudição e a retomada de preceitos cristãos, também mobilizados na educação dos infantes. Além disso, temos a presença dos textos que podemos englobar como exemplares da Literatura Moralizante Avisina³⁷⁹, série de obras redigidas em próprio punho por membros da Casa de Avis com a intenção de elucidar modelos de comportamento, como o *Livro de Montaria*³⁸⁰, de D. João I – no qual, mediante uma explanação da caça e da arte de caçar, o Rei esboça ideias sobre o bom

³⁷⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de quatrocentos. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 25, 1990, p. 239.

³⁷⁸ *Carta porque El Rey D. João o I foi eleyto e levantado por Rey*. In: SOUZA, António Caetano de. **Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa**. 6 t. Edição revista por M. Lopes de Almeida. Coimbra: Atlântida, 1946-1954. p. 347.

³⁷⁹ HOFFMANN, Raquel. Literatura Moralizante Avisina – Contexto e Conceito. In: NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo; ALVES, Gracilda; MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Poder e relações de solidariedade – Do Portugal medieval à alvorada dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 174-187.

³⁸⁰ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. In: ALMEIDA, Manuel Lopes de. **Obras dos Príncipes de Avis**. Porto: Lello & Irmão, 1981.

comportamento da nobreza e do monarca –, e as obras de D. Duarte, *Leal Conselheiro*³⁸¹ e *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*³⁸². Além disso, a Dinastia de Avis foi pioneira em nomear cronistas oficiais do reino, em prol da elaboração escrita das narrativas cronísticas de cada reinado, geralmente realizadas pelo guarda-mor da Torre do Tombo. Inúmeros estudos, alguns citados por nós nesse trabalho³⁸³, exploram cada um desses temas, e de que modo essas referências foram organizadas com o intuito de construir um discurso legitimador da memória da dinastia.

Em nossa pesquisa, rastreamos na documentação selecionada se os rituais de morte, que por si só são importantes para os monarcas medievais pela questão da garantia de sucessão do príncipe ao trono, são produzidos pela Casa de Avis como um dos eixos de legitimação e perpetuação da sua memória. A partir desse rastreamento, concluímos que há um *Ideário Fúnebre* comum a toda a dinastia, organizado em benefício do erguimento da memória dos reis falecidos.

As análises que elaboramos neste trabalho foram condicionadas à tipologia das fontes, na medida em que toda nossa documentação, tanto a escrita como a material, representada pelo Mosteiro de Santa Maria da Vitória, é de procedência oficial e, por isso, nos deparamos com a possibilidade de grande parte de seu conteúdo estar mobilizado a favor de um modelo discursivo que os Reis de Avis planejavam deixar para a posteridade. Por meio da comparação entre os diversos testamentos e relatos fúnebres, concluímos que há uma parte dos discursos que são modelos, ou seja, se mantêm em todos os reinados, e outra que é diversificada e responde ao contexto político e biográfico específico de cada rei.

Os testamentos dos Reis de Avis são monumentos históricos, no sentido de que possuem uma funcionalidade dupla: a perpetuação da memória da dinastia e a garantia da salvação da alma do monarca. Nesse sentido, simultaneamente o texto testamentário se torna a garantia de que os sufrágios necessários para o sucesso no *post mortem* sejam feitos e o documento por intermédio do qual o Rei em pessoa arquiteta a memória que será mobilizada em torno de sua figura no decorrer dos séculos. Todavia, o conjunto dos reis e da família real é que formam uma dinastia. Desse modo, o *locus retórico* mobilizado por cada rei desenvolve-se na representação da dinastia como uma unidade de poder. Este *locus retórico* pode ser observado por meio da

³⁸¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1998.

³⁸² *Idem*. **Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática. Introdução de João José Alves Dias. Prefácio de António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

³⁸³ Ver Capítulo 1, p. 16.

comparação dos relatos fúnebres e testamentos realizada por nós nesse trabalho. Diversos elementos se mantêm no decorrer dos reinados.

Constatamos no Capítulo 1 que há um padrão no formato dos textos dos testamentos de cada rei: invocação, titulação, justificativa de escrita, encomenda da alma. Apenas após todas estas etapas é que observamos as peculiaridades de cada texto, relacionadas ao contexto biográfico específico de cada monarca. Embora esse encadeamento de etapas textuais possa refletir uma tendência notarial da época, fica claro por meio da análise da Tabela 1³⁸⁴, na qual comparamos os pedidos testamentários dos monarcas, que o modelo mais repleto de marcas de exemplaridade, como o pedido de diversas missas, é o do Fundador – o que é intencional. De todos os pedidos religiosos realizados pelos reis da Dinastia listados por nós (missa todos os dias, missa com marco anual, réquiem, trintário, rezas em homenagem à Trindade, a Maria e aos santos de devoção própria), 90% são feitos por D. João I. Os pedidos realizados por seus sucessores D. Afonso V e D. João II são repetições dos propostos inicialmente por D. João I, variando apenas em quantidade. A partir dessa base inaugurada pelo Patriarca de Avis, cada componente da dinastia desenvolverá sua própria estratégia de memória. Isso justifica o tom devocional no testamento de D. Afonso V, que terminará sua vida após um longo claustro no Convento de Varatojo, e o testamento conturbado de D. João II, que tem uma morte misteriosa, muito provavelmente resultado de suas tensões com a nobreza em vida.

Conforme concluímos a partir dos dados elencados no Capítulo 2, a tendência do testamento repercute no cerimonial. Então, se verificamos que D. João I é o rei que mais solicita rituais fúnebres em seu testamento, necessariamente ele será o monarca com maior número de componentes em seu cerimonial. Isso é resultado não só dos pedidos copiosos, mas também do contexto de seu reinado. É necessário para a manutenção de poder da dinastia que D. João I tenha um aparato fúnebre completo e com diversos sinais de salvação da sua alma, sinais estes que reforçariam a ideia de que ele seria o escolhido por Deus para o trono português. Mediante o espetáculo de seu cortejo, o Rei inaugura como o cerimonial fúnebre de sua dinastia deve ser e, ao mesmo tempo, mostra para a nobreza e toda a corte presente o resultado de uma vida exemplar: a *Boa Morte*.

A garantia de perpetuação dos modelos fúnebres desejados pela corte e da memória do monarca falecido se dará, portanto, por meio do planejamento testamentário, que repercute diretamente na estrutura da cerimônia fúnebre. Isso fica comprovado quando verificamos que,

³⁸⁴ Ver p. 46.

por exemplo, D. João II é o monarca com o maior testamento e tem uma porcentagem de relato fúnebre apenas menor que a de D. Duarte³⁸⁵, sendo que os relatos fúnebres de D. João II relacionam-se diretamente com sua trasladação, que será um momento político para o novo Rei, seu primo D. Manuel I. Sendo assim, podemos observar uma proporcionalidade entre testamento e cerimonial.

Ainda, é por intermédio do planejamento testamentário que se sinaliza a memória construída para a dinastia, com a edificação do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e os túmulos, e também, principalmente, se consagra uma *memória litúrgica*, por meio de diversos rituais e vários tipos de missas pedidos, cujas principais intenções são a rememoração e a glorificação da dinastia através dos séculos. Os monarcas de Avis não só projetam essa memória litúrgica dinástica por meio dos pedidos em prol da alma listados nos testamentos, mas também erguem e garantem o funcionamento do Mosteiro no qual as missas de sufrágio deveriam ser proferidas.

Dada a peculiaridade do tema por nós escolhido – o discurso sobre a morte – seria totalmente indevida uma abordagem meramente arbitrária do processo, que ignorasse o peso religioso da questão. A morte não é só um instrumento de legitimação, mas tem seu componente religioso por ser a esfera na qual o homem consegue vislumbrar sua ligação com o sobrenatural. Então, além de buscar a construção de uma memória legitimadora, esses reis procuram, de fato, garantir nos testamentos o zelo pela alma. D. João II, o rei com um reinado mais turbulento, com diversos embates com a corte, resultando inclusive no homicídio de seu cunhado, é também quem faz doações para segmentos sociais mais diversificados, como súditos, Igreja, cativos, pobres e enfermos, sua própria família e as guerras do reino (Gráfico 7³⁸⁶), sendo que tais doações, no período, são vistas como instrumentos de redenção.

D. Afonso V, o rei com maior ligação religiosa, tem grande parte de seu testamento voltado para Deus, mas é aquele com o menor testamento (Gráfico 1³⁸⁷) e menor porcentagem do relato fúnebre em relação à totalidade da crônica (Gráfico 11³⁸⁸). Entendemos que ele se vê como um indivíduo que não tem muito o que expiar, embora seu testamento tenha um tom humilde e seja o único a citar diretamente o medo do Purgatório e, por isso, seus apelos são menores. O argumento é reiterado quando observamos o Gráfico 2³⁸⁹, que contabiliza as súplicas e menções a Deus. D. João II, o que mais busca por expiação, é o portador do

³⁸⁵ Ver os gráficos 10 e 13 p. 96 e 99, respectivamente.

³⁸⁶ Ver p. 49.

³⁸⁷ Ver p. 43.

³⁸⁸ Ver p. 98.

³⁸⁹ Ver p. 44.

testamento com maior número de súplicas, deixando D. Afonso V em segundo lugar. O que justifica o aparato cerimonial de D. João I ser o maior de todos é justamente o fato de ele ser o Patriarca e exemplo, o que repercute também em um cuidado excessivo com sua própria alma, que o levará a pedir o maior número de missas diferentes e ter o maior número de preparativos em seu benefício enquanto moribundo (conforme quantificamos e listamos nas tabelas 1 e 2³⁹⁰).

Buscamos dinamizar as fontes partindo para outros tipos de registro escrito que nos possibilitassem coletar informações sobre a concatenação de um *Ideário Fúnebre* mobilizado em prol da dinastia. As escolhidas foram o *Leal Conselheiro*³⁹¹ e o Esquema de Sermão redigido por D. Duarte para as exéquias fúnebres de seu pai³⁹². Ambas foram analisadas extensivamente no Capítulo 3 deste trabalho. Os dois documentos elencados por nós foram redigidos sob pena e pergaminho diretamente por um monarca, o que também nos traz uma visão do interior da dinastia sobre a questão.

Partimos da premissa de que D. Duarte seria o grande articulador desse *Ideário Fúnebre*, justamente por ser ele o primeiro rei a lidar com a morte na dinastia. Confirmamos nossa ideia a partir da leitura do *Leal Conselheiro*, na qual constatamos que o Rei tem a preocupação em enunciar para os súditos um modelo de atitude perante a morte, seja em relação ao luto provocado pelo falecimento dos entes queridos, seja pelo medo do próprio falecimento. D. Duarte busca passar essa visão adiante, para a nobreza cortesã, em seu manual. O mesmo constatamos no Esquema de Sermão, documento que comprova a interferência direta do Rei inclusive no que poderia ser apenas esfera da Igreja, como a confecção de um sermão fúnebre. Sua interferência não é só em prol da preocupação com a alma do pai, mas também para transformar o momento de seu velório em exemplo, como pudemos constatar por meio da imagem e das instruções para cada um dos segmentos sociais diferentes que D. Duarte descreve e ordena que sejam ditas nessa carta.

Essa iniciativa em buscar a construção de uma *memória* por intermédio do *Ideário Fúnebre*, de modo que seu poder dinástico fosse reforçado na ocasião do falecimento de membros da família real, também é reiterada com a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Citado em todos os testamentos, pedido como local de sepultamento por todos os reis cujas missas fúnebres finais ali ocorreram, bem como as missas *post mortem* solicitadas, o

³⁹⁰ Ver p. 46 e p.101.

³⁹¹ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Ed. crít., introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1998.

³⁹² DINIS, A. J. Dias. *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai*. Braga: [s.n.], 1954 (Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca, SV 7798).

Mosteiro garante a permanência do cuidado com a alma da dinastia, já que é edificado e cedido para os monges dominicanos, responsáveis pela realização das missas fúnebres solicitadas em testamento, e também se configura enquanto local de *rememoração* da dinastia até os dias atuais. Além disso, ele se organiza como símbolo da estreita relação com a Igreja, representada na participação das ordens mendicantes em toda a liturgia de corte e, principalmente, na liturgia fúnebre, o que traz a legitimação de Deus para a ascensão do Mestre de Avis à coroa portuguesa e ao reinado de seus sucessores.

Acreditamos que a morte dos reis de Avis, portanto, é mobilizada em torno de um *Ideário Fúnebre* comum, articulado desde o testamento do Patriarca até as cerimônias de morte e os símbolos por elas evocados durante os sepultamentos dos monarcas avisinios, uma vez que os reis retomam os elementos testamentários e cerimoniais inaugurados pelo Patriarca em todos os seus falecimentos. A busca pela *Boa Morte* e a expiação da alma no decorrer do *post mortem*, garantida pela construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e por sua cessão para a Ordem Dominicana, demonstram, então, uma preocupação perene de toda a primeira geração de Avis de que sua exemplaridade seja perpetuada por intermédio dos rituais de morte e missas fúnebres na *memória* do reino. Mesmo mortos, os monarcas de Avis deveriam ser cultuados como cânones do novo episódio que o movimento de 1383 inaugurou em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO. **Originais do Cartório do Cabido da Sé do Porto**, Livro 29 (códice 1687), fl. 67.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, cód. 1928 da *Livraria*, fls. 244-248.

_____. **Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha**. [14--]-[15--]- Livro 4: Vários pergaminhos da Varg[em] e Pinheiro.

CHAVES, Álvaro Lopes de. **Colecção Pombalina**. Cód.443, transcrito por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Ed. crít, introd. e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Pref. de Afonso Botelho. Lisboa, 1998.

DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática. Introdução de João José Alves Dias. Prefácio de António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

ESPERANÇA, Fr. Manoel da. **História Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: Segunda parte**. Lisboa: Na Officina Craesbeeckiana, 1606.

GÓIS, Damião de. **Crónica do Príncipe D. João**. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 1977.

GREGÓRIO IX. **Decretais**. Fac-símile. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4617642>>_ Acesso em: 31 jul. 2018.

JOÃO I, D. ***Livro da montaria, feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito n. 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa***. Disponível em: <<https://archive.org/details/livroda-montariaf00johnuoft>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

LOPES, Fernão. ***Crónica de D. João I (CDJ)***. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990. 2 v.

MONUMENTA HENRICINA. Direção, organização e anotação crítica de Joaquim Dias Dinis. Coimbra, 1960-1969. 16v.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PINA, Rui de. ***Crônicas***. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

RESENDE, Garcia de. ***Crônica de D. João II e Miscelânea***. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.). ***As gavetas da Torre do Tombo: Edição digital***. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2009. V. 6: (GAV. 16-17), entrada 3777 e 3797.

SOUZA, Antonio Caetano de. ***Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa***. 6 t. Edição revista por M. Lopes de Almeida. Coimbra: Atlântida, 1946-1954.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*. In: ACADEMIA DE SCIENCIAS DE LISBOA. ***Collecção de Livros Inéditos da História Portuguesa***. Tomo II: Lisboa, Officina da Academia de Sciencias de Liboa, 1790, p. 589.

Bibliografia Consultada

ALVES, Ana Maria. ***As Entradas Régias portuguesas***. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

_____. **Iconologia do Poder Real no período manuelino – A procura de linguagem perdida.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **O homem perante a morte.** Mem Martins: Europa-América, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Mortality, Immortality and Other Life Strategies.** Cambridge: Polity Press, 1992.

BEALS, Ralph. L.; HOIJER, Harry. **An Introduction to Anthropology.** New York: Macmillan, 1953.

BEBIANO, Rui. **D. João V. Poder e Espetáculo.** Coimbra: Livraria Estante Editora, 1987.

BEIRANTE, Maria Angela. **Territórios do Sagrado. Crenças e comportamentos na Idade Média em Portugal.** Lisboa: Colibri, 2011.

BERTELLI, Sérgio. **Il Corpo Del Re, Sacralità del Potere Nell' Europa Medievale e Moderna.** Firenze. Ponte alle Grazie, 1990.

BINSKI, Paul. **Medieval Death: Ritual and Representation.** London: British Museum Press, 1996.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** Lisboa: Ed. D. Quixote, 1984.

BUESCU, Ana Isabel. A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582), **Ler História [Online]**, 60, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1443#quotation>>. Acesso em 17 fev. 2019.

_____. **Antropónimo “Rui de Pina”**. Disponível em: <<http://eve.fcsh.unl.pt/content.php?printconceito=1277>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

_____. **Imagens do Príncipe: Discurso normativo e representação (1525-1549)**. Lisboa: Cosmos, 1996.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CASTRO, Maria Helena Lopes de. *Leal Conselheiro*. Itinerário do Manuscrito. **Penélope: Revista de história e ciência sociais**, v. 16, 1995. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656601>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

CIDADE, Hernâni. Os alvares do Renascimento e do Humanismo. In: _____. **O conceito de poesia como expressão da cultura. Sua evolução através das literaturas portuguesa e brasileira**. 2a ed. Coimbra: Arménio Amado Ed., 1957.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Edição Crítica do Texto Português da Crônica Geral de Espanha de 1344**, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951.

CISNEIROS, Daniela. **Práticas funerárias na pré-história do nordeste do Brasil**. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COELHO, Antônio Borges. **A Revolução de 1383: Tentativa de Caracterização**. 5a ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Coleção Reis de Portugal. Mem Martins: Temas e Debates, 2008.

_____. Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de quatrocentos. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. 25, p. 235-289, 1990.

CORREIA, Vergílio. **A arte do século XV: Obras**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949.

COSER, Miriam Cabral. A Dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: Uma análise das crônicas oficiais. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**. Santa Cruz, v. 10, n.18, p.703-727, jul-dez 2007.

COSTA, Lucília da Glória Verdelho da. *Morte e espaço funerário na arquitetura religiosa do século XV*. In: CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA. **Jornadas sobre Portugal Medieval**. Leiria: Câmara Municipal de Leiria 1986.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: A culpabilização no ocidente (séculos 13-18)**. Bauru: EDUSC, 2003.

DIAS, Pedro. **A arquitectura gótica portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DINIS, António Joaquim Dias. **Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai**. Braga: [s.n.], 1954 (Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca, SV 7798).

_____. Em torno dos testamentos do Infante Santo. **Separata de: Ultramar – Revista da Comunidade Portuguesa e da Actualidade Ultramarina Internacional**. Lisboa: [s.n.], n. 40, v. X, p. 70-88, 2º trimestre, 1970.

DIONÍSIO, João. Literatura franciscana no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte. **Lusitania Sacra. A historiografia religiosa medieval hoje: temas e problemas**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, 13-14, p. 491-515, 2001-2002.

_____.; NOGUEIRA, Bernardo de Sá. Sobre a datação do manuscrito P do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte: A fórmula que Deus perdoe. **eHumanista**. Santa Barbara, University of California, v. 8, p. 117-132, 2007.

DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte: réquiem por um rei triste**. Coleção Reis de Portugal. Mem Martins: Temas e Debates, 2007.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro. Rui de Pina, *In*: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**, V. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979.

FIGUEIREDO, Fidelino de. Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. *In*: _____. **História literária de Portugal – Séculos XII-XX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. O poder real em Portugal e as origens do absolutismo. **História da civilização antiga e medieval**, nº6/ **Boletim – Universidade de S. Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras LXVIII**, São Paulo: Universidade de São Paulo, Ciências e Letras, p. 347-360, 1946.

FRANÇA, Susani L. **Os Reinos dos cronistas medievais. Século XV**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREIRE, Braamcamp. **Crítica e história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1910.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: Difel, 1995.

_____. Rui de Pina. *In*: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

GOMES, Saul António. Alguns documentos para a história do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e da Batalha. *In*: SANTOS, José Travaços (ed.). **Cadernos da Vila Heróica**, nº 5, Batalha-Leiria, 1984.

_____. **D. Afonso V.** Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

_____. **O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV.** Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990,

_____. D. Duarte e o clero regular português do seu tempo. *In*: SEIXAS, Miguel; BARREIRA, Catarina. **D. Duarte e sua época: Arte, cultura, poder e espiritualidade.** Lisboa: IEM, 2014.

GUERREAU-JALABERT, A. Carytas y Don En La Sociedad Medieval Occidental. **Hispania: Revista Española de História**, v. 60, n. 204, Madrid, 2000.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado moderno na recente historiografia portuguesa. *In*: COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. **A Gênese do Estado moderno no Portugal do Tardo-Medievo (sécs. XIII-XV).** Lisboa: UAL, 1997.

HONIGMAN, John S. Cerimônia. *In*: SILVA, Benedito. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 1986.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média: Estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

LAUWERS, Michel. Morte e mortos. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval.** Bauru: EDUSC/ Imprensa Oficial SP, 2002. v. 2.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** Lisboa: Editorial Estampa.1994.

_____. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996, p. 535-599.

_____. **O nascimento do Purgatório.** Lisboa: Estampa 1995.

_____. O ritual simbólico da vassalidade. *In*: _____. **Para um outro conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. Rei. *In*: _____.; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. **A sociedade medieval portuguesa: Aspectos de vida quotidiana**. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

_____. **Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média**. 3a ed. Lisboa: Cosmos, 1978.

MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. **História – Revista da Faculdade de Letras**. Porto, n. 11, p. 137-171, 1994. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2121.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

MARTINS, José Pedro de Oliveira. **História de Portugal**. 2 v. Lisboa: Viuva Bertrand, 1882.

MATTOSO, José. A Nobreza e a Revolução de 1383. *In*: JORNADAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL. **1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval: Actas**. Lisboa: História & Crítica, 1985.

_____. A coroação dos primeiros reis de Portugal. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. **A memória da Nação**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

_____. **Fragmento de uma composição medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular**. Lisboa: João Sá da Costa. 1996.

MONTEIRO, Clóvis. **Esboços de história literária**. Livraria Acadêmica: Rio de Janeiro, 1961.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: Texto e contexto**. 2 v. Coimbra: Minerva, 1987.

MUNIZ, Márcio R. C. **O Leal Conselheiro e os tratados de educação de príncipes medievais**. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Aires A. As livrarias dos príncipes de Avis. **Biblos**. Coimbra, v. 69, p.265-289, 1993.

NIETO SORIA, José Manuel. **Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación em la Castilla Trastámara**. Madrid: Nerea, 1993.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo; ALVES, Gracilda; MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Poder e relações de solidariedade – Do Portugal medieval à alvorada dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **Rainhas medievais de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

OSÓRIO, Jorge A. Do Cancioneiro “ordenado e emendado” por Garcia de Resende. **Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas**, Porto, Universidade do Porto, II série, v. XXII, p. 291-335, 2005.

_____. O Testemunho de Garcia de Resende sobre o Teatro Vicentino. Algumas Reflexões. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas31-32/03_Osorio.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

PEIRANO, Marisa. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREIRA, Paulo. **Arte Portuguesa: História Essencial**. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2011.

PEREZ MONZÓN, Olga. La procesion fúnebre como tema artístico de la baja Edad Media. **Anuário del departamento de História e Teoria del Arte**, vol. 20. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, p. 19-30, 2008.

PIMPÃO, Álvaro da Costa. **História da literatura portuguesa**. Coimbra: Editora Atlântida, 1947.

PUTINATO, Lucas Henriques. **Damião de Góis e os novos caminhos da história quinhentista**. Franca: UNESP, 2007.

REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis e os chamamentos do humanismo. In: **DAMIÃO de Góis: humanismo português na Europa do renascimento**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

REZENDE, Joffre Marcondes. **À sombra do plátano: Crônicas de história da medicina. Dos quatro humores às quatro bases**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RIVIÉRE, Claude. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RODRIGUES, Ana Maria S. **As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

ROSA, Maria Lurdes. **As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

RUCQUOI, Adeline. **História medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa 1995.

SANTOS, Domingos Mauricio Gomes dos. **D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433- 1438)**. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique/ Editora Gráfica Portuguesa, 1960.

SARAIVA, António José. *O Leal Conselheiro*. In: _____. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. **História da cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950.

SCHIMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Ritos. *In*: LE GOFF, Jacques; _____. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002.

_____. Problèmes religieux de la genèse de l'État moderne. *In*: GENET, Jean-Philippe; VINCENT, Bernard. **État et Église dans la genèse de l'État Moderne. Actes du colloque organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et la Casa de Velázquez**. Madrid: Casa de Velásquez, 1986.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica, Séculos XII-XVI**. Lisboa: Verbo, 1972.

_____. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, 1989.

_____. **O caráter social da Revolução de 1383**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

SILVA, Michelle Tatiane Souza e. **Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis**. Franca: UNESP, 2009.

SOARES, Nair de Castro. **O Príncipe Ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório**. Coimbra: INIC, 1994.

SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, p. 417-487, 1984.

_____. **As cortes medievais portuguesas (1385-1490)**. Porto: INIC/CHUP, 1990.

STANLEY, Arthur. **Westminster Abbey**. Londres: John Murray, 1886.

SUÁREZ FERNANDEZ, Luís. **Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique (1393-1460)**. Madrid: CSIC, 1969.

TAVARES, José Fernando. **Damião de Góis: Um paradigma erasmiano no humanismo português**. Lisboa, Universitária Editora, 1999.

TORRAS, Begoña Farré. **Brotherly Love And Filial Obedience: The Commemorative Programme Of The Avis Princes At Santa Maria Da Vitória, Batalha**. Dissertação (Mestrado em História da Arte Medieval) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família “exemplar” (Portugal - Século XV)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VARELA, Javier. **La muerte del Rey: El ceremonial dunerario de la monarquia española. 1500-1885**. Madrid: Turner, 1990.

VENTURA, Margarida Garcez. **As Leis Jacobinas, estudo e transcrição**. Medievalista [Online], 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/medievalista/636>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. **Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas**. Lisboa: Colibri, 1997.

_____. **O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383-1415)**. Lisboa: Cosmos, 1992.

VIEIRA, Renata. O enigma da Igreja de Santa Maria-a-Velha da Batalha. Disponível em: <<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7426/1/08RVieira.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

VILAR, Hermínia Vasconcelos; SILVA, Maria João Marques da. Morrer e testar na Idade Média; alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV”. **Lusitania Sacra**. Lisboa, n. 4, p. 39-60, 1992.

VITERBO, Joaquim Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usarão, e que hoje regularmente se ignorão*. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798. Disponível em: <<https://archive.org/details/elucidariodaspal00vite/page/n6>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. O Anticristo e o Messias na Crónica de Dom João I, de Fernão Lopes (século XV). In: MAGALHÃES, Ana Paula; LIMA, Marinalva S. (orgs.). **Cotidiano, poder e relações sociais entre a Antiguidade e a Idade Média**. Maringá: Eduem, 2016.

ANEXOS

Anexo A - Testamento do Rei D. João I*Testamento del Rey Dom João o primeiro*

Sintra, 4 de outubro de 1426.

Em nome do verdadeiro Deus que he Padre Filho e Esprito Samto tres pesoas em hua substancia e da bem aventurada Virgem gloriosa Samta Maria Sua Madre e de todollos santos e samtas da gloria celestiall nos Dom João pella graça de Deus rey destes regnos de Portugall e do Alguarve e senhor de cepta vemdo e consyramdo em como he força que nos e todollos homeens ajamos de fiir a vida deste mundo per morte a qual nom sabemos quando ha de ser. Porem queremdo nos prover dalgüas cousas a que nos parece que compre despois de nosso acabamento seemdo são e em noso entemder comprido qual nos Deus deu e sem outra nehüua duvida nem embargo fazemos hordenamos estabellecemos noso testamento e postumeira vomtade pella guisa que se adiamte segue.

Primeiramente damos e encomendamos a minha alma ao sobredito verdadeiro Deus e rogamos aa Virgem Samta Maria Maria Sua Madre e corte celestiall que roguem a Ell por nos ao qual pedimos por merce que aja della piedade e se nembre do que soffreo por nos e por todollos outros pecadores ataa ser posto na cruz de guisa que ajamos parte e quinhem com Ell no Seu santo regno.

Item mandamos que noso corpo se lamce no moesteiro de Samta Maria da Vitoria que nos mandamos fazer com a rainha Dona Felipa minha molher a que Deus acrecente em Sua gloria em aquell moymento em que ella jaaz nom com os seus ossos della mas em huum ataude asy e em tall guisa que ella jaça em seu ataude e nos em o noso pero jaçamos ambos em huum moymento asy como o nos mandamos fazer e esto seja na capella moor asy como ora ella jaaz ou na outra que nos ora mandamos fazer despois que for acabada.

Item fazemos noso testamenteyro e compridor de todallas cousas que aquy em este testamento mandamos e estabellecemos o iffamte Duarte meu filho primogenyto e herdeyro

que prazendo a Deus depois de nossos dias ha de ficar em noso lugar por rey e senhor destes regnos e senhoryo ou seu filho ou neto lidimo descemdemte per linha direita segundo se requiere per direito e custume em socessam destes regnos e senhorio ou alguum de meus filhos por sua direita hordenança a saber primeiramente o iffante Dom Pedro e depois de sua morte seu filho ou neto na maneira suso dita e nom o avamdo hy fique ao ifante Dom Amrrique des hy aos outros meus filhos pollo modo sobredito aos quaaes mandamos e encomendamos e a outros quaaesquer que depois forem rex e senhores destes regnos e senhorio que tomem e tenham encarreguo deste noso testamento e cumpram guardem façam cumpryr e guardar a todo seu poder asy e pella guisa como per nos he fecto hordenado e mamdado.

Item primeiramente mandamos ao dito ifamte que aja em sua guarda e encomemda a ifamte Dona Isabell mynha filha sua irãs e o ifamte Dom Pero e o ifamte Dom Amrrique e o ifamte Dom Joham e o ifamte Dom Fernamdo e o comde Dom Afomso seos irmãos e meus netos seos sobrinhos filhos do dito comde e os ajude a casar e alojar e lhes faça toda homrra e bem que poder e em especiall lh'encomendamos e mandamos que aos sobreditos seja sempre seja sempre (sic) muy boom senhor e os leixe viver nas terras que lhes per nos foram e forem dadas e aver as rendas e senhorio dellas. E ao ifamte Dom Pero das terras que tem o que lhe demos no comuum de Floremça pella guisa que as them per nossas cartas e asy a seos filhos mayores e netos e a outros descemdemtes lidimos per linha direita a lhes hordene em cada huum anno como ajam seos asentamentos na maneira que os ham de nos. Outrosy lhe emcomendamos todos nosos criados e criadas que os guarde em suas homrras e em seus privilegios e lhes faça todo bem e merces que poder. E porquanto nos fomos muy bem servido dos fidalguos e outrosy dos poboos destes regnos e nos fezerem muitos e estremados serviços pera tirarmos estes regnos de sobgeiçam a que os quiseram sojugar os castellãos que sempre os aja em sua guarda e emcomemda e lhes guarde suas homrras e privilegios e lhes faça toda homrra e merces que poder como pertemce a cada huum em seus Estados.

Item porque nos prometemos no dia da batalha que ouvemos com el rey de Castella de que Noso Senhor Deus nos deu vitoria de mandarmos fazer aa homrra da dita Nossa Senhora Samta Maria cuja vespera emtom era ally a cerqua domde ella foy huum moesteiro o quall depois que foy começado nos requireo o Doutor Joham das Regas (sio) do noso Comselho e frey Lourenço Lamprea noso confessor estamdo nos em o cerquo de Mellgaço que hordenasemos que fose da Hordem de Sam Domymguos e nos dovidamos de ho fazer porque asy foy noso prometimento de se fazer aa homrra da dita Senhora Samta Maria e respomderam nos que a dita Hordem em especiall era muyto da dita senhora declaramdo nos as rezões por que. As quaaes vistas per

nos acordamos e prouve nos de hordenar o dito mosteiro que fose da dita Hordem e pera provimento dos frades que ouvessem d'estar em ell sopricamos ao padre samto que nos dese lugar de comprar pera elles certos beens que podesem aver e possuir pera sua governança e foy nos por ell outorguado. E comsyramdo nos despois a maneira que estes frades tem amtre sy em semelhantes casos hordenamos que se tenha esta hordenança no acabamento do dito mosteiro e se boom soportamento e mantimento dos ditos frades aa qual mandamos rogamos e encomendamos ao dito ifante Duarte meu filho e a outro qualquer que veer que seja rey e senhor dos ditos regnos que a faça comprry e guardar pella guisa que per nos he determinado. Primeiramente mandamos que ho dito mosteiro se acabe de crasta casarias e de todollos outros edeficios que a boom comprimento do dito mosteiro forem necessarios pellas remdas de Leyria e seu termo com o seu almoxarifado asy e pella guisa que se hora faz e sejam em ell mantheudos e governados aquell numero de frades que hora hy de cote iguallmente esta asy e pella guisa que o ora sam os quaaes tenham aquella maneira de rezar suas horas e dizer suas myssas rempomssos e fazer saymentos por minha alma e da rainha minha molher em cuja gloria de Deus acrecente asy como se ora faz acrecentando por minha alma despois do noso enterramento aquellas myssas e oras que ho dito ifamte ou outro que tras nos ficar rey destes regnos hordenar ataa o dito mosteiro ser acabado e o numero dos trimta frades em ell postos e governados como ajuso faz memçam a dally avamte se tenha a maneira per nos hordenada. E acabado o dito mosteiro de todallas obras necessarias como dito he pellas ditas remdas de leyrea e termo e seu almoxarifado tiramdo aquello que for necessaryo per a governança dos ditos frades se comprem tamtas e taaes erdades e beens per que se possam razoadamente mamter e governar de comer beber vestir calçar os ditos xxx frades da dita Hordem de Sam Domynguos a saber os vimte d'Ordeens Sacras e os dez noviços e frades leyguos. E allem desto certos servidores asy como amasadeyra cozinheyro azemell lavamdeyra çapateiro e outros semelhantes se lhes forem necessarios. E aquestes xxx frades hordenamos qu'estem continoadamente no dito mosteiro. E pella esmolla que de nos recebem e averam de receber serem theudos de dizerem por mynha alma e da dita rainha minha molher em cada huum dia duas missas rezadas a saber huua de Samto Sprito e outra Samta Maria. E aa quinta feira diram huua myssa rezada de Samta Maria. E ao sabado diram camtada a de Samta Maria e de Samto Sprito rezada. E aa segunda feyra diram por nos oras dos mortos e huua mysa de requiem camtada aalem das ditas duas missas rezadas que ham de dizer. E todollos dias como acabarem suas horas amte que vam comer venham todos homde nos e a dita rainha jouvermos com cruz e agoa bemta e digam e digam huum respomsso camtado. E nos dias que se ouverem de fazer os saymentos por nos e pella dita rainha asy como no dia em que se faz saymento jeerall por

todollos finados e em os dias dos nossos finamentos elles digam todallas horas a saber besperas matinas e todollos outros officios dos mortos e duas missas de requiem e dous respomssos salem das duas missas que sempre averam de dizer. E nos dias dos finamentos da dita rainha e meu os frades d' Alcobaça e os do dito moesteiro e outros quaesquer frades e clerigos que hy venham digam hum trintayro (s v.) rezado em cada huum dor e sahimento aalem das missas e oras que ham de dizer e sejam sempre pagadas as ditas mysas pello proveedor e stprivam do moesteiro segundo se costumarem de pagar as missas rezadas aaquelles tempos que se fezerem os ditos saymentos. E mandamos e encomendamos ao dito iffamte meu filho e a outro qualquer que for rey destes regnos que saiba parte em cada huum anno como estes frades vivem e cumprem esto que per nos he hordenado. E toda cousa em que acharem erro fala correger naquella melhor maneira que lhe Deus entemder com serviço de Deus e proll de nossas almas e guarda deste noso hordenamento.

Item lhe mandamos e encomendamos que os beens que asy forem comprados pera mantimento e governança aos ditos frades mas ponham em elles dous boons homeens naturaaes destes regnos de boas famas e comciencias moradoes na dita villa de Leyrea que ajam boons beens de raiz e sejam bem arreyguados huum que seja proveedor dos ditos beens e o outro stprivam os quaaes tenham carreguo de adubar e aproveytar e colher os fruytos e remdas delles pellas quaaes provejam aos ditos trymta frades e servidores de todallas cousas que lhes forem mester pera seus comeres beberes vestidos e callçados. E dito proveedor e stprivam tenham poder de arremdar estes beens ataa tres annos e mais nom. Pero se virem que he necessaryo remdarem se por mais tempo ou se aforarem ou emprezarem façam no saber ao que emtam for rey destes regnos e por sua carta e autoridade se faça e doutra guisa nom.

Item mandamos e emcomendamos ao dito iffamte meu filho e aos outros que depois de nossos dias forem rex destes regnos que saibam e provejam o melhor e o mais conthinoadamente que poderem que maneyra them este proveedor e stprivam em seus officios e lhes façam tomar conta em cada huum anno e dar quitaçam e emquanto acharem que os servem bem e como devem lhos leixem aver e nom lhos tirem a ajam por seu affam em cada huum anno o provedor hum moyo de triiguo e dous de cevada e hum tonell de vinho e hu marco de prata. E o stprivam aja outro tamto como meetade do que dam ao dito proveedor. E quando acharem que ho fazem como nom devem dem lhes aquelle escarmento que entemderam que merecem e tirem-lhe os officios e ponham logo em elles outros proveedor e stprivam que seja da maneira suso stprita os quaaes averam o mantimento sobredito emquanto servirem os ditos officios. E mamdamos lhe e emcomendamos que se acomtecer que per algũa esterillidade ou outro caso que

sobrevenha estes beens que asy forem comprados nom abastarem pera esta dita guovernança que das rendas da dita villa e termo com seu almoxarifado lhes seja proveudo tam compridamente e em tall guisa que esta nossa hordenamça seja em todo bem comprida e guardada pera sempre.

Item mandamos e emcomendamos ao dito iffamte e a outro qualquer que for rey destes regnos que nom comsymta que nymguem se lance nem soterre demtro no jazilguo que nos mandamos fazer em a nossa capella em alto nem no chãao salvo se for rey destes regnos. E mandamos que pellos jazyguos das paredes da capella todos em quadra asy como sam feytas se posam lamçar filhos e netos de reix e outros nom. E de quaaesquer cousas que cada huum dos que se lamçarem na dita nossa capella quiserem leixar ao dito moesteiro possam seer apropiadas aos ditos frades as duas partes e aa nossa capella se aproprie todavia a terça parte de todo o que asy leixarem e se conjumtem aos outros beens della. E o dito proveedor e stprivam os aproveytem e aministrem com os outros beens pera ajuda e governança dos ditos frades. E doutra guisa se nom posa nehuum lamçar nos jaziiguos da dita nosa capella asy dos de cima que apropiamos pera os reix como dos outros d'arredor della que apropiamos aos filhos e netos dos reix salvo leixando aa dita capella o terço de todollos beens e cousas que asy quiserem leixar ao dito moesteiro pella guisa suso dita.

Item mandamos que se nom lamce nehuum de qualquer estado e comdiçam que seja na capella principall e mayor do dito moesteiro.

Item nom embarguamdo que os ditos frades ajam de nos o sobredito mantimento de comer beber vestir e calçar nom lhes seja embarguado nem tolhido delles averem e poderem aver suas offertas e mortorios e todallas outras cousas que os frades de Sam Dominguos ham em todollos outros moesteiros.

Item porque podera ser que os frades por nom serem apoderados das remdas desta nossa capella nom atemderiam ao repayramento e corregimento do dito moesteiro como lhe comprya pella qual rezam se dapnificaria em as cassarias guarnymentos e todallas outras cousas que pera elles e pera o dito mosteiro fossem compridoyras. Porem encomendamos e mamdamos ao dito iffamte meu filho e a outro qualquer que for rey destes regnise senhoryo a que damos carreguo deste nosso testamento que elles tenham especiall emcarreguo que asy como em cada hum anno ham de mandar proveer as remdas do dito moesteiro que asy em cada huum anno mamdem proveer o corpo do dito moesteiro com a capella mayor e a nosa e eso medes as outras capellas do cruzeyro e a samcrestia e o cabiido de todollos adubros que lhe forem compridoyros e

necessaryos e que eso mesmo façam veer todollos hornamentos da samcrestia de cruces callezes tribollos e todollos hornamentos d'ouro e de praia e tambem as capas e vestimentas fromtaaes e todollos outros hornamentos que lhes per nos ataa ora forom dados e daquy em diamte dermos e outros quaaesquer que lhe som ou forem dados e leixados pollo dito iffamte meu filho e per seus irmãaos ou pelos que forem reix e filhos e netos de reix. Os quaaes hornamentos encomendamos e mandamos que se apropiem da nosa capella e sejam postos em mãaos do dito proveedor e stprivam que os tenham e guardem. E de suas mãaos recebem os frades aquelles que lhes comprry pera seus officios cotedianos.

E quamdo veerem os dias das festas principaaes dem lhes tambem os que ouverem mester e logo se tornem aos sobreditos. E as outras cousas do dito moesteiro asy como refortoyro e cassa de dormitoryo e a crasta e todallas outras cousas d'oficios sejam entregues aos ditos frades bem repairadas e corregidas e seja lhes dello feita stpritura que asy como as recebem bem feytas repayradas e corregidas que asy sejam theudos e obriguados de as mamter correger e repayrar e fazer que sejam bem corregydas e repairadas de todo o que lhes fazer mester em tal guisa que sejam cada vez melhoradas e nom peioradas. E esto façam os ditos frades pollas esmollas que ouverem e per outra maneira segundo o elles melhor entemderem asy como ho fazem os outros frades nos outros moesteyros dos nossos regnos e seos ditos frades estas casarias e crasta com seus pumares ortas e auguoas tenerem mall repayradas e corregidas o que for rey destes regnos as faça as faça (sic) requerer e costramger na melhor maneira que bem poder que as correguam como devem pero se acomtecer per alguum caso fortuito sem culpa dos ditos frades que algüas das ditas casas e edeficios de que elles averam de teer carreguo sejam de todo ou pella mayor parte derribados encomendamos e mandamos ao dito ifante e a outro qualquer que seja rey tras nossos dias que os faça levamtar e correger em tall guisa que os tornem ao seu primeiro e boom estado. E asy entreguem aos ditos frades que os recebem em sy e ajam cuidado de seu repayramento e corregimento como amte aviam.

Item porquanto poderas ser que ao tempo do nosso acabamento seram aimda por nos devudas algüas cousas e algüas pesoas asy do que lhes per nos e noso mandado como dos nossos officiaaes fossem tomadas ou que nos alguuns emprestasem ou aos nossos officiaaes ou que nos devessemos per bem de merces de cassamentos e corregymientos delles. E muytos vestires temças como dalgüas merces de graças que per nos fosem feytas e alguuns ou a algüuas que lhes nom fosem paguadas ataa o dito tempo. E porque nosa teemçom e vomtase he que todo esto seja bem paguado encomendamos e mamdamos ao dito iffamte meu filho e aos outros que veerem por reix destes regnos a que temos dado ho carreguo de comprry este nosso testamento

que façam bem todo pagar. Primeramente as cousas que per nos e per nosos officiaaes de noso mandado foram tomadas e despois as cousas que a nos ou a alguum delles foram emprestadas e finalmente todallas outras que nos devermos per bem de merces de cassamentos e corregimentos delles e mantimentos vestires e teemças e outras quaaesquer graças e cousas de que a alguuns fizessemos merces. E a maneira que nos acordamos como se estas sobreditas cousas paguem he esta que logo despois do noso acabamento o dito iffamte meu filho ou outro qualquer que veer por rey e senhor destes regnos aparte todallas remdas d'Alfamdegua de Lixboa e do almazem do Porto e per ellas se faça pagamento das ditas dividas primeiro do que foy tomado e despois do que ouvemos emprestado ou doutra qualquer guisa do alheo e finalmente todo ho all de que fizemos merces como dito he. E das ditas remdas d'Alfamdegua de Lixboa e almazem do Porto nom se façam nehüuas despesas ataa prymeiramente todo esto ser paguado. E emcomendamos lhe e mandamos que ho façam asy comprryr.

E se porventura o dito iffamte ou outro que for rey destes regnos achar alguum modo e maneira per que se estas cousas melhor e mais tostemente paguem emcomendamos lhe e mandamos que asy o façam camuyto nos prazeria de ser todo cedo e bem paguado por nossa comciencia seer desemcarreguada.

Item emcomendamos e mandamos ao dito iffamte meu filo ou a outro qualquer que for rey destes regnos a que ho carreguo deste noso testamento fica que por minha alma e da dita rainha mynha molher casem e dem casamentos a quorenta molheres de booa linhagem que sejam mymguoadas e os nom possam aver todos ou gram parte delles segundo compre a suas comdições e estados as quuaes sejam naturaas destes regnos e nossas criadas ou filhas de nosos criados ou criadas damdo lhe cassamentos razoados segundo as pessoas e as comdições e linhagem de que foram e com quem casarem. E estes casamentos se paguem pellas ditas remdas d'Alfamdegua de Lixboa e almazem do Porto das quaaes remdas se nom façam outras nehüuas despesas ataa esto ser primeiro paguado e se porventura o dito iffamte ou aquel que for rey destes regnos achar alguum caminho como se estes casamentos melhor e mais tostemente possam pagar emcomendamos lhe e mandamos que asy o façam.

Item porquamto nos por alguas vezes mandamos a Gonçalo Lourenço cuja alma Deus aja noso criado e stprivam da nosa Puridade e do noso Comselho e do iffamte e entemdendo por noso serviço asu quamdo se foy Martym Vasquez da Cunha e Joham Afonso Pimintell pera Castella como pollo casamento e ida de minha filha Dona Biatriz comdessa d'Aaromdell a Imgraterra e esse mesmo em lhe mandarmos despemder por noso mandado as nossas despesas nom certas per seus alvaraaes sygnados per sua mão sem outra nossa carta e nos foy mostrado

que todo o que per ell e per seus mandados foy feito em as cousas sobreditas e cada hüua dellas em seus tempos como foram feytas. E achamos que fora todo por ell bem fayto leallmente e verdadeiramente e como comprya a noso serviço mandamos e emcomendamos ao dito iffamte e a outro qualquer que veer por rey destes regnos que em nehuum tempo nem per nehüua maneira nom lhe seja contradito nem seja a seus beens e herdeiros por esto mall nem costrangimento nem outro nehuum desaguysado nem demamdado comto nem recado de como nem per que guisa foy despeso nem que mostrem noso mamdado de como lhe esto mamdamos fazer ca nos vimos todo e avhamos que nos servio em ello muy bem leall e verdadeiramente e que nom fez em ello cousa nehuua senom pella guisa que lhe nos mandamos fazer. E semelhamte achamos e soubemos do Doutor Martim do Sem do Conselho noso e do iffamte meu filho e seu chamceler moor que em desembargar as nossas nom certas e fazer outras cousas por noso serviço asy amte que fose em casa do dito iffamte como depois que em ella hamdou que todo fez muyto bem como devia com reguardo de noso serviço. E porem queremos e mamdamos que ho dito Doutor e Gonçalo Lourenço nem seus herdeiros nem beens nom recebam por ello nehüua perda mall nem dapno per nehüua guisa e mandamos ao dito iffamte Duarte ou a outro quallquer que for rey que asy lho cumpram e guardem e façam cumpryr e guardar e nom comsentam que lhes nehuum contra ello vaa em nehuua guisa que seja ca nom comprya a nosa comciencia que aquelles que nos bem serviram e servem recebessem por ello nehuum mall nem dapno. E o dito iffamte meu filho ficou a cumpryr e mamter dem verdadeiramente e compridamemte todallas cousas comtheudas em este noso testamento.

E em testemunho dello asygnou comnosquo por sua mão.

Feyto em os nosos paaços de Symtra quatro dias d'Outubro Lopo Afonso o fez anno do nascimento de Noso Senhor Jeshu Chrispto de Mill iijxxbj.

O qual testamento eu Thome Lopez fiz treladar do proprio livro que amda nesta Torre do Tombo oer vertude dhüua carta del rei noso senhor que me sobre esto foy dada em Lixboa a XIX dias de dezembro de 1525.

Anexo B – Testamento do Rei D. Afonso V

Testamento del Rey D. Affonso V. o qual está na casa da coroa, na gaveta 16. dos Testamentos dos Reys, donde o copiey.

Vila de Portalegre, 28 de abril de 1465.

Em nome de Deos padre e filho e Spyritu Sancto tres pessoas e hum Deos nosso Senhor criador em nome do qual fegundo disse o apostollo tadallas cousas devem a ser feitas, a que adoro e confeíso e creo fielmente como filho obediente a sancta madre igreja catolica em a fee da qual agora fempre quero e protesto de viver e morrer como verdadeiro chhristaõ. Eu Dom Affonso per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem africa, consirando aquellas muitas e muy craras rezoas pelas quaes todollos homes muy grande cuidado devem ter de suas almas e destarem sempre despostos e aparelhados para quando a Deos prouver de os levar desta vida pois que nenhu sabe a hora de sua morte nem a maneira em que sera. Sendo eu em este tempo em toda minha saude corporal e enteleitual segundo a nosso Senhor prouve de ma dar temendo o juizo em que ey de ser apresentado quando desta vida falescer quis per escripto fazer este testamento e decrarar minha vontade em alguãs cousas que eu queria que depois de minha vida fossem feitas e ao diante sera decrarado salvo fe primeiramente per mjm fossem compridas ou per outro testamento ou condecilho revogadas ou mudadas em outra maneira a Deos praza que daqui atte a fim de minha vida eu obre asi que minha alma seja mais desemcarregada do que agora he e a meus testamenteiros fique meu carrego para meu testamento cumprir.

Primeiramente encomendo a minha alma a ti Deos meu criador que me formaste do limo da terra e me remiste pello teu preciolo sangue peçote que pois veeste remir os peccadores nom permitas serem danados os remidos, nas tuas mãos emcomendo o meu espirito e com toda referencia te peço que pela tua emfinda misericordia me perdoes todollos erros e peccados, que contra a tua vontade cometi. E ati Virgem Maria nossa Senhora evogada peço e assi a toda corte celestial e em especial ao Senhor Sancto Antonio que ante o Senhor Deos queira ser rogadores por mim em tal maneira que a fantissima paixã sua e trabalhos que neste mundo por todos sofreo lhe praza que a mim nom fiquem sem fruito e em este meu testamento eu nom decraro

ora onde ordeno que minha sepultura porque se praz a nosso Senhor eu tenho detreminado daqui a poucos dias entrar em os Regnos de Castella co fundameto de casar com a Raynha minha sobrinha e esto por serviço de Deos e por melhor podermos deffender seu direito segundo he ja antre nos capitulado e fe me Deos dá a posse daquelles Regnos entam ordenarey com mayor deliberação onde minha sepultura sera. Emperó seu primeiro falecer desta vida presete fique a meus testamenteiros os quaes ao diante declararey de ordenarem onde melhor lhes parecer minha sepultura. E se em este Regno ordenarem que seja A mim prazeria que fosse no mosteiro da Batalha na capella que mandou fazer elRey meu senhor e padre que Deos aja em cada huã daquellas capellas que nella sam fundadas e em quanto não for acabada a dita capella lancem o meu corpo no cabido do dito moestiro. E por meus testamenteiros e eyxucutores leixo ho principe meu filho e ao Arcebispo de lixboa que ora he e gonçallo vaz meu veedor da fazenda e lhe rogo por reverença de Deos que este carrego queirã acceptar e nisso obrem com aquella vontade e diligencia que he rezam e eu delles espero assi como boõs e fiegos amigos considerando que a lealdade e amor que a mim devem entã sera tempo de se mais mostrar e conhecer.

Mando que tanto que eu falecer trigosamete se digam mil missas rezadas com seus respondos e dem desmolla quinze res por cada missa com seu responso e todas seja de requiem as quaes se mandem dizer pello moestiros de observancia de Sam francisco deste regno.

Mando que dem quinze mil res a freiras que bem vivaõ que rezem alguãs vezes as horas dos finados por mim e isso mesmo gejuem alguns dias. Mando que se aparte cem mil res os quaes se despendam em remimento dos cativos de quaesquer dinheiros assi em ouro como em prata ou em otra moeda que em minha guarda roupa trouver a esse tempo e se nom abastarem ajamse donde foren melhor parados e estes dinheiros se entreguem a quem entã for meu esmoler que os despenda per mandado de meus executores e testamenteiros.

Mando a leixo ao principe meu filho e aa iffante minha filha a bençom de Deos que os conserve sempre em sua graça e acrecentem em virtudes e a bençom minha com que vivã e multipriquem sobre a terra. Faço o principe meu filho Dõ Joaõ herdeiro nestes regnos de Portugal e dos Algarves Daquem e dalem em Africa e seus senhorios que os aja com a bemçom de Deos e minha e assi todallas outras cousas moveis e rais que eu ey e devo daver, e a minha filha no instituo herde em cousa alguã porque segundo costume destes regnos todo o que o Rey tem fica ao filho primogenito o qual he encarrego de manter e agasalhar todollos outros irmãos segundo a seus padres convem.

Mando que saibam alguãs pessoas a que alguã cousa do seu tomei e de todo se faã aquelle corrigimeto e satisfação que rezem for o que leixo no juizo de meu filho cõ conselho de meus testamenteiros e em especial que se paguem estes emprestidos que orra ouve assi os de grande contia como os outros dos privilegiados emperó se estes que assi pagaram por respeito dos provilegios mo quiserem quitar por o amor de Deos sedolhe requerido pelo principe meu filho entam a estes nõ se pague que se pague todo o serviço a aquellas pessoas que comigo ata o tempo do meu finamento viveram segundo a regra que em minha fazenda se acostumava e assi quaelquer outras a que eu for obrigado.

Mando que se saiba quaelquer dividas que eu devo e for obrigado de todo mando que se faça comprido pagamento e satisfaçam começando nos mais principaes e assi vindo pelos menores e esto se faça o mais em breve que se poder como cousa que por ello somete em quanto pagado não fosse e satisfeito bem conheço que minha alma jaria no fogo do purgatorio muy tempo e posto que emtam meus gemidos e brados se não ouçam eu peço pollo Deos e mando a meus herdeiros e testamenteiros e assi todallas outras pessoas deste regno e encomendo que de mim e da minha alma se queirã lembrar ao menos tanto como se eu neste mundo ainda fosse porque vejo mal nossos peccados que tudo cedo esquecem as pessoas como sam falecidas e assy todo o que lhes pertence e os mortos nom iam em posto que o poslam assi requerer. E pera pagamento de todo o que dito he principalmente pera a paga do enperador a que primeiro queria que fosse feito pagameto alem dos outros dinheiros que eu espero que meus sobcessores encaminhem de que isto seia pagado porque se todo mais aginha compra segundo lhe eu peço e mando.

Eu aparto todallas alfandegas do Regno nõ encarregãdo sobre as despesas dellas senom os mantimetos e seus officiaes pellas rendas das quaes o que dito he todo compridamete se pague e por caso que venha em quanto minhas dividas e obriguaçoens nom forem de todo pagas destas rendas se nõ mandem fazer outras despesas pera pagar o dito Emperador e em especial rogo e peço aa crerezia e povos deste regno que de seus bees pera isso queiram dar alguã ajuda se pelas rendas deste regno nom poder ser pagado o que elles bem poderam fazer nom dando mais que aquillo que pera ello comprir e o que pera esto derem se tiverem sospeita que meus sobcessores em al o queiram destribuir com o prazer delles se escolha alguã pessoa ecclesiastica ou fecular que o receba e emcaminhe como se a dita paga faça e nom pareça que por esto nom cousa que o dito emperados muito nom ha mester fegundo a riqueza que dizem que tem que he escusado tal paga lhe ser feita porque devem cuidar que eu realmente lhe som obrigado e ainda per meu jurameto e de eu ate ora a dita paga lhe nom fazer. Digo a Deos minha culpa emperó os ditos

dinheiros que pera esto me foram dados elle sabe que em al nom saram despesas senão no que dita minha irmã pertencia e ainda doutros dinheiros de minhas rendas eu despendi asaz assi como em sete mil coroas que ao dito emperador ja foram pagas e em pagamento de muitos coyros dos tratos que por aquella cousa se fizeram com os jenoeses e em certas mercadorias que na minha nam hiam que pera esta paga comprey a qual não se perdeo. Verdade he que alguãs despesas que se fizeram assi como nas festas e ida das que com ella foram a italia e em outras cousas que se de todo a esta despesa montava e en todo ho al que pera isto era necessario bem tenteado. E esguadando fora grande parte das despesas se escusarem mas vista a pouca pratica que de semelhantes feitos eu tinha a vida e a não muita idade minha entam nom he de maravilhar alguãs cousas e aquelle tempo passarem nom consideradas tã bem como devia nem por esto devem deixar sua caridade por que em tal caso o faria por huã pessoa que nom conhecessem por proveito de suas almas como ha muitas caridosas pessoas vejo fazer. Quanto mais devem fazer por mim de que ia algum conhecimento ouveraõ e beneficio receberã e peço e mando a meus sobcessores que com ajuda da crerezia e povos ou tem ella toda via encaminhem como a dita dote seja paga posto que algu trabalho lhe seja fazelo pera se saber o que o dito emperador ja tem em sy e se descontar eu o leixarey a gonçallo vas meu veedor da fazenda em huã folha per mim assinada e com todas minhas forças assi a meus filhos primos parentes fidalgos e povo deste regno e assi a toda a crerezia peço e rogo e mando que segundo cada hum som e o caso requiere a todos e a cada hum que pelo amor de Deos de sy por algum bem que de mim ouveram que queiram fazer todo o que poderem pelas ditas cousas que em este meu testamento mando serem acabadas e copridas segundo eu desejo lembrandolhe como a Deos faram serviço e aas suas almas proveito e ajuda obraram de virtude a quem sam obrigados.

Ittem encomendo e mando a meu filho que por fazer o que eu som obrigado e por proveito deste regno e seu se trabalhe de pagar as tenças e as tirar e assi cumprir todo o que eu passey nas corets feitas em evora no anno E se ainda de seus corpos e bees for necessario ajuda eu lhes peço pelo de Deos e poendo ante si o que dito he que lhe prazia de a darem conhecendo como a Deos aprouvera eu per vectura ser cativo em terra de Mouros o que por mim deveram fazer por eu ser livre quanto mais em tal caso som obrigados fazer por eu sair de hü tal cativeiro e nom queiram esquecer ho he rezam fazerem por eu desta vida falecer como alguns que muito eram semelhates casos ja fizeram por tal caso obrando como devem a Deos saram serviço a sua virtude sera mais conhecida ao qual Deos praza que quando algum delles falecer ache quem lhe por sua alma assi bem faça e a todos estes com amor humildade que posto peço que per

amor de Deos da Virgem Maria qualquer mal ou dano que fizesse ou por minha causa lhe fosse feito me perdoe e conheçam como segundo a idade em que ouve meu regimeto e os trabalhos em que depois sempre fuy ajuntando todo esto ao grande carregio que he reger este regno nom he de maravilhar alguãs cousas fazer erradas e eu assy pello de Deos lhe perdoe qualquer erro que contra mim fizessem e ey por tirado e tiro de mim todo rancor e escandalo que dalgus ou dalgum tivesse. Emperó esto se entenda no que fomete a mim pertence nom do que aa justiça som obrigados e a todallas pessoas deste regno em especial aos que comigo teem divida.

Encomendo o principe meu filho que o sirvam e acatem como he rezam lembrando-lhe esta virtude tam lovvada da lealdade a qual em este Regno antre os outros sempre floreceo assi lhe encomendo minha filha e pois a Deos prouve outra nam ter assi como com sua ajuda e bom encaminhamento ia outras iffantes bem encaminhadas daqui foram queiram elles em mim nom desfalecer sua virtude esta soo filha que tenho e bem assi lhe faço memoria e lembrança de Dona felipa minha prima que crie y que pelo de Deos ajam della memoria e do seu desamparo assi mesmo encomendo todallas outras pessoas deste regno assi ecclesiasticas como seculares principalmente aquelles de que eu creio ser emcarregado per divida serviços ou per outra qualquer maneira que lhe fosse obrigado segundo cada hum for porque satisfazendo a estes a minha alma a vera folgança Amen.

Elcripta he esta cedulla e testameto de minha postumeira votade em a villa de Portalegre per frey Joam de Sam Mamede meu confessor, e posto que per direito se requeira pera o dito testameto aver comprida autoridade algũa outra moor solenidade e outras cerimonias devidas e per direito ordenadas eu supro todo de meu poder absoluto e mando que aja força e toda firmeza que pera tal cousa se requiere pois esta he minha certa e detreminada e postumeira vontade e por isso a aprovey per mim e afiney per minha mãõ feita foy a vinte oytos dias dabrill em a dita villa da era de mil e quatrocentos sesenta e cinco.

Anexo C – Testamento do Rei D. João II

Testamento de El-Rei D. João II

Alcáçovas, 29 de setembro de 1495.

Em nome do muy alto Senhor Deus Todo Poderoso Padre e Filho e Spiritu Santto humm soo Deus meu Senhor que humildosamente adoro e firmemente creo e simplesmente como fiel catolico e verdadeiro christão confesso e em nome de Nossa Senhora Virgem Santa Maria sua Madre e em nome e virtude de Sam Miguel com todollos angios e de Sam Joham Avangelista Sam Tiago Sam Jorge Sam Cristovam Santo Anthonio Sam Bento meus padroeysos speciaaes e em nome de todollos sanctos do regno celestial amen.

Este he o testamento que eu Dom Joam o segundo per a graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves daaquem e daalem mar em Affrica e senhor de Guinee temendo o meu Senhor Deus e Seu grande juizo faço com todo meu siso e emtendimento por salvaçom de minha alma e bem destes meus regnos e senhorios e sua governança e regimento e deffenssam delles a que tenho muita obrigaçom e singullar affeição e amor.

Item primeiramente offereço minha alma ao Senhor Deos que a creou e digo que soom christão e assy quero e protesto viver e morrer teendo firmemente e creendo todo o que tem e cree Sancta Madre Igreja Catholica e Apostolica e protesto nunca em o contrayro consetir porque a esperança e confiança de minha salvaçom he a payxom de Nosso Senhor Salvador e Remidor Jehsus Christo filho de Deus e que he tanta boondade que tornado me a elle meus males nom podem torvar Sua piedade e em os merecimentos de Nossa Senhora e de todollos sanctos com o sacramentos da Santa Madre Igreja os quaes desde agora quero e protesto de fazer e peço que mos dees por salvaçom de minha alma em que he todo meu bem.

Item se aa Santa Madre Igreja Catholica e Apostolica eu em alguum tempo desobedisci ou nom acatei como compriia e lhe divia ou errei a ella e seus mandamentos peço a Deos Nosso Senhor e a ella dello muito perdam e de todollos meus desfalicimentos e peccados e com este conhecimento e fe quero e protesto morrer e assy acabar a minha vida deste mundo presente

encomendando a minha alma em as mãos de Nosso Senhor e salvador Jehsu Christo filho de Deos vivo. Amen.

Item minha sepultura quero que seja em o Moesteyro de Santa Maria da Vitoria no lugar e per a maneira que mais conveniente parecer a meu testamenteiro e as cousas do descargo de minha alma lhe encomendo que se faça como lhe eu mando e as outras como lhe bem parecer.

Item logo como for meu fallecimento mando que se digam por minha alma tres mil missas a saber mil em honrra da Santa Trindade e mil e honrra e louvor de Nossa Senhora as quaes seram todallas suas festas e mil em honrra de todollos santos de minha devoçam e meus padroeiros a saber Sam Miguel Sam Jhoam Avangelista São Tiago Sam Jorge Sam Cristovam Santo Anthonio Sam Bento. E aos que ouverem de dizer estas missas lhes seja feita esmolla de tres mil reais de prata desta moeda ora corrente de ley de onze dinheiros que cento e dezasete peças fazem huum marco os quaes sam em poder d'Antam de Faria que pera esto tenho apartados.

Item porque tenho muita devoçom nas obras da caridade que sam muito acceptas a Nosso Senhor e proveitosas pera as almas dos que as fazem e hedificam e consolam os proximos mando que se despendam mil e quinhentos e xx justos d'ouro da moeda que ora corre de trinta e viij peças em marco de ley e vynte e dous quirantes em esta maneira que se segue a saber a quoreenta e hüua orfãas pera ajuda de seu casamento a cada hüua dellas vynte justos. E pera ajuda de tirarem quoreenta e huum cativos portugueses os mais desemparrados que se acharem outros vynte justos a cada huum. Os quaes justos com este meu testamento tenho postas em mão de Antam de Faria meu camareiro e do meu Conselho e lhe tenho mandado que delles nom se faça outra nenhuua despesa. E porque ja destes dinheiros mandei despende alguua parte e cada dia se despendem nas sobrediitas cousas quero e me praz que lhe seja levado em despesa todo o que se mostrar teer despeso per meus alvaraaes.

Item porque minha teençam he mandar fazer pello amor de Deos huum spital em Lixboa da envocaçom de todollos santos pera remedio meu spiritual e corporal dos proves e enfermos pero se se acertar que o Senhro Deos queira de mym al despoer assy que eu nom possa fazer mando que se fala dicto spital na maneira que he começado. E a governança do dicto spital se faça como parecer bem a meu testamenteiro o qual queria que pouco mais ou menos singuisse o regimento que se tem em Florença e Sena. E todollos spitaaes da cidade de Lixboa se converteram em elle com todallas rendas e propriedades e cousas como mo tem outorgado o Santo Padre per sua bulla apostolica.

E mando que neeste dito spital se diga cada dia hũa missa rezada a qual seja cantada em todallas festas de Nosso Senhor e de Nossa Senhora e de Sam Miguel e dos Apostollos e de Sam Jorge e de Sam Crostovam e de Santo Antonio e de Sam Beento e Dia de Todollos Sanctos e Dia de Finados. Outrossy tanto que o dicto spital for acabado mando que di em diamte em cada huum anno se tirem dous cativos portugueses dos mais desemparados que se acharem e se tragam ao dicto spital a tempo que possam começar servir nas vesperas do Dia de Todollos Sanctos. E esse dya lhes dem novamente de vistir e nom façam as barbas ou cabellos por mayor lembrança de em cada huum anno se tirem dous cativos de terra de mouros e darem licença aos que tiverem servido no spital huum anno comprido e mandem lhes que tenham continoadamnete os cirios em as vesperas aa magnificat em os dias que per ordenança se ouverem de teer. E assy aas missas todo aquelle anno atee o outro dya de Todollos Santos em que os outros dous am de começar de servir. E como hüuns acabarem de servir meu anno façam as barbas e dem lhe outra vez de vistir honestamente e licença pera se hirem. E esta maneira mando que se tenha di em diante em cada huum anno. E se alguuns cativos vierem durando ainda o tempo em que os outros servem mando que comecem logo a aver seu mantymto e serviram em os outros serviços da casa segundo as pessoas forem.

Item mando que se comprem terras de pam per que parece que se podem aver postos em Lixboa valla de cento e seteenta justos d'ouri de lei e peso ja dito de renda em cada huum anno pera o dicto spital e emquanto se nom comprar mando que se paguem os ditos cento e sateenta justos em cada huum anno dia de Sam Joam Bautista a renda que ouver de Sam Jorge de Mina. E pera ajuda desto tenho feita doaçam ao dicto spital dos meus lugares da Romeira e da Povia que sam no termo da minha villa de Santarem e da minha quintaa de todollos Santos que se saia de chamar Quintaa do Judeu que he a cerca do regueengo de Vallada termo da dicta villa de Santarem.

Outrossy queria que de padroados d'igrejas da Coroa ouvesse o dicto spital outros cento e sateenta justos d'ouro de renda em cada huum anno aalem do que das dictas igrejas se tirar pera o terço das vigayrias.

Outrossy trabalhe se meu testamenteiro de aver letera do Santo Padre que quaesquer pessoas que tiverem padroados e quiserem anexar ao dicto spital igrejas que em cada huum anno rendam cento e sateenta justos aalem de se pagarem delles as vigayrias que o possam fazer e o dicto spital possa aver este spital renda pera a cura dos doentes e cousas que se neelle ouverem de fazer por serviço de Nosso Senhor.

Item eu tenho prometido de mandar hüuas tres alampadas goarnecidas com prata a Nossa Senhora a Anunciada de Frença as quaes queria que pesassem de seseenta ataa seteenta e tres marcos de parata que sam outros tantos marcos pouco mais ou menos como os annos que se diz que Nossa Senhora viveo em este mundo. E queria que cada marco destes custasse das mãaos e douramento pouco mais ou menos mil e quinhentos reis afora o preço da prata.

Item tenho prometido de mandar forrar o cruzeiro de Nossa Senhora de Spinheiro e pera isto tenho ja mandado comprar em Lixboa a Lopo Meendes certas duzeas de bardos pera tanto que souber que sam comprados mandar o dinheiro aos meestres pera fazerem a dicta obra as quaes duzeas sam aquellas que compre pera se todo bem fazer.

Item tenho prometido de mandar fazer em Almerim hüua irmida jumto com onde esteve Santa Maria da Serra a qual queria que fosse jumto com a fonte de hi esta. E queria que a igreja tevesse boas paredes e assy a sacristya e a casa do irmitam e que seja todo de tigello (sic) e de caal a que todas estas cazas fossem abobedadas como mais largamente esta hüua pintura que fez Pantaliã Dii [a]s a qual obra parece pouco mais ou menos que custara cento e cinquenta mil reis os quaes queria que se despendessem na dicta obra e que se algüua cousa sobejasse que se despendesse em outra obra que aproveitasse ao serviço da casa.

Item queria que se acabasse a sepultura de Sam Patallom do Porto na forma e maneira que os coonegos da See teem algüuas cartas que segundo minha lembrança avia de seer a sepultura de comprido de cinco atee sete palmos e d'alto de tres palmos e meeo ataa quatro. E a prata sobreposta sobre algüu paaou pedra com bitume da parte de dentro e avia de teer imagens dos seus marteiros e payxom aquelles que rezoadamente coubessem darredor da sua sepultura na face que fica pera ffora porque contra a parede nom ha de teer prata nem ymagens.

Item ei de mandar contra os mouros per ordenança do Padre Santo sex caravellas que andem armadas sex meses ou lhe ey de mandar hum milham e oytocentos mil reaes.

Item tenho prometido de fazer hum oratorio a Santo Antonio aly naquella Casa onde elle nasceo em Lixboa segundo mais compridamente o tem Pantaliã Dii[a]z em hum scripto. E tambem o tenho praticado com o tesoureiro Afonso Fernandez a qual obra me parece que podera chegar a mil justos d'ouro segundo a boondade e riqueza que eu queria que fosse e que algüua cousa sobejasse se despendesse em outra obra que aproveitasse em serviço do dicto oratorio as quaes obras e cousas que assy tenho prometidas peço a Nosso Senhor que mas leixe acabar com outras cousas que por seu serviço desejo fazer. E em caso que Nosso Senhor al ordene e queira

encurtar meus dias peço e rogo e mando a meu testamenteiro quanto eu posso que todas e cada hũa destas cousas faça e se cumpram muy inteiramente segundo he minha voontade.

Item mando que se acabe de fazer comprimento de paga das dividas a que era obrigado el rei meu senhor e padre cuja alma Deos aja por descargo de sua alma e se cumprir cousa que eu muito desejo as quaes sam estas a saber a metade da prata das igrejas porque a outra metade lhe deu o Samto Padre e a parte que a ainda fica por pagar dos orfãos a que se tomou dinheiro pera a guerra de Castella e assy emprestidos (sic) o que todo se pode bem veer em minha fazenda de que Pero da Alcaçova tem principalmente carrego.

Item vejam se todallas minhas dividas em minha fazenda e segundo que all sam ou forem achadas assy inteiramente se paguem e sobr'ello encarrego a consciencia de meu testamenteiro e rogo lhe e mando que o faça muito bem.

Item pera todallas dividas que ficarom del rei meu senhor e padre cuja alma Deus tem e assy pera as minhas rogo ao duque Dom Manuel meu muito amado e preçado primo que em cada huum se apartem quatro milhões de reaes os quaes seram pagados e per rendas bem paradas e que as suas pagas sejam a tempos mui certos e a mym por muitos respeitos nom me deve seer negada esta pequena parte que pollo amor de Deus nosso Senhor e pera descargo de minha alma peço.

Item as teenças separadas e traspassadas se paguem o mais cedo que se poder fazer porque em estarem como estam se pode siguir algũu dano aas concicias (sic) daquelles que as recebem.

Item porque a satisfaçom he cousa que muito obriga e que grande trabalho da aas almas nom se fazendo como deve rogo e mando a meu testamenteiro que em todo o que elle souber eu nom teer satisfeito o faça assy em pagar dividas e serviços como em quaesquer outras cousas que lhe parecer eu teer por satisfazer.

Item se aos tres Estados destes meus regnos e senhorios nom aministrel justiça tam bem como eu devera e como sempre desejei fazer peço lhes que pelo amor de Deus me queiram perdoar e encomendo ao duque D. Manuel meu muito amado e preçado primo que por descargo de minha consciencia supra meus desfalicimentos e que elle o faa mui bem e espero em Nosso Senhor que fazendo o elle assy achara ao diante muito descanso e de Jesus Christo nosso poderoso Senhor recebera muito bem neeste mundo e muito mais no outro.

Item conhecendo eu como a serviço de Deus e ao bem destes meus regnos e senhorios compre seu fallecer da vida deste mundo ante de passar tempo huum anno da feitura deste meu

testamento que o duque D. Manuel meu muito amado e preçado primo os aja e possua nom aveendo eu filho ou filha legitimos. E portanto de meu moto proprio certa sciencia livre vontade poder absoluto na milhor forma e maneira que eu posso quero e me praz que levando me Nosso Senhor deste mundo ante do dicto tempo de huum anno e de eu fazer outro testamento cedolla ou coudicilho que elle fique por meu verdadeiro erdeiro dos dictos meus regnos e senhorios sem a ello lhe seer posta nenhüua duvida nem embargo pera os elle aver de soceder herdar e possuir as quaes cousas me praz fazer com todallas clausolas e condições que eu aqui posso (s v.) poer as quaes ey por expressas e conteudas neeste meu testamento sem embargo de quaaesquer lex ordenações grosas oupiniooes de doutores que em contrayro sejam ou possam seer em parte ou em todo as quaes ey e quero que sejam avidas por de nehüu vallor e como se todas e cada hüua dellas aqui e por mym fossem declaradas e annulladas.

E quero e rogo e encomendo e mando a todos e a cada huum de meus sodittos e naturaes pera obediença que me teem dado e por sua boondade e lealdade que obedeçam mui interamente ao duque meu primo porque d'agora pera emtam e ey por meu verdadeiro erdeiro e soccessor nom me dando Nosso Senhor filho ou filha legitimos e fallecendo eu dentro de huum anno da feitura deste meu testamento como dicto he.

E mando a todos e a cada huum de meus alcaldes que lhe obedeçam com as menaageens como a mym fariam e lhe entreguem o alto e o bayxo de todallas minhas fortalezas per virtude das menagens que me teem dadas e assy meesmo per a obediencia e omagem (sic) e vassallagem que me todollos destes meus regnos e senhorios teem feita e obedeçam accatem e servam ao dicto duque meu primo como eu delles espero e ao dicto duque meu primo leixo todollos dictos meus regnos e senhorios de que Nosso Senhor Deus me fez rey e senhor com sua beençom e minha e de todollos nossos avoos. E encomendo lhe a justiça e o boom regimento delles e que sempre tenha grande amor e obediencia a Deus Nosso Senhor e a Seu serviço e aa Santa Madre Igreja grande acatamento.

Outrosy consiirando eu como Nosso Senhor quis que os homeens tevessem aos filhos hüua obrigaçom d'amor natural perque com grande cuidado e dilligencia os ensinassem doutrinassem e trabalhassem por lhes deixar dos beens deste mundo perque se podessem manteer e governar segundo o estado e possibillidade de cada huum.

E consiirando esso meesmo como pera bem destes meus regnos e senhorios e emparo dalguus meus criados e de meus antecessores aalem de os leixar encarregados a Dom Miguel duque de Beja meu muito amado e preçado primo que Dom Jorge (1) meu muito amado e

preçado filho tenha com que lhe possa acudir e aalgüus tranalhos e necessidades quando aos ditos regnos e senhorios viessem o que Nosso Senhor deffenda e asy emparar algüus dos dictos meus criados e de meus antecessores e olhando eu como nom tenho outros filhos senam o dicto Dom Jorge meu filho a que tenho grande amor e affeição e que por seer meu filho e por suas virtudes e boondades e discriçam que Nosso Senhor lhe quis dar he cousa divida e mui justa que pera se manteer e governar segundo seu estado lhe fique por onde o possa fazer de meu moto proprio certa sciencia livre voontade poder absoluto sem mo elle requerer nem outrem por elle me praz de lhe fazer graça doaçom e mercee antre vivos valledoyra d'agora pera todo sempre da minha cidade de Coymbra e ducado e da villa de Montemoor o Velho com todo seu senhorio e Penella com seu termo e todolos nêens que el rei Dom Joam meu bisavoo que Deus aja comprou a Vasco Gil de Pedroso e a Lourenço Annes Caldeira e a Ruy de Sousa e o reguengo de Campores e o reguengo do Rabaçal e o lugar de Pereira com seu regueengo das Anobras e Villa Nova d'Anços e a villa de Buarcos e as terras e celeiro de Segadães e a terra e celeiro de Recadães e a terra de Castro Vãaes e da Ponte da Almeira e o lugar d'ablul com seu termo e Condeixa com seu limite e o lugar e paaços e reguengo de Tentugal e a Povia Nova de Santa Cristina com seu reguengo e o castello lugar e terra de Lousã e o Casal d'Alvaro e a terra d'Albostar que sam em riba d'Agueda e a villa d'Aaveiro com suas liziras e ilhas de dentro da foz e as terras do Couto d'Avellãs de cima e de Ferreiros e do regueengo de Coartella e d'Arcos e os lugares d'Lhavo e villa de Milho e os casaaes de Saa e o padroado de Sam Salvador de Miranda da par de Coimbra as quaes lhe leixo com a beençom de Deus e minha e de todollos seus avoos e quero que eele os aja pera sy e pera todos seus erdeiros e soccesores que delle descenderem per linha direita ou transversal naquella forma e maneira que o dicto rei Dom Joam meu bisavoo as deu ao iffante Dom Pedro meu avoo per suas doações segundo neellas he conteudo pera a qual cousa ey por revogada a Ley Mental e todas quaesquer outras lex ordenações grosas oupinidões de doutores que hy haja ou aver possa em contrayro as quaes ey e quero e mando que sejam avidas por de nenhüu vallor como se todas e cada hüua dellas aqui e por mym fossem declaradas e cassadas e annulladas. O que todo lhe dou com seus castellos reguengos padroados d'igrejaas dadas d'officios e com todallas outras cousas da dicta cidade villas e lugares e rendas que aa coroa destes meus regnos perteença ou possam pertencer per qualquer modo e maneira que sejam sem embargo da Ley Mental per aquella forma e maneira que todo deu o dicto rei Dom Joham meu bisavoo ao ifante Dom Pedro meu avoo per suas doações como ja em cima faz meençom ressalvando as sisas soamente que he direito que pertence ao rey e nom a outra pessoa.

E porque algũas cousas das sobredictas sam dadas a algũas pessoas me praz que quando quer que vagarem fiquem ao dicto meu filho e as aja e tenha e faça dellas o que lhe aprouver porque d'agora pera entam lhe faço dellas pura e irrevogavel doaçom assy como de todallas outras susodictas.

E a dicto duque meu primo rogo encomendo e mando que todas estas cousas cumpra e faça cumprir mui inteiramente sem em algũa desfallecer em parte nem em todo. As quaes cousas conteudas neeste capitullo deste meu testamento quero e mando ao dicto duque meu primo que per meu fallicimento as cumpra logo todas porque o conteudo no dicto capitulo ey por firme e vallioso como se fossem cartas assinadas per mym e asseelladas do meu seello do chumbo. E mando que per aqui seja logo o dicto Dom Jorge meu filho mitido e posse de todallas sobredictas cousas e cada hũa dellas e que logo apos isto he sejam dadas as cartas de todallas cousas aqui conteudas passadas per a Chancellaria na forma e maneira que comprir e he custume de se fazerem nas semelhantes cousas.

Outrosy ao dicto duque meu muito amado e preçado primo rogo mando e encomendo pollo muito amor que lhe sempre tive e muitas boas obras que de mym tem recibidas que ao dicto Dom Jorge meu muito (4 v.) amado e preçado filho receba por seu filho. Em tal guisa que nom lhe dando Nosso Senhor filhos lidimos que ajam de socceder estes meus regnos e senhorios elle fique seu erdeiro e o faça jurar e dar as obediencias e menagens e mandar fazer as scripturas que comprirem com aquellas clausullas e sollenidades que pera tal sucto se requerem e lhe encomendo muito o dicto meu filho e lhe rogo e encomendo que sempre se queira conver com elle muito bem como eu delle espero e confio que o fara pello miito amor que me tem e lhe eu sempre tive e mostrei niisto e em outras cousas que por elle tenho feitas .

Item encomendo muito ao dicto duque meu primo que suplique ao Santo Padre que proveja ao dicto Dom Jorge meu filho do meestrado de Christo que elle dicto duque agora tem que o possa teer com o d'Avis e Santiago que ja tem.

Item encomendo e mando a todollos tres Estados destes meus regnos e senhorios que obedeçam ao dicto duque meu primo e o recebam por rey e senhor e o sirvam com muy grande lealdade e amor como aqueles em que a sempre ouve e folguem de acrecentar sempre esta tam grande vertude de que no mundo sam postos por exemplo de todallas nações. E assy encomendo ao dicto duque meu primo que trate bem todollos tres Estados e muita justiça paz e assessego delles e assy os dictos regnos e senhorios.

Item ao dicto duque meu primo encomendo e rogo que honrre e trate bem a excellente senhora minha prima e que sempre a tenha bem e honrradamente como pertence aa pessoa que he e que foe. E do que lhe tenho posto pera sua manteença lhe nom seja tirado nada em seus dias estando ella na maneira em que ora esta.

Item ao dicto duque meu primo encomendo e mando que Dona Anna madre de Dom Jorge meu filho aja em todollos dias da sua vida em cada huum anno duzentos mil reais. E se lhe per algüua maneira ouverem de seer tirados mando que lhe dem por elles trinta coroas de cento e viinte pera soportar sua honrra ou pera seu casamento ante de lhe os dictos duzentos mil reais seerem tirados nem parte delles.

Item encomendo e mando ao dicto duque meu primo que tome todollos meus moradores pera sua casa que nom forem per mym satisfeitos de seus casamentos ou serviços ou querendo os assentar mande lhes pagar seus casamentos ou satisfações de seus serviços. E todollos meus officiaaes que ora tenho e me servem aja por bem de os teer e se queira delles servir porque elles sam mui boons e taees que ho am de servir com muito amor e dilligencia ou lhes faça taaes satisfações de que elles com rezam devam seer contentes.

Item porque eu tenho visto e sabido quanto mal e dano se segue nos regnos e senhorios com a viinda dalgüus que cometem maaos casos contra os rex e senhores das terras encomendo e mando ao dicto duque meu primo que aquelles que nos semelhantes casos erraram contra mym nem seus filhos que fora destes regnos estam nom sejam recebidos neelles e assy encomendo a todollos grandes e pessoas do meu Conselho e do dicto duque meu primo que sempre lhe lembre muio que deve esto fazer.

Item estabelleço e ordeno e escolho por meu testamenteiro o dicto duque meu primo a quem por sua virtude e obediencia que me deve e amor que me tem encomendo o descargo de minha alma e o cumprimento de todo o conteudo em este meu testamento e todo o que a descargo de minha consciencia e salvaçom de minha alma comprir de fazer ordene com conselho do bispo Tanger Dom Diogo Ortiz e do Doutor Fernam Rodriguez adayam de Coymbra e do padre frey Joam da Povia meu confessor e de Dom Diego d'Almeida prior do Crato e de meu camareiro e do meu Conselho e queria que Pero da Alcaçova escrevesse em qulauque cousa que for necessaria de se escrever pera o cumprimento deste meu testamento e queria quando estes todos podessem seer presentes em estas cousas se fizessem todas com elles e em caso que algüus sejam absentes se façam com quem o dicto duque meu primo ouver por bem.

Outrossy prazendo a Nosso Senhor que o dicto duque meu muito amado e preçado primo aja algüua filha ou filhas lhe rogo pello muito amor que lhe tenho e boas obras que lhe sempre fiz que elle casse a mayor que tiver com o dicto Dom Jorge meu muito amado e preçado filho dando lhe em casamento aquelle dote que he acostumadi de se das aas semelhantes pessoas.

E porque com minhas grandes occupações eu nam pude escrever minha mão todo este meu testamento emcomendey he mandey ao padre frey Joham da Povia meu confessor que me mo escrevesse per sua mão como ho elle muy verdadeiramente fez dizendo ho eu livremente e notando todo ho por elle escrito he despois de per elle escrito ho torney a ler he examinar todo e cada hüua parte delle e o avhey todo escrito verdadeiramente e e certo segundo que o lho eu notado tina e por mayor firmeza ho soescrevy destas regras de minha mão ho assiney todo de meu sinal acostumado porem de meu poder real me praz e quero e mando todo ho per o dicto frey Joham meu confessor e por mym soescrito e assinado faça fe publica assy he tam enteiramente como se fosse feito por mão de notairo publico sem embargo de quaesquer lex e ordenações que em contrairo forem ou se façam. Feito nas Alcaçovas a vinte e nove dias de Setembro do ano de nascimento de Nosso Senhor Jehsu Christo de mil e quatrocentos e noventa e cinco.

Anexo D – Carta do Rei D. Duarte

Carta de El-Rei D. Duarte com esquema de oração fúnebre que Fr. Fernando de Arroteia, seu pregador, havia de proferir nas exéquias de D. João I seu pai, na Batalha, em 20 de outubro de 1433.

29 de agosto de 1433.

Jhesus Maria

Frey Fernando

Pensey em a tençom do sermom que, no sayimento, Deus querendo, me disestes que avieis de fazer, e correome o que se segue. Enuyouolo pera fylhardes o que vos bem parecer e virdes que he bem de se dizer. Dasentamento de palauras non fyz conta, senom da sustança.

A estes çinquo estados que pode dizer em pessoa delrey Dom Joam e da rrainha Dona Felipe etc. que se alegrem, primeiro a mym e aos outros seus filhos, netos e bisnetos, por çinquo rrazões.

Primeira, por eles nos darem boa esperança, por a muyta merçe que em sas vidas e depois delas, segundo os bons synaees, na morte, nas honrras e nos milagres de Noso Senhor Deus, receberom, fazendonos crer que, leuando nos, com a grança do dito Senhor, aqueles caminhos que eles leuarão, que averemos muy boas e honrradas vidas e, emfym, sua santa gloria, como piedosamente cremos que eles ouuerom.

Segunda, por seremos pera sempre çamados filhos, netos e bisnetos de tam honrrados e tam ujrтуosos ssenhores.

Terçeira, por nos cryar em tanto amor, paz e concordia e asy, por a graça de Noso Senhor, nos leixar em tam bons estados e bem casados, os que o som e em muy bom acordo e aseseguo, com deujdo regardo, qual no que cada huu de nos aos outros deueauer verdadeiramente e non contrafeito.

Quarta, por fycarmos em tal dispossiçom que todos destes reynos nos prezam, temem e obedecem, como he razon, a cada hu segundo seu estado.

Quinta, que por a boa pratica de uirtudes em que el nos criou, nos fez auer, per merçe do Senhor, algua parte de bom nome; e, per eles, com todos príncipes christãos somos tam liados em grandes diujdos, parentes e cunhadios e com os reis christãos e comunjdades nos e toda nosa terra deixou em boa paz e asesequo.

O segundo estado a que podem (sic) dizer que se alegrem he a rrainha e as jnfantes, donas e donzelas destes reynos, por outras çinquo razões. A Deus graças.

Primeira, a rrainha Dona Felipe lhe ser exemplo e guia de boa deuação, com grande rezar e ofiços ouuyr e de toda uirtude husar.

Segunda, por eso medes lhe ser boa regra pera muy uerdadeiramente amarem seus maridos e lhes guardadem direita lealdade, como a santa raynha sempre muy perfeitamente fez.

Terçeira, porque ela foy o fundamento de bem uyuerem as senhoras destes reynos com seus maridos, qa, por ela ser tam boa, de seu marido foy sempre muyto amada e prezada. E, por merçe de Deus, em esta boa pose ficarão que, com verdade se pode dizer que em todas terras se saybam tantas molheres destado e dhonrra, non ha que melhor gardem a honrra de seus maridos e as suas e que tam bem casadas sejam de seus maridos.

Quarta, porque se poderão sempre çamar filhas, parentas e criadas de tam honrrados e tam uirtuosos reis.

Quinta, por lhe leixar, por ordenança de Noso Senhor Deus, taes filhos em que sempre suas criadas e seos filhos açharam gasalhado. A Deus santas graças.

O terceiro estado os ssenhores e fidalguos, tambem por çinco razões.

Primeira, por elrey Dom Joham etc. os encaminhas a uyuerem uirtuosamente, asy que de renegar, talufar e desordenado beber, refiarias de freyras, de mouras e de judias e doutras royndades que em esta terra se vsauão, por a graça de Noso Senhor e seu bom exemplo de uirtude, os ssenhores e fidalgos som muyto gardados, e vsam douuyrem misas, rezarem, jejuarem e se confesarem, como ante de seu tempo nunca fizeram.

Segunda, por a muyta honrra e vitorias que, em seus dias, Noso Senhor Deus lhe outorgou, por a qual os que viuos são e seus filhos e netos sempre por elo serem honrrados, se por al o non desmereçerem.

Terçeira, por o bom nome que Deus, por todas terras que destes reynos ha conhecimento, em seu tempo lhe outorgou, de bondade darmas, de lealdade, de se trazerem bem e fazerem festas e saberem todas as boas manhas que senhores, caualeiros e gentis homens deuem de saber.

Quarta, por as razões suso escritas das senhoras, a saber: poderemse chamar cryados de taes senhores como foram elrey Dom Joham e a raynha Dona Felipa.

A quinta, eso medes por ficarem encomendados a taes senhores como som seus filhos, que pera sempre os auerem em suas encomendas, alem das outras razões, por o seruiço que eles ou seus padres ou auos fizeram aos ditos senhores. A Deus santas graças.

O quarto estado he dos prelados, clérigos e frades. O quinto he do pouo. Destes, fique carreguo a uos. E, sobre o que dos outros uos bem nom parecer, leixardes e tomardes o que virdes que cumpre. E, em fym, porque estas palauras som de louvor, vyram bem, me parece. Que a alegria seja no Senhor Deus, non ensoberuecendo nem vamente nos alegrando com os gabos; mes, dandolhe sempre graças e lououres, digamos: *Confirma hoc Deus quod operatus es in nobis*.

Por a raynha e outros de Castela, que podem ser presentes, os feitos da guerra contra eles se non fale, de claro nem per figura, como fez frey Gyl; abasta dizer que Deus lhe deu grandes uytorias e que estes reynos, per merçe do Senhor, receberom em seu tempo muyta honrra, non descendendo a nhus particulares. Na guerra dos mouros, mostrase seu desejo quejando sempre foy; porque, sendo em tal idade e disposição de doença, embaixada pera elrey de Castella auya sobrelo ordenada. E, com este proposito e entençom e desejo, acabou seus muytos e muy honrados dias, em que, asynadamente antre as outras prerrogatyuas, esta ouue singularmente: que jamais nunca em feito darmas nem em outros feitos tal cousa fez que com razão podese abater em sua honrra e bom nome, o que a muy poucos príncipes aconteeço, principalmente que tanto tempo reynassem e em tantos feitos darmas fosem.